

Douglas Orestes Franzen

**UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO EXTREMO OESTE
CATARINENSE: O CASO DO FRIGORÍFICO SAFRITA DE ITAPIRANGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História sob orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2014

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Karoline e minha filha Larah, pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus pais Angelina e Hélio pelo incentivo e comprometimento em oferecer condições para buscar qualificação ao longo de minha vida. Ao meu irmão Tiones Franzen, estudioso da área de Economia, pelas orientações e diálogos.

Ao professor orientador Dr. João Carlos Tedesco, pelos ensinamentos e sugestões para a elaboração deste trabalho. Agradecimento especial também a todo corpo docente, discente e administrativo do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Agradecimento especial a professora Rosane Neumann (UPF) e ao professor Alcides Goularti Filho (UNESC) pelas considerações e apontamentos acerca do estudo.

À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga pela licença concedida de minhas funções profissionais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pelo auxílio financeiro que me possibilitou concluir o curso de Mestrado.

Agradecimento a todos os personagens da história que estiveram envolvidos de alguma no empreendimento Safrita, aos que acreditaram e aos que descreditaram no empreendimento, especialmente aos que sonharam com uma vida melhor através deste projeto de desenvolvimento.

O passado não reconhece seu lugar, está sempre presente.

Mário Quintana

RESUMO

A colonização Porto Novo, localizada no extremo oeste catarinense, foi idealizada pela *Volkverein* e fundada no ano de 1926, no intuito de receber famílias que fossem de origem alemã e católica. Nesta colonização compraram lotes de terras de aproximadamente 25 hectares, colonos que nas três primeiras décadas de colonização praticaram a agricultura tradicional caracterizando um modelo de sociedade com características fortemente horizontais e homogêneas. Nesse cenário consideramos os colonos, os comerciantes e os padres jesuítas como as três principais esferas sociais e a forma como se relacionaram como determinante no nosso foco de estudo. No entanto, a partir da década de 1950 o cenário da economia nacional começou a sofrer intensas modificações estimuladas pelo ideal desenvolvimentista e progressista planejado para estimular o crescimento da economia brasileira. Nesse sentido, disseminou-se pelo país a noção de atraso do setor produtivo brasileiro. Assim, estimulou-se a partir de então projetos de integração nacional que afetaram os diversos setores produtivos do país, com destaque para a agricultura. Em Itapiranga, com a emancipação do município em 1954 e com a inauguração da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico no início da década de 1960, passou-se a traçar algumas metas e projetos visando o desenvolvimento regional. Nesse sentido, foi elaborado um estudo denominado de Relatório de Desenvolvimento Econômico, que elencou deficiências e potencialidades da economia regional. Este estudo foi financiado com recursos da Administração Municipal de Itapiranga, da cooperativa de crédito local e da instituição católica da Alemanha Ocidental *Misereor*. É nesse contexto que se insere o nosso estudo, que tem como objetivo compreender o processo de implantação e desenvolvimento da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – Safrita. Diante do grande potencial da suinocultura na região, inaugurou-se em 1962 um frigorífico para industrializar e agregar valor à produção agrícola da região. Em pouco tempo o frigorífico expandiu sua área de abrangência, englobando a produção de aves, perus e de rações balanceadas. O estudo visa contextualizar o processo de mudança ocorrida na agricultura regional nas décadas de 1960 e 1970 sob os estímulos do frigorífico Safrita, o que instaurou um novo padrão de sociedade regional sob o viés econômico. As relações sociais, que até a década de 1950 eram basicamente de caráter horizontal e homogêneo, passaram a se tornar verticalizadas e desiguais, intensificando a diferenciação entre a própria esfera dos colonos e do capital sobre as propriedades agrícolas. A presente análise se insere nas discussões acerca do desenvolvimento regional ao analisar um empreendimento agroindustrial que surgiu basicamente do capital social local.

Palavras-chave: Safrita, desenvolvimento regional, políticas de fomento.

ABSTRACT

Colonization Porto Novo, located in the extreme west of Santa Catarina, was conceived by Volksverein and founded in 1926 in order to receive families who were of German descent and Catholic. This colonization bought lots of land of approximately 25 acres, settlers in the first three decades of colonization practiced traditional agriculture featuring a model society with characteristics strongly horizontal and homogeneous. In this scenario we consider the settlers, traders and Jesuit priests as the three major social spheres and how they related to determining the focus of our study. However, from the 1950s the scenario of the national economy began to suffer intense changes stimulated by optimal developmental and progressive plan to stimulate the growth of the Brazilian economy. In this sense, it spread across the country the notion of delay Brazilian productive sector. So was stimulated thereafter integration projects affecting national productive sectors of the country, especially for agriculture. In Itapiranga with the emancipation of the municipality in 1954 and the inauguration of the Municipal Economic Development in the early 1960s, started to draw some goals and projects aimed at regional development. Accordingly, we designed a study entitled Economic Development Report, which listed the weaknesses and strengths of the regional economy. This study was supported with funds from the Municipal Administration Itapiranga, the local credit union and Catholic institution in West Germany Misereor. It is in this context that our study, which aims to understand the process of implementation and development of the Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – Safrita. Given the great potential of swine in the region, was inaugurated in 1962 to industrialize a refrigerator and add value to agricultural production in the region. Before long the refrigerator expanded its scope, encompassing the production of poultry, turkeys and balanced rations. The study aims to contextualize the process of change occurring in regional agriculture in the 1960s and 1970s under the stimulus of the refrigerator Safrita, which established a new standard of regional society under economic bias. Social relations, which until the 1950s were basically flat and homogeneous character, went on to become vertically integrated and uneven, increasing the differentiation between own sphere of settlers and capital on the farms. This analysis is included in discussions of regional development to analyze a agribusiness venture that has arisen primarily local social capital.

Keywords: Safrita, regional development, promotion policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de Santa Catarina, com destaque para o espaço de estudo	20
Figura 2: Típica família de colonos de Porto Novo, década de 1930	22
Figura 3: Família de colonos cultivando a terra.....	26
Figura 4: Casa comercial em Itapiranga, década de 1940.....	30
Figura 5: Padres da Companhia de Jesus em Itapiranga, autoridades religiosas, políticas e administrativas	33
Figura 6: Ao fundo, a mata a ser desbravada, década de 1940	45
Figura 7: Lote colonial na década de 1940.....	50
Figura 8: Chiqueiro de Porcos na década de 1960.....	60
Figura 9: Porco preto tipo banha, década de 1960.....	62
Figura 10: Posto de suinocultura implantado em Itapiranga na década de 1950.....	63
Figura 11: Suínos pretos e brancos, melhoramento genético introduziu novas relações de produção	64
Figura 12: Mapa do antigo município de Chapecó, com destaque para a área destinada para a Colonizadora Chapecó-Pepery.....	75
Figura 13: Posse do primeiro prefeito de Itapiranga, ano de 1954, com a presença de autoridades políticas e religiosas	77
Figura 14: Membros da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga	84
Figura 15: Obras de construção do frigorífico Safrita, ano de 1964	121
Figura 16: Construção do frigorífico, ano de 1966.....	122
Figura 17: Assembleia da Safrita, ano de 1965.....	124
Figura 18: Inauguração oficial da Safrita em Setembro de 1967.....	124
Figura 19: Abate de suínos, ano de 1967	129
Figura 20: Caminhões utilizados para o transporte de carne aos mercados consumidores, década de 1970	131
Figura 21: Interior de chiqueiro no modelo padrão Safrita, década de 1970.....	136
Figura 22: Produtor e seu chiqueiro modernizado, década de 1970	137
Figura 23: Linha de corte de frangos no sistema de nórias, década de 1970	139
Figura 24: Sistema de nórias no abate de frangos, década de 1970.....	139
Figura 25: Sistema de nórias no abate de suínos, década de 1970.....	140
Figura 26: Refeitório para funcionários, década de 1970.....	141

Figura 27: Frigorífico Safrita, ano de 1976.....	142
Figura 28: Vista aérea da Granja Cisne Dourado, década de 1970.....	142
Figura 29: Abate de perus na mesma estrutura do abate de frangos era uma deficiência na produção dessa linha de carne	146
Figura 30: Fábrica de rações, década de 1970	147
Figura 31: Alimentação balanceada para frangos, ano de 1980.....	147
Figura 32: Grupo gestor, em reunião realizada em São Paulo, década de 1970	148
Figura 33: Avião bimotor do Grupo Safrita, final da década de 1970	1450
Figura 34: Mapa do espaço urbano de Itapiranga, com destaque para a unidade de aviários de produção de matrizes (1) e unidade de produção da atual JBS (2).....	167

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01: Evolução do abate (toneladas) de suínos e aves em Santa Catarina.....	71
Tabela 02: Crédito agrícola liberado pelo Banco do Brasil para Santa Catarina (1970-1980).....	72
Gráfico 01: Evolução do abate de suínos do frigorífico Safrita.....	130
Gráfico 02: Evolução do abate de frangos – em mil quilos	144
Tabela 03: Participação, por região, dos frigoríficos no abate estadual de suínos em 1968 e 1988 (%)	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.0 PORTO NOVO: UMA COLONIZAÇÃO ÉTNICA E CONFSSIONAL.....	17
1.1 Contexto histórico inicial	17
1.2 O espaço e os sujeitos	19
1.2.1 As famílias dos colonos e seu sistema de produção	21
1.2.2 Os comerciantes – <i>geschäftsman</i>	28
1.2.3 Os padres jesuítas e o desenvolvimento da Colônia Porto Novo	31
1.2.4 As relações de poder e a hierarquização social.....	35
1.3 O texto no contexto	38
2.0 O ESGOTAMENTO DO MODELO PRODUTIVO DA COLÔNIA.....	39
2.1 Aspectos da agricultura tradicional.....	40
2.2 O esgotamento do solo e os limites das fronteiras agrícolas	43
2.3 A sucessão familiar em xeque.....	48
2.4 As alternativas para a colonização.....	52
2.5 Os jesuítas e a visão de modernização	57
2.6 A modernização da agricultura e a imprensa	58
2.7 O melhoramento genético na criação de porcos	60
3.0 CONJUNTURA ECONÔMICA DO PÓS-GUERRA E AS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO PARA ITAPIRANGA.....	65
3.1 A história regional em foco	66
3.2 O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra	67
3.3 Propostas de desenvolvimento para Itapiranga.....	74
3.3.1 A emancipação do município de Itapiranga	74
3.3.2 Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.....	83
3.3.3 A Cooperativa de Crédito de Itapiranga	85
3.3.4 O Capital Social e o desenvolvimento econômico e social	87

3.3.5 O Instituto <i>Misereor</i> da Alemanha	89
3.4 O texto no contexto	92
4.0 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA (1962).....	94
4.1 O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga.....	945
4.1.2 “Situação, descrição e levantamento socioeconômico”.....	96
4.1.3 “Melhoramentos com objetivo econômico”	99
4.1.4 “Melhor aproveitamento da produção primária: industrializações”	101
4.2 A Fábrica de Rações de Itapiranga S/A	103
4.3 O Pré-Seminário e o Colégio Técnico Agrícola de Linha Sede Capela	106
4.4 A Cooperativa de Laticínios de Itapiranga – <i>Milchwirtschaft</i>	107
4.5 O texto no contexto	108
5.0 A FUNDAÇÃO DO FRIGORÍFICO SAFRITA	110
5.1 A chamada de capital e a venda de ações	111
5.1.1 O capital externo.....	118
5.1.2 Conceito e funcionamento de uma Sociedade Anônima	119
5.2 A construção do frigorífico Safrita	120
5.3 O texto no contexto	125
6.0 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SAFRITA	127
6.1 O desafio da matéria prima	128
6.2 O sistema de integração e as mudanças na logística da empresa.....	132
6.3 A necessidade de mão de obra qualificada.....	137
6.4 A expansão do Grupo Safrita	142
6.4.1 O abate de frangos	143
6.4.2 O abate de perus.....	145
6.4.3 A fábrica de rações	146
6.4.4 O projeto Safrita-Maués e investimentos de expansão.....	148
6.5 Os efeitos da peste suína africana	150
6.6 Os empreendimentos agroindustriais de pequeno e médio porte	152

6.7 Os grandes grupos agroindustriais	153
6.8 Venda do controle acionário da Safrita.....	158
6.9 O projeto Safrita e uma análise do desenvolvimento regional	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS DE PESQUISA	173
Referências bibliográficas.....	173
Jornais e revistas.....	178
Locais de pesquisa	180
Fontes orais de pesquisa coletados pelo autor	180

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é o de compreender o processo de formação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga (Safrita) na década de 1960, seu desenvolvimento e sua falência no ano de 1981, sendo que, o projeto Safrita consistiu na associação do capital social advindo principalmente de colonos e comerciantes. O frigorífico nasceu de um projeto de desenvolvimento idealizado localmente diante do potencial da agricultura, mas que esteve inserido numa conjuntura mais ampla, de modernização da agricultura e de expansão dos empreendimentos frigoríficos em Santa Catarina a partir da década de 1950.

O espaço onde se desenvolveu o frigorífico Safrita pertence à colonização étnica e confessional Porto Novo, colonizada basicamente por alemães-católicos a partir do ano de 1926. Essa colonização, sustentada na agricultura praticada em pequenas propriedades rurais, foi um dos cerne do nosso foco de estudo, diante de uma conjuntura de crise estrutural detectada na década de 1950. Para o estudo é importante caracterizar os sujeitos envolvidos nesse processo: colonos, comerciantes, clero, imprensa e políticas de desenvolvimento do Estado, contextualizando esses sujeitos na estrutura histórico-social da região. Nessa perspectiva, buscamos caracterizar as formas de relação de poder político, econômico e ideológico existente nessa sociedade, visando compreender de que forma essas relações influenciaram no desencadeamento do nosso foco de estudo.

O estudo tem como ponto de partida os depoimentos de história oral de sujeitos que vivenciaram o período em questão. Assim, colonos nos oferecem depoimentos acerca da prática da agricultura, das relações econômicas e sociais, e também da perspectiva deles acerca do empreendimento Safrita, pois, adveio dos colonos grande parte do capital social empreendido no frigorífico. Também entrevistamos comerciantes que colaboraram com depoimentos sobre o processo.

Os depoimentos de história oral foram coletados com colonos que vivenciaram o período, em pesquisas realizadas pelo autor no período de 2006 a 2013, sendo resultado de diversas pesquisas realizadas em diferentes momentos para diversos projetos realizados pelo autor e também de pesquisa de outros pesquisadores, conforme informado nas referências. Optamos por não identificar os nomes dos personagens que contribuíram com depoimentos orais no texto, sendo que a seleção dos depoimentos obedeceu à regra da clareza e importância dos mesmos para a contribuição do debate deste texto.

Além dos depoimentos de história oral, realizamos uma pesquisa documental em arquivos históricos e jornais impressos da época. Essas fontes foram importantes para buscar a influência dos padres jesuítas e da imprensa, que foram decisivos na motivação da comunidade local em acreditar no projeto Safrita.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa é de caráter qualitativo por valorizar as experiências vivenciadas pelos sujeitos e práticas sociais. Por isso, nossa abordagem metodológica tem como base a história regional, que se torna importante por abordar a compreensão da formação de espaços sociais fragmentados que se conectam entre si e acabam por formar a totalidade conjuntural. No entanto, precisamos estar atentos aos diversos fatores externos que influenciaram o espaço e a população que ali vivia. A história certamente foi construída por personagens e por condições estruturais locais, mas que de forma alguma podem ser desconectadas de um todo, de um sistema, de uma conjuntura maior que condicionou determinada condição de existência.

Quando nos propomos a discutir o desenvolvimento regional, temos de levar em consideração diversos aspectos, principalmente quando estudamos a história, pois realizamos um olhar do presente para com o passado. Nesse sentido, precisamos entender qual era a noção de desenvolvimento que se tinha no período. Na época ainda não se tinha uma noção clara de desenvolvimento regional, o que se imaginava era um projeto de integração e crescimento da economia nacional, inclusive do interior do país. Assim, a palavra desenvolvimento era tratada muito mais como progresso diante de um aparente atraso da agricultura brasileira na condição de país subdesenvolvido.

A implantação do empreendimento ocorreu na década de 1960 no município de Itapiranga-SC, mas consideramos que o espaço de atuação do frigorífico teve abrangência regional, tendo reflexos diretos no Extremo Oeste de Santa Catarina, em municípios como São João do Oeste, Tunápolis, Santa Helena, Iporã do Oeste e Mondaí; e do Noroeste do Rio Grande do Sul como: Barra do Guarita, Vista Gaúcha e Pinheirinho do Vale. A constituição de um frigorífico em Itapiranga justificava-se diante da vasta existência de matéria prima, sendo a suinocultura uma das principais atividades econômicas da região praticada desde o início da colonização.

Resultado de um estudo, denominado de Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, o frigorífico Safrita é decorrente de um amplo processo de mudança ocorrida na agricultura regional a partir da década de 1960. O frigorífico é apenas um dos diversos setores que receberam investimentos visando o desenvolvimento econômico e social, principalmente na agricultura. Esse discurso, sustentado na visão do progresso, era legitimado pela noção de

atraso das condições de vida da população, como evidenciamos em artigo de jornal publicado em 1962, falando da necessidade de uma pronta ação no sentido de aproveitamento de tantas matérias primas existentes até então inaproveitadas em favor da população, podendo assim, levantar o nível de vida em que muitos jaziam.¹

Elaborado por uma empresa de consultoria especializada de São Paulo, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, publicado no ano de 1962, serviu como documento de análise para canalizar investimentos em setores estratégicos da economia local, principalmente no que tange à captação de recursos financeiros provindos de agências de fomento para projetos de desenvolvimento. Esses projetos deveriam, conforme o Relatório, ser coordenados por uma entidade representativa, denominada então de Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Nesse sentido, teve papel importante a imprensa local no intuito de motivar a população a acreditar nos projetos desenvolvimentistas que eram idealizados para Itapiranga no início da década de 1960. O objetivo era de legitimar o discurso do momento: o progresso de Itapiranga a todo custo, o que podemos perceber em artigo publicado no Jornal Itapiranga em Marcha: “O progresso de Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados.”²

As hipóteses do estudo buscam colaborar na compreensão do contexto em que ocorreu a efetivação do empreendimento Safrita, a destacar:

- a) Os sujeitos envolvidos no processo buscavam a geração de perspectivas de futuro para a sociedade regional frente a uma condição de crise histórica da agricultura tradicional na década de 1950. Nosso ponto de partida é a idealização de um projeto de desenvolvimento regional através da noção de um aparente atraso da economia e da visão de progresso que se disseminava no Brasil;
- b) As relações de poder e de hierarquização social dentre as diversas esferas e instituições envolvidas no contexto foram determinantes no processo;
- c) Houve a participação do Estado e de políticas internacionais de financiamento, principalmente da Alemanha Ocidental, bem como de agências de fomento no processo;

¹ FINALIDADES da *Misereor*. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 30 de Abril de 1962, nº 68, p. 08.

² ITAPIRANGA vive uma encruzilhada histórica. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01.

d) Assim como houve fatores propícios à criação do frigorífico, uma conjuntura histórica também foi responsável pela falência do empreendimento no início da década de 1980.

Nesse sentido, o Capítulo 1 busca fazer uma análise histórica da colonização étnica e confessional Porto Novo, território onde se desenvolveram as relações que desencadearam o empreendimento Safrita. O objetivo do capítulo é o de situar o tema no espaço e no tempo, caracterizando os sujeitos envolvidos, a sociedade regional, a base fundiária e produtiva dos primeiros trinta anos de colonização. As relações sociais desencadeadas entre colonos, comerciantes e jesuítas e a influência dos Congressos Católicos – *Katholikentag*, também são abordados nesse momento.

O Capítulo 2 busca contextualizar um momento de crise detectada na década de 1950 na colonização. A crise do modelo vigente se refere basicamente a um momento histórico em que a agricultura tradicional passou a enfrentar dificuldades estruturais, como o limite das fronteiras agrícolas da colonização, problemas na sucessão familiar e técnicas produtivas consideradas atrasadas diante do processo de modernização da agricultura.

No Capítulo 3, buscamos realizar uma abordagem conjuntural da economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, abordamos as políticas de estímulo à industrialização brasileira, principalmente da indústria de alimentos, dos ideais cepalinos e do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina nesse contexto. Diante dessa conjuntura, a emancipação do município de Itapiranga em 1954 e a implantação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga ganharam relevância.

A abordagem do Capítulo 4 pretende fazer uma análise do Relatório de Desenvolvimento Econômico elaborado no ano de 1962 e a execução de alguns projetos agroindustriais como a Cooperativa Laticínios de Itapiranga S/A, Colégio Técnico Agrícola, Fábrica de Rações de Itapiranga S/A. Esses empreendimentos tiveram de alguma forma relação com o frigorífico Safrita no contexto do desenvolvimento regional das décadas de 1960 e 1970.

No Capítulo 5, abordamos o processo de venda das ações do frigorífico e a busca do capital necessário para as obras. Nesse sentido, destacaremos a ação dos comerciantes e dos padres jesuítas que junto aos colonos buscaram alavancar o capital social da empresa. Teve atuação decisiva nesse contexto a imprensa regional, divulgando as atividades do frigorífico e alertando a população quanto à urgência dos projetos de desenvolvimento locais.

Para finalizar, no Capítulo 6, contextualizaremos o início das atividades do frigorífico, desde a busca da matéria prima e mão de obra, o início do sistema de integração e a expansão da logística produtiva do frigorífico. Abordaremos a competitividade diante dos grandes grupos

agroindustriais e as dificuldades enfrentadas pelo frigorífico na década de 1970, como a epidemia da peste suína africana. A marca Safrita deixou de existir no ano de 1981, quando foi vendida ao grupo empresarial Ceval Alimentos S/A, no entanto, temos de claro de que o frigorífico não deixou de existir, os integrados continuaram a produzir, a cadeia produtiva se expandiu e muitos acionistas continuaram detendo a posse das ações minoritárias.

1.0 PORTO NOVO: UMA COLONIZAÇÃO ÉTNICA E CONFSSIONAL

“Nossa Sociedade União Popular realmente realizou uma grande obra com esta colonização. Nenhuma associação similar, no mundo todo, nem mesmo aquela mil vezes mais forte da Alemanha, encorajou-se de peitar uma obra tão grandiosa.”
Maria Rohde³

“Define-se aqui como colônia a terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola em pequena propriedade [...] A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva.”
Rosane Márcia Neumann⁴

Para compreendermos o processo de formação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – Safrita, é preciso primeiramente compreender em que conjuntura social e econômica ela se formou. Entendemos que todo acontecimento histórico tem uma causa, um contexto histórico que o fez surgir, desenvolver-se e até mesmo sucumbir.

O objetivo deste capítulo inicial é primeiramente situar o tema no espaço e no tempo, caracterizando os sujeitos envolvidos. É importante compreendermos a sociedade regional do período em questão, a base fundiária e produtiva, as relações sociais de poder engendradas entre os três principais extratos sociais que interessam ao tema de estudo: os camponeses, os comerciantes e os padres jesuítas.

Não é nosso objetivo contextualizar o processo inicial de ocupação e a conjuntura socioeconômica que se desenvolveu no período. No entanto, é importante destacar a forma como se estruturou a sociedade regional na época, porque a crise desse sistema de colonização que se desenvolveu entre as décadas de 1920 a 1950 é o que consideramos ter desencadeado o processo histórico que pretendemos compreender neste estudo.

1.1 Contexto histórico inicial

O projeto de colonização Porto Novo foi idealizado pela Sociedade União Popular, denominada em alemão de *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O

³ ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011, p. 37.

⁴ NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. p. 17

empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928, a colonização recebeu o nome de Itapiranga, atual nome do município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A *Volksverein für die deutschen Katholiken von Rio Grande do Sul* não era necessariamente uma empresa de colonização. Era, na verdade, uma entidade associativa fundada para dar assistência à população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil. Essa associação chegou a ter no período da Primeira Guerra Mundial cerca de oito mil associados.⁵

A característica do empreendimento Porto Novo era de aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica. Nesse sentido, famílias originárias das colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina compraram terras nessa colônia em busca de novas fronteiras agrícolas, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica-política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

Inicialmente a ideia da Sociedade União Popular era a de fundar uma colônia com essas características em solo gaúcho, mas tal empreendimento não foi visto com bons olhos pelo governo do Rio Grande do Sul, além do preço das terras serem muito altos. Outros empreendimentos com estas características já haviam sido postos em prática em solo gaúcho no final do século XIX, como, a colonização de Serro Azul (Cerro Largo). Outra iniciativa de colonização de caráter étnico foi a da região de Panambi, na colonização *Neu-Württemberg*. Portanto, o projeto de colonização Porto Novo foi readaptado em solo catarinense.

Nesse sentido, buscou-se a compra de um lote de terras em Santa Catarina, pois era de interesse do governo catarinense promover a ocupação daquele espaço, já contestado algumas vezes ao longo da história.⁶

⁵ A Sociedade União Popular – *Volksverein* – criada no ano de 1912 em Venâncio Aires, teve como objetivo principal dar suporte cultural, educacional, religioso e assistencial aos colonos alemães do Sul do Brasil, frente a vulnerabilidade social e política em que se encontravam no período. Seus líderes mais destacados foram o Pe Theodor Amstad e Pe João Rick. Caracterizou-se como uma entidade notadamente étnica e confessional (VOGT; RADÜNZ, 2013).

⁶ O território do contestado, que compreende o Oeste do Estado de Santa Catarina, passou a receber incentivos governamentais para fomentar sua colonização, garantindo dessa forma a ocupação desse espaço através da implantação de colônias escrituradas. Ao longo da história, esse território fora contestado pelo Estado do Paraná e também pela Argentina, surgindo daí o desejo do governo catarinense em promover a ocupação organizada e sistematizada através da concessão e venda de lotes coloniais a empresas interessadas em promover a ocupação do espaço, em detrimento de posseiros que viviam nesse espaço.

Sobre a decisão em relação à Colonização de Porto Novo, lemos o seguinte nos Anais da Reunião de Católicos de Porto Novo de 1934:

O projeto de uma povoação exclusiva para pessoas católicas de origem alemã, segundo o modelo da antiga colônia de Serro Azul, (...) não era novo para a Volksverein. (...) A Volksverein não via com bons olhos o fato de jovens agricultores gaúchos de origem alemã serem convencidos através de propaganda, a integrarem projetos de colonização que misturavam origem étnico-cultural ou confissão religiosa. A preocupação não estava baseada em intolerância racial ou religiosa. Única e exclusivamente a preocupação era com o bem estar espiritual e físico dos povoadores que migravam. Comunidade religiosa, escola, agremiações, mesmo associações com objetivos puramente de lazer, somente são possíveis de ser formadas e mantidas em um grupo com unidade cultural e religiosa. Mesmo que o colonizador, vivendo em meio a um grupo bem diverso, pudesse ter colheitas ricas, significaria sufocar no materialismo, basear suas decisões apenas no objetivo de alcançar ótimas colheitas. Este materialismo traria consequências devastadoras para as futuras gerações. (...) Por isso, a Sociedade União Popular dedicou especial atenção ao processo de formação de novas áreas de colonização.⁷

O processo de fundação da colônia Porto Novo promoveu a transferência de um local para outro de uma bagagem cultural alicerçada em sujeitos através de uma estrutura socioeconômica e cultural que esses sujeitos trataram de transportar de seu local de origem através das instituições, organizações e no seu estilo de vida. Essa bagagem cultural e social dos migrantes adaptou-se ao meio, às limitações do isolamento percebido no período no extremo-oeste catarinense, fazendo com que os sujeitos construíssem uma nova identidade, com fortes traços herdados das colônias de origem, mas com uma nova dinâmica estrutural.

A colonização Porto Novo foi organizada da forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares. Foram organizados também centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, e em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos.

1.2 O espaço e os sujeitos

“A revisão da vida é o produto final de uma vida de reminiscências [...] para darem voz àqueles que não se expressam no registro documental.”
Gwyn Prins.⁸

⁷ Anais da Reunião de Católicos de Porto Novo de 1934, *apud* ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011, p. 24.

⁸ PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 192.

De maneira geral, os colonos que adquiriram terras na colonização Porto Novo passaram por dificuldades das mais variadas, principalmente devido à escassez de infraestrutura necessária para a sobrevivência nos primeiros anos de colonização. A primeira dificuldade era adentrar a mata fechada e abrir clareiras para a construção de uma modesta residência, e da mesma forma, iniciar de forma rústica o cultivo dos primeiros suprimentos.

Como podemos perceber no mapa de ilustração dos 25 anos de colonização da região de Itapiranga (Porto Novo), a divisão dos lotes era orientada por linhas de ocupação. Somando uma área de 583,98km², faz divisa com o território da Argentina e do Rio Grande Sul, às margens do Rio Uruguai. As características do relevo apresentam ondulações com poucas áreas de terras planas. Em geral, o terreno é entalhado formando vales onde correm rios de porte variado. Essas características de relevo exigiram muito trabalho braçal para a prática da agricultura, principalmente nos primeiros anos do projeto de colonização devido à escassez de equipamentos.

O clima é subtropical, com chuvas em todas as estações do ano, podendo ocorrer enchentes, secas prolongadas e outras intempéries climáticas. A característica do solo é de muita fertilidade, mas se esgota após algumas colheitas, exigindo correção química e/ou orgânica.

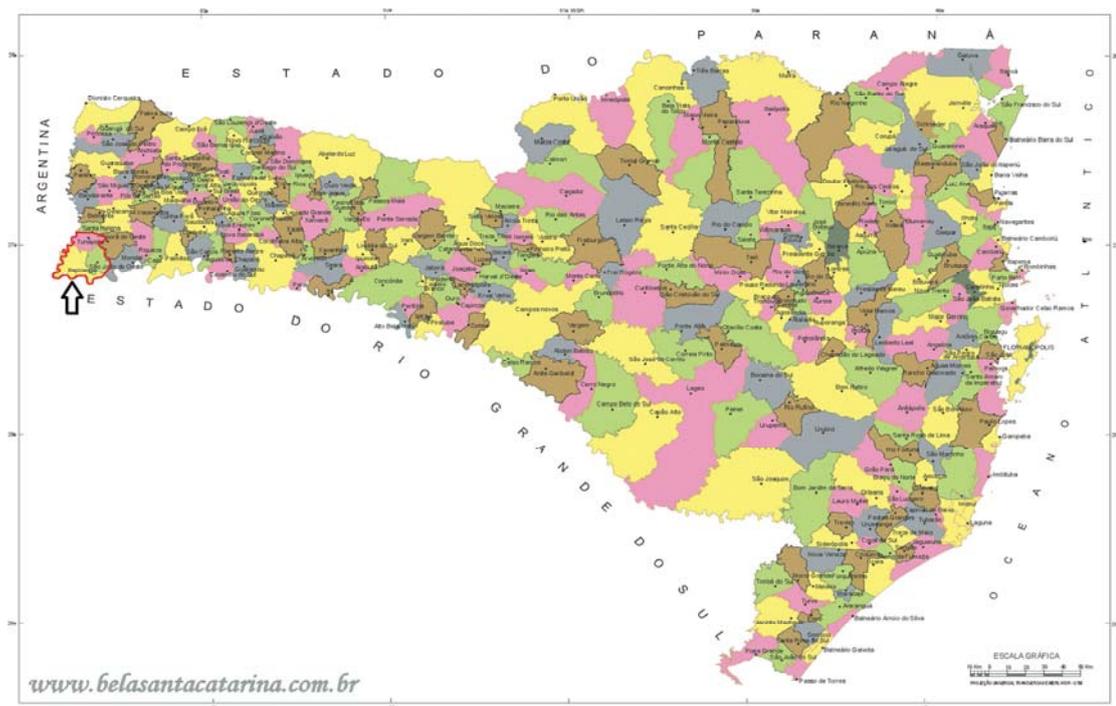


Figura 1. Mapa de Santa Catarina, com destaque para o espaço de estudo. Fonte: Portal Sul-SC⁹

⁹ Portal Su-SC: <http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/image/mapasc.htm>, acesso em 12 de Maio de 2013.

1.2.1 As famílias dos colonos e seu sistema de produção

As famílias que ocuparam os lotes coloniais de Porto Novo possuíam uma estrutura típica das famílias de descendência germânica do início do século XX. Geralmente eram famílias numerosas, alicerçadas na cultura do paternalismo, com forte influência da religiosidade católica, da disciplina e da hierarquização das funções e das relações de poder entre os membros que a compunham.

O paternalismo aqui entendido reflete a figura do homem como o epicentro das decisões e do poder na hierarquia familiar. O chefe da família, o pai zelador e imbuído de autoridade, representava o alicerce da família camponesa do período. Entender essa conjuntura representa compreender a base da estrutura regional, de caráter autoritário e hierarquizante. O homem da casa era quem geralmente tomava as decisões e controlava o sistema produtivo. Grande parte do controle dos recursos financeiros também estava centralizada no mesmo, que possuía autoridade para falar de política ou dos padrões morais da sociedade regional. As generalizações presentes nesta ótica podem ser demasiado parciais, mas afirmar que o homem era o epicentro do poder e da moral da sociedade regional nas primeiras décadas de colonização de Porto Novo representa traçar em linhas gerais as características da estrutura familiar do período.

Evidente é que, em cada período histórico, os padrões socioculturais foram rompidos através de desvios de conduta, desobediências morais e insubordinação à autoridade. No entanto, cada sociedade em seu tempo possuía características gerais, delimitadas através de tradições, moralismos, crenças e relações de poder. Nosso foco de estudo está diretamente ligado a essa conjuntura de hierarquização dos padrões e simbologias da cultura familiar germânica e católica do início do século XX.

Temos de compreender que, apesar da figura da mulher e dos filhos possuírem autonomia e em alguns momentos até participar efetivamente de decisões e de discussões quanto ao cotidiano da propriedade e de assuntos diversos, é preciso ver a figura do homem como um personagem com personalidade imbuída de poder que lhe garantia o status de autoridade familiar.

Podemos nos remeter aqui ao *ethos* camponês do período, ou seja, uma espécie de síntese dos costumes da sociedade regional, um valor de identidade social, uma espécie de carga histórica e cultural presente em cada indivíduo, herdada de seus antepassados e reconstruída no cotidiano. Compartilhamos aqui da visão de Tedesco (1998), onde o *ethos* do

colono seria o estilo, a marca, o modo de ser, que se constrói socialmente em função dos processos, da natureza, da manifestação de seus modos de vida e de seu entorno social. Segundo o autor, as condições materiais de produção do modo de vida colonial estão vinculadas a processos sociais nucleados em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança e do parentesco, do mundo exterior, da sua organização social para a sobrevivência, para a sociabilidade, para o domínio da natureza e para a construção da individualidade.

Na concepção de Norbert Elias¹⁰, cada indivíduo é produto do que seus pais e sua sociedade já foram, antes mesmo dele ter nascido. Ele adquire sua marca a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda rede humana em que cresce e vive.



Figura 2: Típica família de colonos de Porto Novo, década de 1930.
Fonte: Casa da Cultura de São João do Oeste.

O camponês, segundo Margarida Moura, vivendo na terra e do que ele produz é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza.

A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar

¹⁰ ELIAS, 1994.

seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo.¹¹

E numa região colonizada de forma tradicionalmente agrícola e com fortes costumes comunitários e religiosos, o conceito de campesinato torna-se ainda mais singular. Conforme Schneider, “ser colono não significa apenas ser um agricultor que cultiva a terra, mas comportar-se de acordo com um conjunto de valores simbólicos e práticas culturais identificadas com o modo de vida colonial.”¹². Como colono ele tem a possibilidade de utilizar os seus meios de trabalho em benefício próprio: plantando os produtos básicos para seu consumo ou auxiliando nas tarefas agrícolas dos demais membros da família. No espaço de cultivo da terra, preservam-se e revigoram-se as relações de interconhecimento, típicas do modo de vida camponês, onde uma geração ensina a outra o conhecimento herdado de gerações. Da essência do sujeito colono podemos caracterizar sujeitos históricos muito vinculados à comunidade e ao ambiente natural de trabalho: a terra, o clima, a vegetação, os animais e a sociedade.

No seio da sociedade camponesa regional desenvolveram-se relações de poder que se sustentaram em tradições familiares de paternalismo e de autoridade. Essa estrutura do poder no seio familiar pode ser entendida nas palavras de Michel Foucault, ou seja, da institucionalização do poder na própria educação familiar, no cotidiano das relações entre os membros da família e da própria sociedade:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las, procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso pode-se fiar em seu próprio superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.¹³

A divisão do trabalho na família camponesa possuía certo grau de padronização. Os homens eram os responsáveis, de maneira geral, por cuidar das atividades do plantio e da colheita, o que não raras vezes, também era feito em parceria com as mulheres. A família era

¹¹ MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. São Paulo: Ática, 1986, p. 09.

¹² SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 149.

¹³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 143.

um espaço de respeito e de trabalho. O trabalho da mulher e dos filhos não era menos importante para a manutenção da propriedade. No entanto, conforme Strieder, “a mulher do agricultor sempre trabalhou muito, ela e as crianças participavam e participam ativamente das atividades agrícolas em geral. Raramente, no entanto, seu trabalho era e é considerado produtivo.”¹⁴

Acerca do papel da mulher na família camponesa de Porto Novo, temos o depoimento de Maria Rohde:

Quantas vezes ao passar de carro ou a cavalo pela colônia, eu via as mulheres realizarem trabalhos tão pesados quanto os homens. Principalmente logo no início, quando havia poucos trabalhadores disponíveis, eu vi mulheres derrubar capoeirões ou, até mesmo, grandes árvores com o machado. Eu as vi ajudando a cortar com o serrote, tábuas e barrotes para a construção de suas casas, a partir das imensas toras, e mesmo na construção das primeiras moradias, as vi lado a lado com os homens. E, quando todos os outros já dormiam depois do trabalho pesado do dia a dia, na silenciosa choupana de colonizador todos os outros já dormiam, a lamparina de banha junto ao fogão permanecia ardendo, ainda por longo tempo, e a mulher, incansável, se debruçava sobre os remendos e cerzaduras.¹⁵

As famílias coloniais eram geralmente numerosas, sendo a necessidade de se ter filhos anualmente uma exigência disseminada pela tradição religiosa. Havia a preocupação na colônia de se promover a ocupação do espaço, de se multiplicar através dos filhos a cultura e a tradição. Os filhos do casal eram considerados os frutos responsáveis por levar para as gerações futuras os valores culturais idealizados na fundação da colônia Porto Novo.

O casamento era considerado na família do camponês um sacramento segundo os ensinamentos religiosos. Não se permitia, pelo menos publicamente, relações amorosas entre casais nas quais não se visasse a união matrimonial. De maneira geral, podemos considerar que o casamento era uma espécie de contrato entre duas famílias, onde um bom casamento era aquele selado entre famílias com valores iguais, tanto culturalmente como economicamente. Na visão de Eidt¹⁶, o casamento em Porto Novo atendia aos interesses dos grupos.

Pe João Rick, líder e idealizador da colônia Porto Novo, em suas memórias publicadas em livro, registrou a preocupação nos primeiros anos de colonização quanto à necessidade de migrarem para a região famílias que tivessem moças aptas para o casamento:

¹⁴ STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada**: a emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: Mclee. 2000, p. 50.

¹⁵ ROHDE, op. cit, p. 221. Marai Rohde era esposa do diretor da colonização, Carlos Rohde. Diante de sua origem letrada, possuía um desenvolvimento intelectual destacado, o que permitiu a ela registrar em livro as suas impressões dos primeiros 25 anos da colonização Porto Novo.

¹⁶ EIDT, Paulino. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

A vida na colônia já se apresenta hoje exatamente como a vigente em toda a parte. Porto Novo se apresenta rico em questão de moços jovens e enérgicos, mas é pobre quanto a moças jovens e aptas para o casamento. Por isso de momento deve recomendar-se seriamente Porto Novo a famílias cheias de moças (casadouras).¹⁷

O tema do casamento e da sucessão familiar através da herança será mais bem contextualizado no Capítulo 2, mas podemos de antemão afirmar que nas famílias camponesas dos pioneiros de Porto Novo, terra era sinônimo de casamento e continuidade das gerações.

A necessidade de mão de obra braçal era ocasionada pela escassez de equipamentos capazes de dar conta da rusticidade do terreno. Em suma, na propriedade se tinha uma junta de bois e utensílios básicos para o cultivo da terra. A utilização da força braçal era fundamental para os padrões produtivos da época. A implantação de máquinas e produtos químicos na agropecuária regional somente se daria de forma geral, a partir da década de 1950.

Geralmente cada família que adquiria a terra possuía a difícil tarefa de promover a derrubada da mata e iniciar o cultivo, ou seja, era necessária mão de obra de muitas pessoas. Os idealizadores do projeto Porto Novo consideravam que numa propriedade de 25 ha seria possível desenvolver a agricultura e gerar o sustento necessário para o grupo familiar. Geralmente, não era uma regra, cada grupo familiar possuía condições financeiras de adquirir somente um lote de terra, sendo que o pagamento deste lote muitas vezes ainda era feito na forma de financiamento ou em pagamento de serviços na abertura de estradas e derrubada da mata.

No entanto, essa característica gerou após anos de colonização, o problema da sucessão familiar. Ou seja, quando os filhos dos primeiros donos da terra casavam, não havia terra o suficiente para gerar a sucessão familiar. Surgiu, então, a partir da década de 1950, o problema dos limites das fronteiras agrícolas¹⁸, mesmo problema enfrentado pelos colonos nas colônias velhas do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Pe João Rick, apud: RABUSKE, Pe. A. e RAMBO, Arthur. **Pe João Rick, SJ**: cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 178.

¹⁸ As fronteiras agrícolas aqui entendidas representam os limites territoriais da colonização Porto Novo. Era orientação dos padres jesuítas evitar a miscigenação do povo de Itapiranga com outras culturas, por isso, os limites da colonização acabaram sufocando a população em crescimento, em território de pequenas proporções.



Figura 3: Família de colonos cultivando a terra.
Fonte: Acervo pessoal de Lisete Kauffmann.

De maneira geral, os migrantes que se estabeleceram em Porto Novo nas duas primeiras décadas da colonização trabalharam quase que exclusivamente na agricultura familiar de subsistência, produzindo primeiramente para o consumo familiar, e comercializando os poucos excedentes do cultivo de milho, fumo, e principalmente da banha. Durante muitos anos, o binômio fumo e banha foi o alicerce da economia camponesa na região, por se tratar de uma das poucas variedades com valor comercial para a época.

O fumo era plantado sem adubação química ou orgânica especial. Preferia-se derrubar mata virgem ou capoeirões, fazer a queimada, plantar as mudas e deixá-las por conta da natureza. A banha foi o primeiro produto de exportação genuinamente portonovense, mas não o suficiente para fazer circular dinheiro vivo e movimentar algum comércio. (...) A banha era produzida na propriedade, os agricultores criavam o porco tipo banha – *Speckschwein*.¹⁹

A suinocultura na região de Itapiranga foi impulsionada após a Segunda Guerra Mundial, quando começam a surgir, principalmente em São Paulo, frigoríficos que compraram suínos para abate, motivados pela expansão do mercado consumidor nacional. Na região de Itapiranga, muitos comerciantes passaram a se dedicar à compra dos suínos criados pelos colonos, transportando-os para frigoríficos em São Paulo. Surge então a partir da

¹⁹ JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000, p. 429.

década de 1950 a necessidade de se modernizar o plantel genético dos suínos, devido às exigências do mercado consumidor. Essa expansão na suinocultura regional acabou gerando na década de 1960 nosso foco de estudo, a implantação do frigorífico Safrita.

Da mesma forma, muitos se dedicaram à extração da madeira, bem como na abertura de estradas como forma de pagar as dívidas contraídas na compra das terras. A exploração da madeira representou uma das primeiras atividades econômicas rentáveis ao colonizador devido à exuberância da mata nativa. Muitos trabalhadores se dedicaram a essa atividade, derrubando as toras em meio a mata e transportando-as até o leito do Rio Uruguai, que em épocas de cheias era propício para a construção das balsas de toras, que eram transportadas por via fluvial até a Argentina, onde eram comercializadas.

A atividade madeireira através das balsas perdurou até por volta da década de 1950, quando se instalaram na região madeireiras e serrarias, que passaram a comprar as toras e transformá-las em produtos de valor comercial. Esse sistema de balsas e toda a logística envolta nesta atividade, desde a derrubada até a comercialização na Argentina, é um campo aberto para estudos futuros.²⁰

Podemos considerar que as três primeiras décadas, mais precisamente de 1926 até por volta da metade da década de 1950, foram singulares no processo de colonização da região de Porto Novo. A grande característica desse período foi justamente o isolamento da microrregião em relação a centros maiores. Essa conjuntura é evidenciada também nas considerações de Eidt e Silva, quando afirmam que,

o isolamento da região provocou condicionamentos adaptativos. Uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, movia os “pioneiros”. Todas as famílias eram potencialmente produtoras de alimentos, objetos de trabalho, roupas, calçados, móveis e outros. Do mercado longínquo e afastado, uma vez e outra eram adquiridos alguns produtos impossíveis de extrair da natureza local, como tecidos e sal. O parco dinheiro, proveniente quase sempre da venda da madeira, supria essas deficiências.²¹

Esta situação de dependência do meio natural em relação ao que o próprio trabalho poderia gerar também era sentida pelos caboclos que viviam na região. Esses sujeitos eram concebidos pela colonizadora e pelos colonos teuto-brasileiros como uma espécie de hospedeiros, alguém que não era muito bem vindo pela ideologia do padrão de colonizador

²⁰ Obra interessante para a compreensão da atividade balseira na região de Itapiranga é o livro: MÜLLER, Nicodemus; **Histórias de um balseiro**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

²¹ EIDT, Paulino. SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado**. Curitiba: CRV, 2011, p. 38.

idealizado pelo *Volksverein*, mas que foi muito importante para o desenvolvimento da colônia como mão de obra, bem como forma de adaptação dos germânicos com a cultura brasileira.²² Da mesma forma, o caboclo foi fundamental para o colonizador alemão ao repassar conhecimentos adquiridos de sua vivência em meio a mata, como medicamentos naturais e tratamentos de enfermidades típicas de locais inóspitos.²³

1.2.2 Os comerciantes – *geschäftsmann*

“Os comerciantes souberam, assim, adaptar-se a situações novas e criar ou recriar uma prosperidade estável, não só em suas empresas, como também nas vilas onde residiam.”

Jean Roche²⁴

Os comerciantes foram influentes no desenvolvimento da colônia Porto Novo, porque representaram a perspectiva de desenvolvimento econômico através da geração de divisas financeiras, uma espécie de excedente monetário produzido através da comercialização dos produtos de valor comercial produzidos pelo colono. Da mesma forma, foram os comerciantes que ofereciam em troca de dinheiro ou de produtos coloniais, a matéria prima de consumo necessária para a sobrevivência da colônia e que não poderia ser produzida nas propriedades da região.

O surgimento das casas comerciais está diretamente ligado com a divisão dos lotes e com a formação de centros comunitários. Todas as estradas e picadas interligavam-se com um centro comunitário, onde existia a escola, a igreja e a casa comercial. Essas estradas e a localização do comércio formavam o precário sistema de logística nas primeiras décadas da colonização, pelo qual a produção escoava para ser comercializada.

O comércio, ou a loja, teve seu desenvolvimento alicerçado no desenvolvimento da própria colônia e na capacidade dos colonos em produzir excedentes para a comercialização. Esse desenvolvimento nas primeiras décadas de colonização, da mesma forma como nas colônias velhas do Rio Grande do Sul, como demonstra o estudo de Roche (1969), estava diretamente ligado ao sistema de trocas, cuja influência foi decisiva na produção e na

²² O caboclo era considerado pelos jesuítas como uma espécie de hospedeiro, alguém não muito desejado, mas tolerado. Alguns caboclos seguiram a religião católica, esses eram tolerados pelos jesuítas.

²³ Ver estudo de Reichert (2008).

²⁴ ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 581

economia das colônias. Nesse sentido, Roche (1969) afirma que se formou uma simbiose entre o comércio e a agricultura, entre o comerciante e o colono.

A classe comercial também foi importante para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com destaque para as regiões de colonização europeia. Conforme Tedesco,

Insistimos na centralidade dos caminhos que levavam aos comerciantes na vida dos colonos e das colônias, bem como dos colonizadores e colonizadoras; sem eles, esses e consumidores urbanos e mesmo rurais teriam dificuldades de acesso e de satisfação de suas necessidades, bem como formas modernas de agroindústrias teriam dificuldade de se desenvolver.²⁵

A casa comercial nas três primeiras décadas de colonização funcionava de uma forma bem rústica. Geralmente eram comercializados ali produtos de necessidade básica dos colonos, como alimentos não produzidos na propriedade, bem como roupas e utensílios agrícolas. Geralmente cada casa comercial possuía um armazém para estocar a produção e um caminhão para o transporte das mercadorias.

Seyferth, em seu estudo sobre a colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, também condiciona a importância do comerciante para o desenvolvimento da colônia ao destacar que,

Os proprietários de casas comerciais, as *Kaufläden*, onde os colonos vendiam ou trocavam sua mercadoria por subsistência. A sobrevivência dos colonos nos seus lotes dependia estritamente da existência de uma parte da produção para vender no mercado, e da compra de gêneros nesse mesmo mercado, embora as transações em dinheiro não fossem tão frequentes. A venda foi extremamente importante, uma vez que toda a economia colonial girava em torno dela e apenas com poucas exceções as transações comerciais tomaram outro rumo.²⁶

Conhecido na região como *geschäftsman*, ou homem de negócios, o comerciante geralmente vinha das colônias do Rio Grande do Sul com a atividade comercial herdada de família. O comerciante era um personagem que detinha grande prestígio na comunidade, sendo um líder político e conselheiro dos colonos para as mais diversas atividades, como investimentos e atividades agrícolas.

Conforme Roche,

²⁵ TEDESCO, João Carlos. **De olho na balança!** Comerciantes coloniais no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Passo Fundo: Méritos; Porto Alegre: EST, 2008, p. 101.

²⁶ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim:** um estudo de desenvolvimento. Porto Alegre: Movimento, 1999, p. 95.

Os comerciantes rurais tiveram consciência de pertencer a uma classe cujo tronco era o negócio, mas no qual podiam enxertar ramos diferentes e cujos frutos recompensavam largamente sua iniciativa (...) Além disso, tiveram consciência de encarnar essa classe e de elevá-la acima do meio rural circundante, não fosse senão porque a criação e a gestão de seu negócio deram aos comerciantes rurais o hábito e o gosto da responsabilidade a aptidão e a preparação para o mando. Os empreendimentos coletivos e os jogos da política, decidiam-se ou faziam-se geralmente em suas vendas e, na realidade, sob sua direção.²⁷

O comerciante comprava o excedente da colheita, fazia pequenos financiamentos e vendia produtos para os colonos, criando um compromisso de fidelidade e cega confiança. Os acertos de conta eram feitos por ocasião da colheita, da venda de fumo ou de porcos. Como o colono devia na loja do comerciante, ele se sentia na obrigação moral de entregar a sua produção. Em não poucos casos os colonos depositavam suas economias no caixa da casa comercial, como uma espécie de banco informal. “Assim o comerciante era admirado, tido como modelo, pois era ele quem comprava, vendia, financiava, que fazia corridas para a cidade ou ao hospital, que dava conselhos.”²⁸



Figura 4: Casa comercial em Itapiranga, década de 1940.
Fonte: Jungblut²⁹

A família do comerciante era muito respeitada nas relações comunitárias. Os membros de sua família eram atuantes nos conselhos comunitários, em certos momentos líderes

²⁷ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 581.

²⁸ Jungblut, 2000, op. cit, p. 472.

²⁹ Idem, p. 352.

respeitados e idolatrados pelos colonos. Em algumas localidades maiores, podia-se encontrar duas ou mais casas comerciais, sendo que as famílias que administravam esse comércio não raras vezes alimentavam intrigas e disputas pelo poder político e econômico sobre a comunidade, causando muitas vezes intrigas que dividiam grupos sociais, subordinados, influenciados e sob tutela de determinados comerciantes. No entanto, pelo seu poder ideológico, econômico e político, muitos comerciantes também eram repudiados e odiados na colônia, principalmente por aqueles que sentiam lesados nas transações comerciais, que na maioria das vezes, favoreciam o comerciante em detrimento do colono produtor da matéria prima.

1.2.3 Os padres jesuítas e o desenvolvimento da Colônia Porto Novo

A Companhia dos Jesuítas foi uma ordem religiosa católica fundada na Europa do século XVI, caracterizada principalmente por promover a fé dos fiéis católicos e cristãos e trabalhar na manutenção dos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana. Uma de suas características marcantes ao longo da história foi sua atuação em empreendimentos de colonização e expansão das fronteiras da religião católica, que vão desde a chegada dos portugueses em solo brasileiro, no século XVI, até a promoção de colônias no Sul do Brasil no século XX.³⁰

De maneira geral, podemos afirmar que a atuação da Companhia de Jesus nas colônias alemãs do Sul do Brasil está diretamente vinculada aos interesses da Igreja Católica, que, perante as turbulências e as condições de vida dos trabalhadores na Europa do século XIX, “devia se envolver com mais intensidade nas questões da sociedade (...), surgia assim uma nova concepção do papel da Igreja e da religião na sociedade, o catolicismo social.”³¹

Nesse sentido os Padres Jesuítas demonstravam no final do século XIX uma preocupação quanto aos rumos da sociedade mundial, principalmente da europeia, que encontrava-se a mercê de um processo de desenvolvimento centralizador e excludente, e também de ideologias político-partidárias como o comunismo e os ideais liberais, que ameaçavam a integridade espiritual dos fiéis.

Essa preocupação da Companhia de Jesus transferiu-se também para as colônias alemãs do Sul do Brasil. No final do século XIX e início do século XX, os Padres Jesuítas

³⁰ Para compreender a atuação dos jesuítas no Sul do Brasil, ver a obra: SCHUPP, Ambros. **A missão dos jesuítas no Sul do Brasil**, Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

³¹ WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2011, p. 14.

enfrentavam no Brasil grandes dificuldades em se impor perante as correntes ideológicas tão combatidas por eles na Europa. A congregação dos jesuítas mantinha desavenças com políticos liberais e comunistas, a imprensa e os maçons, como percebemos no livro escrito por Ambros Schupp³². Daí a ideia de se criar uma colônia nova, que servisse como uma espécie de vitrine para o trabalho dos Jesuítas em território brasileiro, necessariamente uma colônia que buscasse cultivar os valores católicos e alemães.

Já no século XIX, havia a preocupação em se fundar uma colônia homogênea, onde se pudessem desenvolver os valores da cultura alemã e do catolicismo cristão, aspecto já discutido no início deste capítulo. Essa possibilidade surgiu no início do século XX com a compra de uma gleba de terras no extremo oeste catarinense onde foi fundado empreendimento. O que nos interessa neste momento do estudo é destacar a importância que os padres jesuítas tiveram no desenvolvimento da colônia, desde a idealização do projeto até a assistência espiritual e comunitária dada aos colonos que compraram terras nessa colonização.

A religiosidade pode ser considerada a característica central do desenvolvimento da colônia Porto Novo, pregada insistentemente pelos padres jesuítas nas famílias, na escola e na catequese. Todos os católicos da colônia, alguns com mais intensidade, outros com menos, deviam obediência aos princípios doutrinários e aos conselhos pregados pelo clero nas homilias, catequese e meios de imprensa. As palavras do padre sobre os fiéis serviam de diretrizes seguras, elas tinham um poder de persuasão e decisão.

Outro fator importante a se destacar da importância que o clero desempenhava perante a sociedade é a ausência do Estado nas três primeiras décadas de colonização de Itapiranga. De 1926 a 1954, ano da emancipação do município, os órgãos governamentais e as ações de governo, tanto do Governo do Estado de Santa Catarina bem como do município de Chapecó, fizeram-se sentir muito pouco na região. Assim, o clero através da Companhia de Jesus e das Irmãs da Divina Providência, ficaram responsáveis por coordenar a implantação de hospitais, a construção de escolas e igrejas. O clero era a personificação da ausência do próprio Estado, que através da motivação social e do espírito comunitário, engajava a sociedade a colaborar de forma coletiva na edificação de uma infraestrutura necessária para a sobrevivência da população local.

³² SCHUPP, Ambros. **A missão dos jesuítas no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.



Figura 5: Padres da Companhia de Jesus em Itapiranga, autoridades religiosas, políticas e administrativas. Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

A religião teve ao longo da história um poder de persuasão sobre os fiéis, pregando valores morais e instruindo-os sobre os mais variados temas da vida, desde cultura, economia e política. No entanto, em cada período histórico essa influência teve certo grau de intensidade. Temos, nesse sentido, a tese de Max Weber³³ sobre a influência da ética protestante sobre o desenvolvimento do capitalismo na Europa do século XIX. Da mesma forma, Werle em sua tese de doutoramento, analisou a influência da religião sobre as sociedades ao afirmar que “não se pode definir de antemão que a religião seja um reflexo das estruturas sociais ou que tenha autonomia absoluta, desvinculada da esfera social, mas sim que sua relação é dinâmica, se altera e se adapta de maneira diferente a cada contexto.”³⁴

Os fiéis aprendiam desde o catecismo que tudo que os pais, o professor, e principalmente os sacerdotes diziam não podia ser contestado, devia sim, ser acatado. “Os religiosos eram tidos como seres superiores, porque se dizia que foram escolhidos entre os mortais comuns e ungidos. O povo tinha no padre uma referência, um conselheiro e um intermediário.”³⁵

³³ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

³⁴ WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão: congresso católicos na Alemanha e no Sul do Brasil**. Florianópolis: Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, p. 06.

³⁵ JUNGBLUT, op. cit., p. 546.

Outro fator importante da influência dos padres jesuítas sobre a população era o poder de persuadi-los a contribuir financeiramente ou com dias de trabalho, em obras de caráter público e relevância coletiva. Assim, todos eram coagidos a trabalhar na construção de igrejas e escolas, centros comunitários, e a investir em obras consideradas pelo clero como alternativas para a manutenção dos padrões culturais da colônia Porto Novo, como um Seminário e a construção do frigorífico Safrita, nosso foco de estudo.

No entanto, a importância que se pode denotar aos padres jesuítas no desenvolvimento da colônia Porto Novo além da assistência religiosa, era a influência que o clero passou a ter sobre questões cotidianas dos moradores da colônia. Nesse sentido, passou-se a instruir os colonos sobre questões relativas à prática agrícola e investimentos financeiros. Nessa conjuntura temos de destacar o papel dos Congressos Católicos, os *Katholikentag*, organizados nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, com uma edição sendo realizada em Itapiranga no ano de 1934.

A primeira edição dos Congressos Católicos foi organizada na Alemanha a partir de 1848, tendo como objetivo inserir a Igreja de forma mais incisiva em questões de interesse social. “Com palestras abertas para o povo, reuniões para dirigentes de associações católicas, secções culturais com música, teatro, exposições, jantãs e almoços coletivos, procissões animadas com fogos e música, os eventos foram crescendo a cada ano e se consagrando no catolicismo alemão.”³⁶ Desse modo, portanto, o catolicismo alemão se organizou a partir de uma ampla estrutura associativa, que procurava abranger todas as dimensões da vida dos fiéis: econômica, social e cultural e por esta via, visava fomentar uma relação mais estreita entre leigos e Igreja, isto é, fomentar a aproximação dos leigos com a Igreja.

No final do século XIX, esse evento foi realizado pela primeira vez no Sul do Brasil, com a finalidade de integrar e promover o desenvolvimento das colônias alemãs e de seus habitantes. Foram organizados diversos Congressos Católicos, que reuniam centenas de líderes comunitários de diversas regiões de colonização alemã, para discutir aspectos de religiosidade, valores familiares e comunitários, política, economia e aspectos relacionados ao futuro das colônias. Apesar do aparente caráter de coletividade e de democracia, as discussões e decisões abordadas nesses congressos estiveram condicionados aos interesses dos jesuítas, conforme o estudo de Werle (2006).

Em Itapiranga, o primeiro Congresso Católico foi organizado em 1934, tendo a participação de em torno de 2.000 pessoas durante os quatro dias do evento. Desse Congresso,

³⁶ WERLE, 2011, op. cit. p. 17

destacamos as discussões referentes a indissolubilidade do casamento, os futuros homens, a beleza de uma virtuosa sexualidade, a força da fé dos santos mártires, a fortificação da fé entre os colonos, conjuntura da agricultura no período, questões de saúde mental e corporal, fontes de ameaça contra a fé e o bem estar do corpo e da alma das pessoas do interior, a falsa economia na educação e na leitura, fidelidade à cultura, à fé e ao modo de viver dos antepassados.

Essa conjuntura de atuação dos padres jesuítas e da Igreja Católica na região de Itapiranga, antiga colônia Porto Novo, nos dá uma noção do amplo controle social que a religiosidade exercia perante os colonos e sociedade em geral. No nosso foco de estudo, o caso Safrita, essa conjuntura também se aplica porque os padres jesuítas foram os grandes incentivadores desse empreendimento, incentivando a modernização da atividade agrícola na região e da mesma forma instigando os colonos a investir em novas atividades econômicas, tendo em vista o futuro de uma sociedade que se encontrava em crise na década de 1950, aspecto que será discutido no próximo capítulo.

1.2.4 As relações de poder e a hierarquização social

“Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos.”
Michel Foucault³⁷

Numa sociedade que tinha como princípio os aspectos étnico e religioso, a hierarquia social e as relações de poder tornam-se um fator frutífero para entender de que forma os fatos históricos se sucederam. Acreditamos que, para manter um empreendimento de tal magnitude como a colonização Porto Novo, sustentada nos padrões do catolicismo cristão e alemão, foi necessária uma complexa rede de poder e hierarquização social para que este empreendimento tivesse o desenvolvimento que alcançou.

Compartilhamos da noção de poder discutida por Galbraith³⁸ de que as relações de poder numa sociedade são fundamentadas na personalidade e na organização. A personalidade, ou a liderança, é a qualidade do físico, da mente, da oratória, de firmeza moral ou de qualquer outra característica pessoal que dá acesso a um ou mais instrumentos de poder. Entretanto, nos tempos modernos, a personalidade está primordialmente associada ao poder condicionado, à aptidão em persuadir ou gerar crenças. A organização seria a fonte de poder

³⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 146.

³⁸ GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1999.

mais importante nas sociedades modernas. É, portanto, da organização que provém a persuasão necessária e a conseqüente submissão aos seus propósitos. “Personalidade, propriedade e organização se combinam em diversos graus. Daí surge uma combinação variável de instrumentos para a imposição do poder.”³⁹

A primeira hipótese acerca dessa conjuntura é o fato de que nessa sociedade a liberdade de expressão e de comportamento esteve diretamente subordinada aos valores morais e religiosos do período. Criou-se uma espécie de corpo homogêneo, sustentado em relações de poder bem definidas nos estratos sociais. Esse poder se constituía nas relações comunitárias e se reproduzia no interior das famílias, na relação entre homens e mulheres, pais e filhos.

A segunda hipótese é o aspecto da hierarquização social. Nesse sentido, entendemos que na sociedade regional cada pessoa tinha conhecimento a qual estrato social pertencia, estando claro que havia pessoas que possuíam maior poder de persuasão perante o coletivo. Foucault, em seu estudo sobre a microfísica do poder, afirma que numa sociedade existem relações de poder múltiplas que caracterizam e constituem o corpo social, que se sustenta principalmente num discurso. Ou seja, para compreendermos de que forma a hierarquização social se constituiu na sociedade regional, temos de entender que nessa sociedade existiam grupos sociais que detinham o poder de persuadir e de definir o que era o certo e o que era o errado. Nesse sentido, temos os grupos sociais dos colonos, dos comerciantes e do clero, sendo a hierarquia social constituída precisamente nessa ordem crescente.

Conforme Werle,

Cabe ao pesquisador estabelecer as conexões entre os diferentes fatores de modo a chegar a uma compreensão. Para isso, deve ir além das representações que os agentes incorporam e que lhes propiciam justificativas simbólicas para a posição que ocupam na estrutura social, reconstruindo o sistema completo de relações simbólicas e também das não simbólicas, ou seja, as condições de existência material e a hierarquia social daí resultante.⁴⁰

No estudo de Eidt e Silva acerca do caráter de reino religioso da colônia Porto Novo, os autores esclarecem que o poder pastoral era muito forte nessa sociedade, tentando de todas as formas eliminar a diversidade. Nas comunidades, líderes tinham a função de registrar, diferenciar e comparar, sendo que esses grupos eram investidos de poder, dando vida a uma espécie de panóptico comunitário. “A igreja se constituía numa unidade poderosa em torno da

³⁹ GALBRAITH, 1999, op. cit., p. 07.

⁴⁰ WERLE, 2006, op. cit., p. 05.

qual tudo se ramificava. Nas desavenças entre os migrantes pioneiros, o clero arrogava-se o direito de estabelecer a verdade.”⁴¹

O líder comunitário, geralmente personificado na pessoa do comerciante, era um representante direto do clero em sua ausência da vida comunitária. Pelo seu poder econômico, ele exercia perante os colonos a condição de orientador e conselheiro, ele passou a ser alguém que sabia mais, que tinha mais e estar ao seu lado significava status. O comerciante era o eleito para ser líder político. Essa situação de dependência é uma amostra ou um diagnóstico que demonstra com precisão o elevado estado de fragilidade em que se debatia o agricultor.⁴²

Empreguemos aqui o conceito de submissão discutido por Edgar Morin (2005), quando destaca que ser submetido não significa ser dominado de fora, como um prisioneiro ou um escravo, mas, sim, que uma potência subjetiva mais forte impõem-se sobre o ego do indivíduo, e literalmente o subjuga. “Podemos ser possuídos subjetivamente por um Deus, um Mito, uma Ideia, que instalados como um vírus no programa egocêntrico nos comandará, imperativamente, enquanto cremos servir voluntariamente.”⁴³

Nesse sentido, temos de destacar o caráter de coletividade que se desenvolveu nessa sociedade. Ou seja, mesmo diante dessas situações de relações de poder e hierarquização social, a noção de coletividade esteve presente no imaginário regional. Daí que surgem as obras comunitárias, idealizadas por um pequeno grupo de pessoas, mas que através da estrutura social descrita acima, conseguiram dar um caráter de coletividade aos empreendimentos. Dessa forma, entendemos porque os colonos acatavam os desejos de outros grupos sociais, engajando-se muitas vezes de forma cega em empreendimentos apresentados como de interesse coletivo. No nosso caso, essa conjuntura refletiu na compra de ações por parte dos colonos da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – Safrita.

Não é por acaso que, em sociedades com características idênticas as da antiga colônia Porto Novo, se desenvolvem com maior facilidade empreendimentos coletivos, cooperativas, entidades filantrópicas e associações. São nessas colonizações que os aspectos da união e da cooperação encontraram solo propício para se desenvolver, onde as individualidades estavam subordinadas à coletividade, onde a submissão condicionada esteve enraizada na cultura. Entendemos que os aspectos do associativismo e da cooperação podem ter sido uma alternativa dos colonos frente a algumas condições adversas da economia da época,

⁴¹ EIDT e SILVA, 2011, op. cit., p. 25.

⁴² STRIEDER, 2000. Op. cit.

⁴³ MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução Juremir Machado da Silva, 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 79.

principalmente no que tange à comercialização dos produtos e à formação de capital financeiro.

1.3 O texto no contexto

Para o nosso foco de estudo, destacamos os grupos sociais que participaram de forma mais efetiva na fundação de um frigorífico em Itapiranga. É evidente de que existiam muitos grupos de pessoas, com as mais variadas atividades econômicas e as mais variadas visões e posicionamentos. No entanto, temos de destacar três grupos sociais que consideramos terem sido fundamentais no processo que ora buscamos contextualizar.

O primeiro deles é o grupo social dos colonos e suas famílias, que em suas propriedades produziam principalmente gêneros alimentícios para o consumo familiar, mas que também buscavam produzir produtos que tivessem valor comercial para a época. É preciso ter claro que não é por nada que a grande maioria dos colonos produziu o fumo e a banha durante muitos anos, pois eram os únicos produtos que poderiam gerar de forma efetiva algum retorno financeiro. Fica evidenciado que os colonos possuíam uma visão de produção para o consumo familiar, mas não somente, pois a perspectiva da produção para a comercialização estava bastante presente.

O segundo grupo social que contextualizamos foi o grande responsável pela circulação de produtos e mercadorias na colônia. Os comerciantes foram grandes responsáveis pela geração de capital através da compra e venda de gêneros variados, dando dinamicidade e oxigenação à colônia. O surgimento do capital comercial é muito importante para compreendermos o processo de fundação de indústrias na colônia.

O grupo social religioso, representado pelos padres jesuítas, como idealizadores do projeto de colonização, foram muito importantes para o desenvolvimento da colônia. Apesar de serem conservadores em aspectos sociais, morais e religiosos, foram grandes estimuladores do desenvolvimento econômico da região, pois era de seu interesse que a colônia e os seus moradores tivessem condições financeiras favoráveis. O sucesso da colonização se mediu também pelo desenvolvimento econômico atingido.

Estes três grupos sociais formaram uma teia de relações complexa na colonização que se sustentava com base na hierarquização e nas relações de poder. Nesse contexto, ocorreu a fundação da agroindústria Safrita, sendo esses três grupos sociais os motores principais desse empreendimento.

2.0 O ESGOTAMENTO DO MODELO PRODUTIVO DA COLÔNIA

“... e o esgotamento do solo é o pesadelo de todas as colônias.”
Jean Roche⁴⁴

“Ser colono não significa apenas ser um agricultor que cultiva a terra, mas comportar-se de acordo com um conjunto de valores simbólicos e práticas culturais identificadas com o modo de vida colonial.”
Sérgio Schneider⁴⁵

A história da humanidade, de maneira geral, foi construída através de ciclos de desenvolvimento que desencadearam progressos e retrocessos. Nesse sentido, sociedades construíram ao longo da história novos modos de vida, adaptaram-se a novas condições de existência, criaram possibilidades, migraram em busca de novas alternativas, e até mesmo sucumbiram para a extinção. Não foi diferente no caso da colonização Porto Novo. Podemos afirmar que as quatro primeiras décadas do empreendimento mantiveram um padrão histórico típico, do que comumente chamamos de colonização: a derrubada da mata nativa, as primeiras colheitas rudimentares, as práticas agrícolas tradicionais e as relações sociais com traços peculiares.

Essa conjuntura começou a mudar a partir da década de 1950, fruto das novas levas de migrantes, da prática agrícola tradicional com deficiências produtivas, dos limites das fronteiras agrícolas⁴⁶ e da nova visão de desenvolvimento e progresso idealizada a partir da emancipação do município de Itapiranga. Da mesma forma, temos de compreender a política de desenvolvimento adotada no Brasil a partir daquela década que teve reflexos diretos na região, impulsionando a modernização da agricultura, a industrialização e a urbanização da população brasileira.

Os aspectos que abordaremos nesse capítulo são primeiramente a questão da crise do sistema colonial tradicional, através do limite das fronteiras agrícolas, o esgotamento do solo e o conseqüente problema da sucessão familiar na agricultura. Acreditamos na hipótese de que a crise conjuntural da colônia Porto Novo forçou a sociedade regional a construir novos

⁴⁴ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 295

⁴⁵ SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 149.

⁴⁶ As fronteiras agrícolas aqui entendidas representam os limites territoriais da colonização Porto Novo. Era orientação dos padres jesuítas evitar a miscigenação do povo de Itapiranga com outras culturas, por isso, os limites da colonização acabaram sufocando a população em crescimento, em território de pequenas proporções.

padrões sociais, novas identidades e buscar alternativas de sobrevivência frente ao modelo agrícola e social em decadência.

O objetivo é de oferecer uma compreensão sobre a forma de que o sistema colonial implantado na colonização Porto Novo entrou em crise a partir da década de 1950. Nesse sentido, buscaremos contextualizar a forma como o colono e sua família concebiam a propriedade, o trabalho com a terra, e os diversos fatores relacionados a essa conjuntura. O intuito é destacar que a crise desse sistema colonial tradicional, ou seja, aquele padrão de colônia implantado na década de 1920, foi fator determinante para a formação de uma nova conjuntura histórica.

Foram nos momentos de crise que as sociedades construíram novos padrões de vida, novas relações de trabalho, novas formas de conceber a sua existência. Assim, os colonos, alguns com maior, outros com menor intensidade, tiveram que rever seus valores morais, seus padrões religiosos, a forma como concebiam o trabalho na terra, e as suas perspectivas de futuro. Podemos afirmar que, nas décadas de 1950 e 1960, a sociedade regional repensou seus padrões de vida. A crise não nos remete a um fim, mas sim, a uma transformação, uma construção de uma nova realidade, uma readaptação ao meio.

Entendemos que a busca por uma nova condição de vida por parte do colono e de sua família foi um fator determinante para a formação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga, pois esse empreendimento trouxe novas perspectivas de sociedade, que não são nosso foco de estudo.

Temos a compreensão de que foi num momento de crise do sistema colonial que gerou essa perspectiva empreendedora na região, tendo sido ela espontânea ou até mesmo condicionada. O objetivo é justamente colaborar na compreensão dessa concepção de crise do sistema colonial tradicional.

Na história, as crises não ocorrem de forma isolada, não são simplesmente um fato, um momento. As crises são resultados de um processo, de uma conjuntura histórica, de uma caminhada da sociedade, que através de suas ações, ou até mesmo através de sua inércia, geraram um acontecimento, uma consequência.

2.1 Aspectos da agricultura tradicional

“No campesinato é impossível separar a prática econômica da família.”
Margarida Moura⁴⁷

⁴⁷ MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. São Paulo: Ática, 1986, p. 25.

Há na atividade do campesinato reciprocidades e lógicas que caracterizam a atividade no dia a dia. Diversos autores trabalham essas reciprocidades como elementos essenciais para entender a subjetividade do trabalhador do campo e sua relação com o meio. Nesse sentido, o tripé “Deus, Homem e Terra” é utilizado no artigo de Ellen Woortmann, e representa, conforme a autora, “numa relação de reciprocidade entre os três pólos daquele triângulo”.⁴⁸ Poderíamos também utilizar do tripé “Terra, Trabalho e Família”, proposto no estudo de Tedesco nas colônias italianas do Rio Grande do Sul⁴⁹.

Essa reciprocidade entre as esferas fica mais evidente na prática da agricultura tradicional, ou seja, aquela atividade desprovida totalmente, ou em parte, de agentes externos e artificiais, como agentes químicos e máquinas. Conforme Woortmann (2009), o trabalho do colono denota respeito com a terra, com aquilo que ela pode oferecer, em especial os alimentos que ela é capaz de produzir. Em contrapartida, o trabalho da terra é receber a semente, fazer nascer e crescer a planta. O trabalho de Deus é o de oferecer chuvas e um clima adequado, não castigando a Terra e o trabalho do Homem.

Tem-se, portanto, como que uma “humanização” da natureza, uma concepção “etno-ecológica holista”. O homem deve saber que a terra “precisa ser bem tratada”, do que resulta uma forma de reciprocidade positiva. Mas, se o homem desgastar a terra, não a deixando “descansar quando ela precisa” ou não der “a vitamina que ela necessita”, ela se tornará estéril; ela “se vingará” não o provendo de alimentos e, por conseguinte, deixando sua família em situação de “precisão”.⁵⁰

Essa concepção de reciprocidade é fundamental para a concepção de como se estrutura uma propriedade na agricultura tradicional. A propriedade precisa funcionar em certa harmonia, pois um elemento depende necessariamente do outro. Quando algum componente falhar, ou não desempenhar adequadamente sua função, fato que Woortmann (2009) denominou de consorciamento, quebra-se um ciclo do modelo produtivo da propriedade.

Assim, quando as chuvas não são regulares, as plantas não se desenvolvem adequadamente, e, conseqüentemente, a colheita não é boa. Nesse sentido, é afetado um ciclo,

⁴⁸ WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119.

⁴⁹ TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. Tese de doutoramento apresentado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. 1998. (Mimeo)

⁵⁰ WOORTMANN, op. cit, p. 120

pois é afetada a alimentação da família e dos animais da propriedade. Como consequência da má colheita, é afetado também o excedente para a comercialização, o que configura pouca renda à família do colono, e conseqüentemente, a sua autoestima perante a família e a sociedade, pois ele não possui potencial de investimento e compra de utilidades para a propriedade, como roupas, alimentos e utensílios.

Na concepção de Chayanov, o produto resultante do trabalho do colono num ano ou numa colheita é determinante para a sua satisfação perante a atividade. Conforme o autor,

o grau de auto exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, e em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido.⁵¹

O esforço despendido por cada elemento do grupo familiar durante um ano de trabalho é medido no final da colheita, através do resultado que foi obtido. Então, quando a colheita é boa, a satisfação do colono é medida pela intensidade e penosidade com que ele trabalhou na lavoura. Contrariamente, quando o resultado da colheita não é bom, há a sensação de castigo divino, ou a concepção de que não houve integral dedicação no trabalho efetuado. A noção de castigo de Deus afeta o tripé que foi anteriormente discutido nas ideias de Woortmann (2009), ou seja, quando Deus manda algum castigo, através de uma seca ou de alguma peste que afetou a colheita.

Contrariamente, a intervenção divina também é vista pelo colono como a salvação de um momento de dificuldade na colheita. Como exemplo na colonização Porto Novo, temos o ano de 1933, quando a região sofreu com um inverno rigoroso, uma seca prolongada e ainda com o ataque de gafanhotos que danificaram as plantações. Quanto a esse ano, Maria Rohde escreve em suas memórias uma espécie de agradecimento a Deus por ter auxiliado os colonos na salvação da colheita daquele ano:

Na época que fomos atacados pelos gafanhotos, iniciou-se também, um período de seca prolongada, mas que agora prometia acabar com a benção molhada que vinha do céu. Isso permitiu que os agricultores voltassem suas esperanças de ganho para uma nova semeadura. E mais uma vez se

⁵¹ CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Org). **A questão agrária**. Tradução de Edgar Malagodi, Sandra Brizolla e José Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 138.

evidenciou: “onde a necessidade é maior, Deus está mais próximo.” Sempre de novo era assim, nas épocas de maior desânimo. Essa segunda colheita foi magnífica, apesar da geada, seca, gafanhotos e outras pragas.”⁵²

Na concepção de Jungblut (2000), podemos caracterizar em traços gerais a agricultura tradicional praticada pelos colonos. Conforme o autor, as terras eram naturalmente férteis, o que inicialmente gerou boas colheitas. O colono trabalhava com instrumentos que exigiam muito esforço físico, como enxada, foice, arado de tração animal, máquina manual de plantar cereais, carroça, geralmente possuía uma junta de bois e um cavalo. Plantava-se milho comum com semente não controlada, e os alimentos que eram comumente utilizados para a alimentação da família e dos animais. De valor comercial significativo, somente o fumo e a banha.

2.2 O esgotamento do solo e os limites das fronteiras agrícolas

Apesar das dificuldades iniciais, os moradores de Itapiranga conseguiram criar um ambiente de trabalho e de produção que gerou certo grau de prosperidade na colônia. Com a abertura de terras para a produção e as sucessivas colheitas, os colonos puderam produzir excedentes que pudessem ser comercializados. Além disso, começaram a se desenvolver pequenos núcleos urbanos com o desenvolvimento da sede do município, gerando outras atividades econômicas que trouxeram maior dinâmica para a economia de Itapiranga.⁵³

Para compreendermos o processo de crise do sistema colonial tradicional, temos de primeiramente entender qual era a concepção de desenvolvimento presente nos colonizadores. De maneira geral, podemos afirmar que a necessidade inicial era derrubar a mata densa para iniciar a atividade agrícola. Nesse sentido, a floresta era vista como um empecilho para o desenvolvimento da região, fato estudado por Rambo. Conforme o autor,

Por isso dizem os colonizadores que nada foi derrubado desnecessariamente, uma vez que ‘não tinha como plantar no meio do mato’. A terra, como era o esperado pelos imigrantes, dizem ter sido muito boa, ao ponto de acreditarem não existir ‘outra mais fértil’ e que não eram necessários

⁵² ROHDE, op. Cit., p.187.

⁵³ Após 25 anos de colonização, já haviam se desenvolvido pequenos núcleos urbanos e a criação de atividades comerciais e modestas indústrias. Houve a abertura de estradas, a criação de linhas regulares de transporte de passageiros. A população disponibilizava de escolas de educação básica e uma assistência hospitalar, mesmo que distante dos lotes coloniais. Os colonos comercializavam produtos de valor nas casas comerciais o que gerava dividendos. Grande área de mata havia se transformado em lavouras e havia em funcionamento uma cooperativa de crédito e outra de produção.

quaisquer defensivos agrícolas. Plantava-se, limpava-se e colhia-se. ‘Era tudo feito pela natureza’ dizem alguns. O desmatar e o queimar é inerente ao ciclo abordado, tido como necessidade.⁵⁴

A mata fechada era um problema para o colono pelo fato de representar certo grau de perigo pelo isolamento de sua propriedade e pela presença de animais selvagens e insetos. Da mesma forma, a derrubada da mata era vista como um fator de sucesso do empreendimento colonizador pelas lideranças, pois aos olhos deles e de futuros compradores de lotes de terra, o desenvolvimento da região era medido pelas lavouras exuberantes e pelo caráter civilizatório do meio, já que em meio a floresta densa, proliferava-se a visão de selvageria e isolamento. A derrubada da mata criava certo imaginário civilizatório aos olhos das lideranças locais.

Em relatório publicado pela direção da colonização de Itapiranga na Revista *Skt Paulusblatt* no final da década de 1940, temos uma compreensão dessa necessidade de o colonizador vencer a mata virgem:

Seríamos injustos, se aqui não fizéssemos uma menção especial aos homens, dedicados e ansiosos em progredir, pois certamente lhes devemos, e ao seu trabalho, que Porto Novo se tornasse o que é hoje, uma colonização modelar, com um futuro promissor. Ali onde 1.412 pioneiros corajosos aceitaram enfrentar a luta contra a mata virgem, ela será derrotada, em breve. Ali, onde há pouco ainda dominavam os gigantes da floresta, levantando seus galhos aos céus, hoje o milho dura na lavoura, o fumo espalha suas folhas largas, ou o agricultor queima sua roça nova. A estes corajosos colonizadores expressamos nossa gratidão.⁵⁵

É preciso entender que não havia entre os colonizadores, a consciência ambiental como se conhece na atualidade. A derrubada da mata, e como demonstra o depoimento acima, “a luta contra a mata virgem”, era uma necessidade de sobrevivência do colono e do próprio empreendimento de colonização.

⁵⁴ RAMBO, Lorival Inácio. **Um outro olhar sobre a colonização: a relação homem-natureza**. Chapecó, SC: Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária de Chapecó, 2007. (Mimeo), p. 139.

⁵⁵ Revista *Skt Paulusblatt*, *apud* Rohde, op. cit., p. 154.



Figura 6: Ao fundo, a mata a ser desbravada no interior de Itapiranga, década de 1940.

Fonte: Casa da Cultura de São João do Oeste.

No trabalho de doutoramento de Eidt, podemos compreender como funcionava a relação do colono com o meio ambiente, quando afirma que,

No mês de Agosto, as famílias estavam envolvidas com a derrubada de matas. O desmatamento tomava conta de áreas cada vez maiores; mesmo nos locais mais íngremes e inacessíveis, a destruição já era iminente. A pressão demográfica da segunda geração de migrantes, frutos incontestáveis da atmosfera religiosa, acelerava e impulsionava a ocupação de mais espaços. As reservas de terra por cultivar, extremamente férteis, paulatinamente foram sendo incorporadas em substituição de outras estéreis, em função da ação do tempo. A abertura de novas estradas, ligadas a outros espaços de consumo, acelerou as relações de mercado, desencadeando a produção de um excedente cada vez maior.⁵⁶

O método mais utilizado pelos colonos para vencer a mata virgem e os capoeirões era a queimada. Esse método, de maneira geral, também era utilizado pelo caboclo usando-o em meio à floresta para preparar pequenas áreas de cultivo. Em referência ao estudo de Roche⁵⁷, podemos afirmar que a queimada era um método já praticado nas colônias mais antigas do Rio Grande do Sul, gerando na opinião do autor, o esgotamento do solo para o cultivo. “O esgotamento do solo é o pesadelo de todas as colônias, foi a conservação da técnica da

⁵⁶ EIDT, Paulino. *Os sinos se dobram por Alfredo*. Chapecó: Argos, 2009, p 189.

⁵⁷ Roche, 1969.

queimada que empobreceu, de um lado, a coletividade calcinando as terras e de outro o próprio colono, reduzindo o rendimento progressivamente, inexoravelmente.”⁵⁸

Nesse sentido, temos o exemplo do cultivo de milho nas propriedades da região. A cultura do milho no período da agricultura tradicional da colonização esteve voltada principalmente para a alimentação dos animais e do grupo familiar. Os colonos plantavam o milho comum, amarelo e branco, de baixa qualidade para a alimentação para os seres humanos. As sementes eram selecionadas pelo próprio colono, sendo feitas trocas de sementes entre vizinhos. A produtividade era muito pequena por hectare plantado, girando em torno de 27 sacas por hectare na década de 1960. O plantio era feito de forma rudimentar, e a capina era o método utilizado para conservar a plantação das ervas daninhas. A colheita era feita de forma braçal, envolvendo praticamente todos os membros da família, e a estocagem era feita em paióis, expostos a ratos e pragas diversas. Era uma atividade que despendia muito trabalho e pouco retorno financeiro⁵⁹.

A prática da agricultura em Itapiranga na década de 1950 encontrava-se num estágio bastante tradicional. Apesar das técnicas predatórias consideradas atualmente como predatórias, estes eram basicamente os recursos que o colono dispunha para a atividade agrícola. Estas técnicas foram herdadas dos antepassados ou ensinadas pelos caboclos que na colônia viviam. As imposições e limitações técnicas condicionavam os colonos a praticar este padrão de agricultura

Conforme Jungblut,

O agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes a lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava a rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha a roça.⁶⁰

Retomando o estudo de Roche, como referencial analítico das condições econômicas vivenciadas pelos alemães nas colônias do Sul do Brasil, percebemos que a crise do sistema produtivo vigente nos primeiros anos de colonização gerou a queda na produção e a

⁵⁸ ROCHE, op. cit., p. 295.

⁵⁹ Conforme Jungblut (2000), na década de 60 colhia-se uma média de 27 sacas de milho por hectare, na década de 70 colhia-se 40 sacas/ha, na década de 80 a média era de 47 sacas/ha e na década de 90 colhia-se 70 sacas/ha. Segundo o autor essa evolução ocorreu através da modernização da agricultura, com a implantação de melhores sementes e tecnologias de cultivo, estimuladas principalmente pela expansão do mercado consumidor de milho.

⁶⁰ JUNGBLUT, op. cit., p. 471.

diminuição dos rendimentos do produto, gerando também um excedente de mão de obra na própria propriedade. Não foi, portanto, porque agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi porque os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso dos habitantes a abandonou. “Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente.”⁶¹

Na opinião de Neumann (2009), a questão da prática da agricultura tradicional pelos colonos alemães de forma extensiva na colonização da região de Panambi no Rio Grande do Sul era incompatível com a dimensão de sua propriedade. Muitos dos colonos que migraram dessa região do estado sulino adquiriram um lote de terra na colonização Porto Novo. Conforme a autora,

Um dos problemas fundamentais relacionados ao modelo de colonização adotado no estado era a incompatibilidade entre a área de um lote colonial e as técnicas de produção adotadas, esgotando o solo na primeira geração. [...] Nessas circunstâncias, um agricultor no Brasil deveria receber entre 70 e 100 hectares, no mínimo. Os lotes exíguos eram insuficientes para a reprodução do campesinato ali formado já a partir da segunda geração. Dada essa impossibilidade, o colono obrigava-se a migrar em busca de uma nova área de terras, recomeçando todo o ciclo econômico novamente.⁶²

Conforme Klaas Woortmann,

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.⁶³

A situação de crise do sistema produtivo colonial, em que o colono encontrava-se praticando uma agricultura insustentável, gerou grande preocupação nas lideranças regionais, porque o futuro da região estava em jogo. Caso o agricultor continuasse persistindo nessas técnicas predatórias de produção, o fracasso econômico da região seria eminente. Era preciso

⁶¹ ROCHE, op. cit., p. 319.

⁶² NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009, p. 563.

⁶³ WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: Clifford Andrew Welch... [et al.] Orgs. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/ São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 217.

urgentemente implantar técnicas modernas de produção, gerando maiores rendimentos sob as mesmas condições fundiárias, já que a fronteira agrícola encontrava-se em seu limite.

Na década de 1950, a urbanização de Itapiranga já havia se desenvolvido consideravelmente, gerando uma população que estava disposta a dar um novo ritmo para o desenvolvimento da região. Sabemos que a agricultura é o alicerce dos centros urbanos para a produção de alimentos e produtos para a comercialização. E é justamente essa classe social urbana, preocupada com a crise produtiva regional, que será a impulsionadora da modernização da economia regional, sustentada no desejo dos agricultores em gerar novas perspectivas em meio a agricultura decadente, e, da mesma forma, sustentados pelos padres jesuítas ávidos em garantir o sucesso da colonização, buscando garantir o futuro das gerações vindouras sob os alicerces do catolicismo.

2.3 A sucessão familiar em xeque

“Mais que um momento, a sucessão é um processo formado por três componentes. A transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio.”
Milton Silvestro⁶⁴

O solo encontrava-se esgotado depois de três décadas de cultivo em que a própria fertilidade natural acabou se esgotando. Para assegurar a continuidade da prática agrícola, foi necessário investir em produtos químicos e técnicas de preservação que passaram a ser implantadas na região a partir da década de 1970. Aliado a isso, o limite da fronteira agrícola representava uma ameaça para a continuidade da atividade agrícola, principalmente na ótica da necessidade de garantir sustento aos numerosos filhos dos colonizadores, que atingindo a maturidade desejavam exercer uma atividade profissional e gerar renda.

Aliada à crise da fronteira agrícola e do solo, surgiu na região a deficiência no sistema da sucessão familiar. Depois de três décadas de colonização, quando se formaram famílias numerosas, a sociedade começou a se preocupar com a ocupação profissional dos filhos. Seria possível a agricultura absorver esse excesso de mão de obra entrando na maturidade e ávida por gerar renda? Essa passou a ser uma grande preocupação das famílias na década de 1950 e 1960, pois estava evidente de que não haveria terras para todos os filhos dedicarem-se à agricultura. Os pioneiros encontravam-se então debatidos sob a necessidade de garantir o

⁶⁴ SILVESTRO, Milton Luiz (et alii). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001, p. 27.

futuro das gerações vindouras, e acima de tudo, garantir a preservação dos valores sociais idealizados na colonização de Porto Novo.

Maria Rohde, pioneira e esposa de Carlos Rohde, um dos administradores do empreendimento de colonização de Itapiranga, via na década de 1950 a necessidade da *Volkverein* em promover o desenvolvimento da região para a manutenção dos valores culturais católicos e germânicos:

O fundo dourado para o grande êxito do empreendimento está na questão da ideia central que o norteava: origem étnico-cultural e religiosa unitária dos colonizadores. Essa era a raiz de sua força. Queira Deus que ela continue crescendo e produzindo brotos que frutifiquem, e caso nos próximos decênios, para as próximas gerações, se torne necessário abrir os portões de novas áreas de mata nativa, quando os filhos procurarem por novas áreas de terra, que seja a Sociedade União Popular Católica que se disponha a abri-los. Quase nos quer parecer uma tarefa sagrada prosseguir com ela para o bem das gerações futuras.⁶⁵

O discurso de Maria Rohde previa já na década de 1950 a necessidade da *Volkverein*, em abrir novas áreas de terras em meio à mata nativa, para assegurar o pleno futuro das gerações vindouras, dos filhos dos pioneiros de Itapiranga. Aos olhos da atualidade, esse discurso apesar de carregado de ufanismo, nos demonstra que havia uma preocupação com o futuro da região, e que havia a necessidade de se buscar novas fronteiras agrícolas para as novas gerações.

Certamente, no futuro, em seu meio surgirão homens e mulheres capazes de conduzir a obra, como os houve no passado. Então continuará havendo agricultores de origem alemã entre os melhores cidadãos de sua pátria, a força herdada pelo sangue e pelo coração, continuarão arroteando matas, cheios de alegre disposição ao trabalho.⁶⁶

Percebemos nesse discurso o desejo da continuidade do empreendimento colonizador sustentado sob os preceitos do catolicismo e da etnicidade alemã. Mas como a região iria achar alternativas para o futuro da colonização obedecendo à regra da não miscigenação cultural? Que alternativa econômica oferecer para as gerações futuras? Como lidar com os bloqueios fundiários? Como garantir a sucessão familiar diante dos numerosos filhos? Como evitar o colapso da colonização frente à expansão da população e um conseqüente êxodo rural

⁶⁵ ROHDE, op. cit., p. 312.

⁶⁶ ROHDE, op. cit., p. 312.

dos filhos do colonos? Diante dessas dúvidas, a sociedade regional buscou alternativas de sobrevivência a partir da década de 1950, aspecto que iremos contextualizar no Capítulo 3.

Na visão do Pe Balduino Rambo⁶⁷, na década de 1950, já havia 15.000 habitantes que estavam a transbordar pelos limites da colônia à procura de novas terras. Segundo ele, a Sociedade União Popular – *Volkverein*, não logrou tornar mais um Porto Novo realidade. Pelo fato de carecer de líderes capazes de conduzir a expansão desse modelo de colônia, e também, por não haver disponibilidade de terras apropriadas e munidas com títulos de propriedade seguras.⁶⁸

Conforme Jungblut (2000), na década de 1950, Itapiranga possuía 13.542 habitantes, distribuídos em cerca de 28.398 hectares que representavam a colonização Porto Novo. Conforme o mesmo autor, no ano de 1961 cerca de 84% da população de Itapiranga vivia no espaço rural, distribuídas em 1.864 propriedades rurais, das quais 46,6% tinham menos de 20 hectares. Num sistema produtivo bastante arcaico, onde era necessária uma vasta área de terra para o colono produzir para o sustento da família e ainda gerar um excedente para a comercialização, podemos compreender porque na década de 1960 a colonização passou a enfrentar sérias dificuldades de absorver a população em expansão.



Figura 7: Lote colonial na década de 1940.
Fonte: Casa da Cultura de São João do Oeste.

⁶⁷ Pe. Balduino Rambo, *apud* RABUSKE, Pe. A. e RAMBO, Arthur. **Pe João Rick, SJ:** cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

⁶⁸ Conforme Eidt (1999), o ritmo de vendas dos lotes coloniais pelo Vokverein foi o seguinte: 1926 a 1930, 50% das vendas; 1930 a 1940, 25% das vendas; 1940 a 1969, 25% das vendas.

Nesse sentido, quando grande parte da população jovem da colonização adentrava na maioria, não havia disponibilidade de lotes rurais que pudessem absorver novas famílias de agricultores. A fronteira agrícola da colonização afetou o sistema de sucessão familiar do colono. Em depoimentos de colonos percebemos que a preocupação era oferecer terra para os filhos: “Naquela época a colônia era boa. Se você fosse um bom trabalhador todo o ano poderia comprar uma nova colônia de terra. E a opção era dar terra para os filhos porque escola ninguém podia dar. Naquele tempo era terra, todos queriam dar terra para os filhos.”⁶⁹

Podemos perceber no discurso acima, a preocupação em oferecer um futuro para os filhos. Para o colono o desejo era oferecer terra para os filhos, pois para se conseguir um bom casamento para os filhos, era necessário oferecer uma espécie de dote, estipulado em um lote de terra, pois como dizia o ditado popular da época: “pássaro em um galho seco não quero casar”.

Esta situação da posse da terra e sua importância para o casamento também pode ser percebida nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Conforme Tedesco, “o ideal, para casar, era ter terra; a imagem familiar se reproduzia na posse da terra e da casa. A terra era condição para ascensão econômica e para o nome da família”.⁷⁰

O problema da sucessão familiar nas famílias dos colonos alemães também foi abordado no estudo de Seyferth (1999), referente a região do Vale do Itajaí-Mirim, no estado de Santa Catarina. Naquela região, o problema dos limites da fronteira agrícola para que fosse possível a permanência dos filhos dos colonos na propriedade e na atividade agrícola, já foi sentido no final do século XIX. Conforme a autora, geralmente permaneceu na propriedade o filho mais novo, responsável por cuidar dos pais em idade debilitada. Os outros filhos, ou adquiriram lotes de terra distantes da propriedade dos pais, ou migraram em direção a novas áreas de colonização, principalmente no estado do Paraná.

Nas palavras de Woortmann (1994), não há nada de mais dramático para o colono alemão do que afetar a sua capacidade de sucessão familiar dentro dos padrões tradicionais, o que a autora chamou de *Keim*, ou seja, aquilo que o colono deixa como herança para as gerações futuras, ou aquele avô ou pai do grupo familiar que é lembrado no futuro como quem deixou uma herança material ou imaterial aos descendentes. Segundo a autora, na família camponesa terra era e é sinônimo de um bom casamento e de continuidade da

⁶⁹ Depoimento de colono acerca da prática da herança familiar na colonização Porto Novo antes da década de 1960, entrevista concedida ao autor.

⁷⁰ TEDESCO, op. cit., p. 50.

linhagem familiar. Mesmo que o colono não pudesse oferecer terra aos seus filhos, mas havia a preocupação em deixar algo como herança, e isso variava em deixar uma poupança em dinheiro, oferecer condições de estudo ou até mesmo riquezas e bens materiais. A preocupação do colono alemão era ser lembrado pelas gerações futuras como alguém que trabalhou muito para deixar uma herança aos seus filhos e netos.

Não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Primeiro porque os laços familiares se formam perante a atividade econômica da família, ou seja, desde criança, os filhos são educados diante de pequenas tarefas na propriedade. As relações familiares entre pais e filhos se dão no exercício da atividade colonial. Podemos considerar que desde cedo as crianças aprendem a profissão de colono, no entanto, isso não significa necessariamente que no futuro eles seguirão nesta atividade.

Segundo porque, a herança e a sucessão familiar possuem traços peculiares na família dos colonos, onde a propriedade da terra e as atividades coloniais são a herança que os pais deixam para os filhos. Mais que um momento, a sucessão é um processo formado por três componentes: “a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio”.⁷¹

2.4 As alternativas para a colonização

“Para isso torna-se imprescindível um mergulho, mesmo que sintético na estrutura organizacional do trabalho, como responsável em determinada época pela construção de um determinado tipo de ser humano, de sociedade e de mundo.”

Roque Strieder⁷²

“A migração da colônia velha para a colônia nova, também chamadas colônia mãe e colônia filha, é um processo de dispersão populacional que minimiza a pressão demográfica nas primeiras, fazendo com que a mesmo processo que produz a colônia nova reproduza a colônia velha.”

Ellen Woortmann⁷³

Depois de algumas décadas de colonização alemã no Sul do Brasil, começaram a surgir problemas inerentes a uma atividade agrícola que desrespeitava os limites do solo e a

⁷¹ SILVESTRO, Milton Luiz (et alii). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001, p. 27.

⁷² STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada: A emergência humana do trabalhador agrícola**. São Miguel do Oeste: Mclee, 2000, p. 104.

⁷³ WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 182

sua capacidade de produzir. Isso afetou diretamente as propriedades dos colonos, gerando a diminuição dos rendimentos e a migração de colonos em busca de novas colônias com terras férteis.

No entanto, temos que ter presente de que foram pensadas alternativas para a solução dos problemas que afligiam as colônias alemãs do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nesse sentido, os Congressos Católicos tiveram uma importância muito grande. Os Congressos Católicos, ou *Katholikentage*, eram eventos organizados por representantes da Igreja Católica no intuito de discutir com lideranças das colônias e membros da sociedade civil, as condições de vida nas colônias alemãs do Sul do Brasil.

A pauta dos problemas relativos às colônias, como o meio ambiente e a agricultura, eram temas constantemente abordados. Conforme Werle,

queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural eram temas recorrentes.⁷⁴

Na visão de Werle, para descrever métodos de trabalho considerados prejudiciais, empregava-se frequentemente o termo *Raubbau*, que em alemão representa um cultivo predador. O Padre Max Von Lassberg S.J., em discurso no Congresso Católico de 1905, mencionou que “as colônias não se esgotam sozinhas, mas sim são esgotadas, porque mantêm métodos antigos”.⁷⁵

O Padre Ambros Schupp S.J., é bem elucidativo em suas palavras para compreendermos a visão que se tinha da prática agrícola nas colônias alemãs no início do século XX:

Até poucos anos atrás não ocorrera aos colonos melhorarem a situação financeira por meio de um manejo metódico de suas terras. Assim como fizeram os primeiros, aprenderam os que seguiram e os descendentes continuaram a proceder da mesma forma, sem se preocupar que outras formas de agir pudessem ser mais proveitosas. Sempre a mesma maneira de cultivar a terra, as mesmas variedades de produtos, a mesma forma de lidar com a criação de animais, em resumo: passava-se o tempo todo no mesmo trilho da vaca, incapaz de fazê-lo progredir um palmo. Quando uma área de terra estava esgotada, procurava-se outra ainda não cultivada, sem tomar consciência de que era possível tornar a mesma terra novamente produtiva lançando mão de cuidados e métodos de manejo racionais. Explicam-se

⁷⁴ WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011, p. 140.

⁷⁵ Pe. Max Von Lassberg, *apud* WERLE, op. cit., p. 142

assim as constantes mudanças nos primeiros tempos. Uma família que hoje se fixava aqui, surgiria em outra parte amanhã.⁷⁶

No Congresso Católico realizado em Porto Novo, no ano de 1934, o tema da situação dos colonos também fora abordado através da palestra: “Como nós enfrentamos a miséria agrícola de nosso tempo?”, tendo como conferencista o professor de escola profissional, Leopold Raichter. O que transparece na abordagem do tema nos Congressos Católicos é uma crítica à ausência do Estado como incentivador de práticas agrícolas sustentáveis e de melhores condições de mercado aos produtos comercializados pelos colonos.⁷⁷

No entanto, apesar da preocupação dos palestrantes dos Congressos Católicos e dos padres jesuítas quanto à prática atrasada e predadora praticada pelos colonos em suas propriedades, os resultados efetivos e práticos na propriedade demoraram por acontecer, ou sequer aconteceram. Acreditamos que para o colono mudar sua prática agrícola, seria necessário desconstruir toda uma bagagem cultural herdada dos antepassados, pois a atividade colonial foi ensinada e aprendida pelos pais com seus filhos, no trabalho árduo do dia a dia, buscando gerar alimento para o grupo familiar e comercializar os excedentes visando o pagamento das terras e de empréstimos efetuados em agências de crédito.

Conforme o Padre Ambros Schupp S.J.:

O colono é um pequeno rei. Reina na sua propriedade com independência e sem limites. Ninguém manda nele. Ele o sabe e se orgulha disso e sente-se igual a todos os outros. Não permite que lhe façam prescrições no seu território e cada passo de alguém que causa alguma intromissão na propriedade irrita-o, da mesma forma como cada palavra em que julga descobrir a diminuição da sua pessoa e da sua propriedade. Por isso é sensível, facilmente se exalta e, quando for para valer, imediatamente recorre às expressões mais rudes.⁷⁸

As práticas agrícolas predatórias praticadas nas colônias alemãs mais antigas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram implantadas pelos colonos na colonização Porto Novo. Nesse espaço havia a necessidade do colono em promover a derrubada da mata, e praticar uma agricultura que gerasse o mais rápido possível rendimentos e alimentos, pois a situação da família do colono era precária, além das dívidas subtraídas na compra do lote serem volumosas. Conforme Jungblut,

⁷⁶ SCHUPP, Ambros. **A missão dos jesuítas no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004. p. 209.

⁷⁷ ROHDE, 2011.

⁷⁸ SCHUPP, op. cit., p. 215.

Quando Porto Novo iniciou, os conhecimentos sobre a conservação eram mínimos e as práticas consistiam em: 1º) derrubar o mato; 2º) fazer a queimada, inclusive troncos e tocos; 3º) plantar e capinar o inço; 4º) colher e 5º) limpar o terreno pela capina, ou com arado, ou com nova roçada, incluindo novas queimadas.... E assim continuava o ciclo do uso e manejo predador da terra. Na mesma época, na Alemanha, os agricultores haviam aprendido a necessidade de misturar matéria orgânica à terra e todas as propriedades produziam enormes montes de composto orgânico. Inclusive o prestígio das famílias de agricultores era diretamente proporcional ao tamanho do monte de adubo orgânico.⁷⁹

A preocupação era produzir e retirar da terra a melhor colheita possível. O trabalho árduo despendido para derrubar a mata, preparar o terreno irregular, plantar e colher, justificativa a despreocupação do colono quanto ao futuro de sua propriedade. Ou seja, não havia o sentimento de que algum dia ocorreria o esgotamento dos solos, o objetivo era produzir ao máximo na colheita do ano.

Em depoimentos coletados com colonos acerca da atividade agrícola antes da implantação do frigorífico Safrita, ou seja, antes da década de 1960, podemos perceber que havia certa prosperidade conquistada à base de colheitas fartas:

Antes da Safrita era bonito. Naquela época a colônia era boa. Se você fosse um bom trabalhador todo o ano poderia comprar uma nova colônia de terra. Naquele tempo a colônia estava boa, não tínhamos despesas: plantava mandioca, as sementes de milho não precisava comprar. Se nós vendíamos porco e banha, comprava algumas coisas na loja, para a cozinha.⁸⁰

No entanto, acreditamos que esse modelo de agricultura praticado nas quatro primeiras décadas da colonização esgotou os solos, motivado principalmente pela prática da agricultura destituída de uma preocupação quanto a sustentabilidade do solo. Em depoimentos coletados para o estudo de Rambo (2007), podemos compreender, conforme as conclusões do próprio autor, de que a necessidade de derrubar a mata e esgotar o solo com as queimadas era condicionada a necessidade da colheita, ou seja, derrubava-se e queimava-se somente o necessário. No entanto, sabemos que para uma prática de agricultura extensiva, como a praticada pelos colonos antes da década de 1960, é necessário uma vasta área de terra. Ou seja, o necessário representava praticamente a totalidade da propriedade.

Todos deveriam ter cuidado mais, daí o solo não teria se perdido tanto. Muito desperdício e muita queimada. O A.R., você conhece, eles nos

⁷⁹ JUNGBLUT, op. cit., p. 511.

⁸⁰ Depoimento de colono, referindo-se a situação da colônia antes da década de 1960, gravado pelo autor, Maio de 2006.

ridicularizavam e riam se nós espalhávamos a palhada na roça. Eles trilhavam soja, nem estavam bem prontos, quase queimavam a trilhadeira junto. Eu pensava que pena para isso que era queimado, a madeira. No início não tinha outra coisa a fazer, mas o resto, a palhada era tudo queimado e achavam engraçado.⁸¹

Sobre a conservação do solo percebe-se que na prática da agricultura tradicional a queimada era quase que uma necessidade, pois era o meio mais prático, rápido e eficiente para preparar o solo para a colheita seguinte.

Foi só uma pena que nós não tenhamos tido conhecimento para trabalhar esse solo, e ele ainda hoje estaria bom e onde eu morei eu logo comecei um pouco, quando já trabalhava por mim, a não queimar o solo, deixar a palha no solo [...] Esse foi um período que as pessoas não cuidavam, elas só queimavam, mas quando se fazia uma queimada ela tinha que ser forte, se queimava e ficava um tronco era pior do que não ter queimado nada, esse foi o erro, mas também não sabiam.⁸²

A preocupação do colono no relato acima demonstra o desconhecimento quanto às práticas sustentáveis de manipulação do solo e dos recursos naturais das propriedades. Vale destacar também a ausência do Estado como incentivador e responsável pela formação técnica dos colonos para a prática da agricultura⁸³.

Frente a esta situação de degradação ambiental e esgotamento do solo na colonização Porto Novo, iniciou-se na década de 1950 uma discussão quanto às alternativas sustentáveis para o desenvolvimento da região frente às adversidades resultantes da prática da agricultura tradicional, destituída de uma preocupação quanto aos limites da fertilidade do solo e da consequente queda dos rendimentos gerados nas propriedades dos colonos. Buscou-se assim, alternativas para a propriedade agrícola, tanto no que tange a práticas sustentáveis de conservação do solo, quanto a modernização de atividades, como a suinocultura.

Houve a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico para a região de Itapiranga, que surgiu principalmente após a emancipação do município no ano de 1954, como será visto mais adiante. Outro segmento da sociedade que esboçou uma preocupação frente à situação das famílias dos colonos e das suas propriedades foram os padres jesuítas.

⁸¹ Depoimento de colono falando sobre a questão das queimadas na roça, *apud* Rambo, op. cit., p. 154.

⁸² Depoimento de colono falando sobre a falta de informação no cultivo da terra nas primeiras décadas da colonização, *apud* Rambo, op. cit., p156.

⁸³ Apesar dos incentivos à prática de uma agricultura sustentável discutida nos Congressos Católicos, os colonos de Porto Novo tiveram pouca instrução quanto às técnicas de manejo, conservação do solo e uma produção mais rentável em sua propriedade. Somente em 1962 foram realizados os primeiros treinamentos sobre conservação do solo, pela técnica de curvas de nível. O Estado de Santa Catarina somente se fez sentir nesse sentido, com a introdução da Acaresc, a partir da década de 1960.

2.5 Os jesuítas e a visão de modernização

Os jesuítas tiveram atuação destacada no desenvolvimento de muitas das colônias alemãs no Sul do Brasil. No caso da colonização Porto Novo, esse destaque é ainda maior, pois foram os jesuítas que a projetaram. Os esforços despendidos pelos padres jesuítas nesse empreendimento foram em função do sucesso da colonização, pois representava uma questão fundamental perante a sociedade e os órgãos governamentais apresentar um pleno desenvolvimento do empreendimento colonizador, alicerçado nos ideais étnicos e confessionais.

Nesse sentido, os próprios jesuítas entendiam que era necessário repensar algumas situações da colônia, principalmente no que tange à situação decadente da agricultura praticada pelos colonos. O sucesso da colonização, e acima de tudo, a continuidade dos padrões idealizados na fundação da colônia, dependiam da modernização das práticas econômicas dos colonos, para melhorar as suas condições de vida e, acima de tudo, para evitar uma onda de migração dos jovens.

As experiências vivenciadas em colônias alemãs no Rio Grande do Sul serviram como um sinal de alerta para os padres jesuítas. O medo era de que houvesse uma nova onda de migração de colonos em busca de novas terras em outras fronteiras agrícolas do país, como ocorrera nas colônias alemãs mais antigas do Sul do Brasil. Isso representaria a possibilidade de falência do empreendimento colonizador Porto Novo.

Em depoimento de um colono acerca dos padres jesuítas e da visão de prosperidade e de trabalho que se idealizava, podemos perceber que havia uma intensão em se disseminar a ideia de que, somente a partir do trabalho árduo e da riqueza obtida em decorrência dele é que se estava apto a ser um cidadão honrado perante a sociedade regional:

[...] os padres também falaram isso, de amar o próximo, de amar a natureza, mas não tinham formação de como se poderia proteger a natureza, tinha faculdades, mas não a competência para dizer como lidar com a natureza. Diziam: - tirem o mato e plantem, plantem. Para os padres naquela época era assim, principalmente os padres jesuítas. O grande colono, que era rico ele era melhor visto que o pobre. Quando o pobre vinha, vai trabalhar preguiçoso! Isso os padres diziam muito, até na igreja eles diziam isso. Quem é pobre é por sua própria culpa! Vá capinar! Quando tinha as crianças brincando em casa no pátio, o padre dizia: - pega a vara e toca eles para a roça para capinar.⁸⁴

⁸⁴ Depoimento do colono falando da influência dos Padres Jesuítas na prática agrícola, *apud* Rambo, op. cit., p. 161.

Nessa conjuntura, teve atuação destacada na colonização a figura do Padre Oscar Puhl S.J.. Vindo a Itapiranga no ano de 1949, Padre Oscar Puhl S.J., manteve uma inquietação quanto à pobreza, à decadência das propriedades rurais e à falta de perspectivas para os moradores urbanos. O que mais lhe preocupava era o desconhecimento de causa da população local que aparentemente não estava percebendo a situação em que se encontrava.

O Padre Oscar Puhl S.J. foi um grande incentivador na busca da melhoria da estrutura e das condições de trabalho dos colonos nas propriedades. Conforme Jungblut, o Padre Oscar Puhl S.J.,

Reservou boa parte das suas andanças pelo interior para convencer os agricultores em introduzirem novas tecnologias nas lavouras, novas pastagens e, principalmente, novas raças suínas e bovinas. O povo falava em *Paterpuhlsschwein* – porcos padre-puhl, *Paterpuhlsgress* – capim padre-puhl, querendo referir-se ao porco da raça *landrace*, *duroc*, *large White*, introduzidos via escola agrícola e ainda o capim colômbio, distribuído pelo padre, tudo na década de 1960.⁸⁵

A partir da década de 1950, principalmente através da iniciativa de lideranças locais, da emancipação do município de Itapiranga e do apoio dos padres jesuítas, iniciaram as discussões sobre alguns procedimentos a serem adotados para auxiliar os colonos em suas condições de estruturação da propriedade, formação técnica e expansão de mercado para a comercialização dos produtos. Esse debate surgiu principalmente pela conjuntura econômica implantada no Brasil no pós-guerra e pelo plano de desenvolvimento econômico elaborado por lideranças locais.

2.6 A modernização da agricultura e a imprensa

O discurso da necessidade da modernização da agricultura e das condições de vida do colono em Itapiranga estiveram evidentes na imprensa regional nas décadas de 1950 e 1960. A impressão que temos é de que as lideranças do projeto de colonização Porto Novo e principalmente a sociedade urbana viam o colono numa condição de atraso, falta de conhecimento e higiene na propriedade rural.

E essa visão se tornou corriqueira nos meios de imprensa regional, em artigos e entrevistas que exaltavam a necessidade de se modernizar as técnicas de trabalho e de também

⁸⁵ JUNGBLUT, op. cit., p. 458.

melhorar as condições de vida na propriedade. Nos artigos referentes à modernização da prática agrícola, percebe-se o incentivo à utilização de produtos químicos.

Em artigo publicado num jornal local com o Dr João Albino Both, funcionário da Sociedade União Popular defensor do ruralismo, do cooperativismo e da cultura nas colônias alemãs do Sul do Brasil, percebemos a concepção que se arraigava em comparativo feito entre os colonos do Brasil em relação aos da Alemanha:

O que cai em vista, realmente, é que lá se trabalha. Constata-se, por outro lado, que o povo se encontra intelectualmente preparado para tanto [...] O cooperativismo é algo de extraordinário. O sistema de cooperativas de crédito, financiamento, produção e consumo funciona mesmo! Não é como aqui, entre nós, onde infelizmente o cooperativismo está tão desacreditado. Tais informações nos deixam perplexos em face do nosso sistema primário de produção. Temos que ter presente, antes de tudo, que a Alemanha conta com uma experiência de muitos séculos mais do que nós. E, apesar das guerras que a atingiram, levantou-se, graças a uma cultura já estabilizada e profundamente arraigada na raça. Antes de nos ser motivo de desânimo, seja-nos em exemplo de coragem e iniciativa. Com fé e esperança também chegaremos aonde eles já estão.⁸⁶

No artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, o tema era o combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. O texto apresenta diversas medidas a serem tomadas para combater essa praga que supostamente infestava a região. Dentre as medidas apresentadas, sugeriu-se a pulverização das paredes, janelas e partes internas das moradias com Mafu.⁸⁷ Outra medida sugerida é o tratamento do esterco com produtos químicos, como o Dipterex.⁸⁸

Na criação de porcos também sugeriu-se a aplicação de produtos químicos como os superfosfatos para melhorar o manejo dos animais. Conforme o artigo do Jornal Itapiranga em Marcha a prática já vinha sendo desenvolvida em países da Europa, sendo o superfosfato um dos elementos de saúde e higiene dos suínos, diminuindo a incidência de canibalismo, apresentando-se os animais mais alegres.⁸⁹

⁸⁶ JORNAL OESTE EM MARCHA. Cultura e técnica que nos servem de exemplo. Itapiranga, 31 de Março de 1963, p. 02

⁸⁷ Mafu era um inseticida muito comum no Brasil até a década de 1980, produzido pela empresa Bayer. Seu princípio ativo é a base piretro, o que causa um odor forte quando aplicado.

⁸⁸ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. Itapiranga, 31 de Dezembro de 1962, nº 84, p. 01.

⁸⁹ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Superfosfatos para porcos. Itapiranga, 15 de Agosto de 1962, nº 75, p. 06.

2.7 O melhoramento genético na criação de porcos

Nesse processo de reestruturação da agricultura regional, a atividade da suinocultura nos interessa para o momento, porque foi essa a principal matéria prima da agroindústria Safrita. Podemos afirmar que a suinocultura alavancou o processo de modernização da agricultura regional, pois desde a comercialização da banha até a venda de suínos vivos, a atividade representou e ainda representa importante atividade de valor econômico nas propriedades rurais da região.

Desde o início da colonização, a suinocultura foi praticada pelos colonos em suas propriedades. A comercialização da banha foi um dos primeiros produtos de valor comercial que poderiam ser produzidos na propriedade, e por isso, os porcos eram engordados para que produzissem a maior quantidade possível de banha, não interessando num primeiro momento, a qualidade da carne.

A raça dos porcos criados pelos colonos eram os populares porcos de pelos pretos – *Speckschwein*. Esses porcos eram tratados a base de lavagem – *Saufes* – que consistia numa mistura de restos de alimentos com água fervidos num tacho, sendo geralmente a água usada para lavar a louça na cozinha adicionada a esse cozido. Completava a alimentação dos porcos o pasto verde, o milho em espiga, a mandioca e a batata. Os porcos eram criados em chiqueiros rudimentares, com o mínimo de higiene, sendo o esterco produzido muitas vezes solto para os riachos e açudes, sem nenhuma preocupação quanto à poluição.



Figura 8: Chiqueiro de porcos na década de 1960.
Fonte: Museu Municipal Almiro Theobaldo Müller.

Os suínos propícios para a produção de banha eram resistentes a doenças, mas acumulavam deficiências genéticas de incestuosidade. Na maioria das vezes, o suíno era abatido na propriedade quando não podia mais ficar em pé por excesso de peso. No ano de 1962 o suíno era responsável por 73% da renda das famílias.⁹⁰

No ano de 1949, foram comercializados em torno de 40.000 quilos de banha na colônia Porto Novo. A carne, sem valor comercial para a época, era usada para o consumo familiar, e como não tinha energia elétrica na maioria das residências, ela era conservada nos latões de banha. Tratava-se de uma alimentação bastante gordurosa para a família do colono, mas era uma necessidade, pois a dieta das famílias exigia muita comida para compensar o trabalho árduo da roça.⁹¹

No final da década de 1950, iniciou-se a venda de suínos vivos, principalmente para os abatedouros de São Paulo e Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul. Essa mudança trouxe maior dinâmica para a atividade da suinocultura, pois agregou valor ao suíno, pelo fato de ser comercializado vivo.

De 1965 e década de 1970 ajudei meu sogro a levar porco para São Paulo. O colono que tinha dez porcos gordos era um bom criador. A gente recolhia os porcos nos colono e deixava no chiqueiro aqui em São João, quando tinha a quantidade suficiente para uma carga de caminhão a gente levava até Palmas-PR, lá passava a noite e depois seguia até São Paulo. Meu sogro trazia açúcar, farinha e outras coisas de São Paulo e isso já servia como forma de pagamento para o colono. Apesar de todo esse sofrimento meu sogro ainda fazia dinheiro.⁹²

Na figura abaixo podemos perceber as características do porco considerado tipo banha, que era considerado de grande valor comercial nas primeiras décadas de colonização, mas que a partir da década de 1960 passou a ser descartado pelas exigências do mercado em relação à qualidade da carne.

⁹⁰ Estimativa feita por Jungblut, 2000.

⁹¹ Conforme Jungblut (2000), até 1957 os comerciantes compravam a banha em quaisquer quantias e qualidade. Misturavam tudo em grandes tanques, derretiam-na para acondicioná-la em tambores. Levavam o produto a Santa Bárbara e Santo Ângelo, no RS. Mais tarde, o produto foi levado a Ijuí-RS e ao frigorífico Pagnocelli em Joaçaba-SC.

⁹² Depoimento de trabalhador acerca de comércio de porcos para o Estado de São Paulo, gravado pelo autor.



Figura 9: Porco preto do tipo banha, década de 1960.

Foto Arquivo pessoal de Jacó Klagenberg.

Com a intensificação da comercialização para os abatedouros de São Paulo, houve a necessidade de substituir os suínos do tipo banha por suínos com melhor aceitação no mercado consumidor. No ano de 1962, sob coordenação do Padre Oscar Puhl, foi implantado um posto de suinocultura em Itapiranga, onde foram introduzidos reprodutores *Duroc-Jersey*, *Landrace* e *Largewhite*. Esse posto de suinocultura introduziu um suíno de melhor qualidade genética nas propriedades, pois os frigoríficos a partir da década de 1960, passaram a pagar menos pelos porcos com mais de 100 quilos, pois estes tinham um alto teor de gordura. Os chamados porcos brancos passaram a ter mais valor que os porcos mistos, vermelhos e pretos.



Figura 10: Posto de suinocultura implantado em Itapiranga na década de 1950.
Fonte: Arquivo histórico do IAESC.

Conforme Jungblut,

A Acaresc insistia na substituição dos chiqueiros arcaicos por modelos tecnicamente projetados. Estes foram construídos tendo uma parte sob o telhado e outra exposta ao tempo, além de introduzir a água encanada, o confinamento, o trato à vontade. Os criadores de porcos começaram a tratar ração preparada grosseiramente com porções de concentrado (comprada), misturados com milho triturado. O tempo de engorda diminuiu de 14 meses para sete a oito meses. A ração comprada (anos 1980), mais balanceada, contribuiu para diminuir o tempo de engorda para seis meses.⁹³

É preciso destacar que a introdução de novas raças de suínos causou um impacto nas relações de produção na colônia, bem como nas relações comerciais entre colonos, comerciantes e indústria. A modernização da suinocultura representou a quebra dos primeiros paradigmas da agricultura tradicional, pois era necessário mudar as práticas da propriedade, modernizar as instalações dos chiqueiros, investir em alimentos balanceados para os suínos. Todas essas mudanças foram ocorrendo lentamente na região com certa resistência de alguns produtores.

⁹³ JUNGBLUT, op. cit., p. 435.



Figura 11: Suínos pretos e brancos, melhoramento genético introduziu novas relações de produção. Fonte: Arquivo pessoal de Jacó Klagenberg.

O artigo do jornal Itapiranga em Marcha de 1960, intitulado de *Schweinezucht*, repassava aos agricultores instruções de como lidar com os suínos em termos de higiene no chiqueiro - *schweineziehen*, cuidados com as criadeiras e os leitões recém nascidos, abordando questão de trato como da necessidade de ter na ração cálcio, vitaminas e antibióticos, informando também do peso ideal para comercialização dos suínos. Além disso, alertava que o excesso de peso superior a 120 quilos torna o custo de produção muito alto além de desvalorizar o suíno no momento da comercialização.⁹⁴

⁹⁴ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. *Schweinezucht*. Itapiranga, 31 de Agosto d 1960, nº 28, p. 6.

3.0 CONJUNTURA ECONÔMICA DO PÓS-GUERRA E AS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO PARA ITAPIRANGA

“O nível local traz em si o global, o regional e o nacional, mas os espaços se transformam dentro de uma lógica que vai além da sua fragmentação em divisões ou hierarquias político-administrativas.”
Patrício Reichert⁹⁵

“O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros.”
Michel Foucault⁹⁶

“Observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum, entretanto é, sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si.”
Peter Burke⁹⁷

“O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) lança seu arrojado Programa de Metas, com o objetivo otimista de recuperar o atraso histórico e modernizar o país.”
Argemiro Brum⁹⁸

Diante da crise conjuntural do modelo tradicional de colonização detectado na década de 1950, sustentada em diversos fatores, a sociedade regional começou a pensar em alternativas de desenvolvimento. A proposta deste capítulo é compreender de que forma os diversos extratos da sociedade regional se comportaram diante destas adversidades. Acreditamos que as mudanças conjunturais que ocorreram na colonização a partir daquele período foram determinantes para o nosso foco de estudo, porque implantaram uma nova perspectiva econômica e social para a região, ocasionando assim, a fundação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Para isso, nossa metodologia de estudo se sustentará no enfoque da História Regional envolvendo os diversos aspectos necessários para a abordagem desse método de estudo.

Num primeiro momento faremos uma análise da conjuntura nacional do pós-guerra e a forma como se pensou o desenvolvimento brasileiro sustentado nos ideais cepalinos. Acreditamos que a conjuntura econômica brasileira da década de 1950, sustentada na

⁹⁵ REICHERT, Patrício. **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo**: a segregação social do caboclo. Porto Alegre, RS: Dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 29.

⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 5

⁹⁷ BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 41

⁹⁸ BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª edição. Vozes: Petrópolis, RJ, 1982, p. 60.

industrialização, na urbanização e na modernização do campo, foi influente no nosso foco de estudo.

Em seguida, buscaremos contextualizar os aspectos regionais, abordando os reflexos da realidade nacional com as propostas de desenvolvimento implantadas na região de Itapiranga. Tomaremos como enfoque o processo de emancipação do município de Itapiranga e da necessidade de se discutir um plano de desenvolvimento para a região. O debate levará em consideração também o aspecto do capital social e sua importância para o desenvolvimento regional.

Compartilharemos a ideia de que as propostas de desenvolvimento e a visão de progresso disseminada em Itapiranga, principalmente a partir da emancipação do município em 1954, não foi necessariamente uma concepção de toda a sociedade regional. Acreditamos que os colonos não possuíam clareza acerca de sua condição socioeconômica na década de 1950 e 1960, e por isso sustentamos a tese de que foram determinados grupos sociais que iniciaram a discussão quanto à necessidade de modernização da economia regional.

3.1 A história regional em foco

Utilizaremos correntemente o termo região para contextualizar nosso foco de estudo, visando contemplar temas como sociedade e desenvolvimento. O termo região é compreendido como um recorte espaço-temporal, e não representa um recorte isolado de um contexto. O conceito de região que utilizamos representa mais um método e uma abordagem, do que uma limitação geográfica e temporal estanque em si.

Os estudos regionais possuem extrema importância pelo fato de contemplar a compreensão da formação de espaços sociais fragmentados que se conectam entre si e acabam por formar a totalidade conjuntural. Segundo Milton Santos (1988), estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações e estruturas, com seus mais distintos níveis de interação e contradição. Conforme o autor,

se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como distintas visões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário: instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos.⁹⁹

⁹⁹ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 46.

Apesar de haver a necessidade de delimitação espaço-temporal para os estudos regionais, não podemos perder o foco de que a região, por mais isolada ou única, ela está sempre atrelada a uma conjuntura maior, à qual está condicionada e da mesma forma, condiciona. Conforme Reckziegel,

A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado.¹⁰⁰

Como vimos no Capítulo 1, a colonização Porto Novo foi idealizada para ser um nicho étnico e confessional. Vimos na sequência de que foi justamente esta característica que causou uma crise do modelo tradicional de colonização, gerando mudanças sociais, culturais e econômicas.¹⁰¹ Ou seja, a região do nosso foco de estudo acabou sendo afetada a partir da década de 1950 por fatores externos e internos, os quais, contextualizaremos neste capítulo.

Temos de ter presente de que estudar a história regional representa fazer um recorte espacial e temporal, partindo de características que definem e caracterizam determinada situação de interesse. No entanto, precisamos estar atentos aos diversos fatores externos que influenciaram sobre o espaço e sobre a população que ali vivia. A história certamente foi construída por personagens e por condições estruturais locais, mas que de forma alguma podem ser desconectadas de um todo, de um sistema, de uma conjuntura maior que condicionou determinada condição de existência.

3.2 O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra

Terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de readequação e reestruturação da economia mundial, principalmente no que tange à reconstrução dos países

¹⁰⁰ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teóricas e conceituais. In: **Revista História, Debates e Tendências**. Passo Fundo, v 1, n. 1. p. 15-22, 1999, p. 19.

¹⁰¹ Essas mudanças são caracterizadas pela inserção de novos valores econômicos e culturais, implantados na região através das relações sociais estabelecidas com o declínio do modelo tradicional de colonização. Trata-se de um processo construído pela sociedade regional, não representando uma ruptura, mas sim uma continuidade sob novos padrões de vida e de sociedade.

diretamente atingidos pelo conflito e aqueles que sentiram os efeitos colaterais da sua conjuntura. Podemos afirmar que a partir da segunda metade da década de 1940, mais intensamente a partir da década de 1950, criaram-se dispositivos de injeção de recursos financeiros para financiamentos de projetos de desenvolvimento dos países, através da criação de instituições financeiras como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Grande parte dos países iniciou a partir daquele período um processo de expansão da industrialização. Este processo foi orquestrado pelos países com economias planificadas, principalmente os Estados Unidos da América. Formaram-se nesse período as características da globalização da economia mundial, através de complexos fluxos de exportações e importações, tanto de produtos industrializados, de bens de consumo e de produtos agrícolas, bem como de bens de capital.

No Brasil a discussão quanto ao processo de modernização da economia também se tornou amplo a partir da década de 1940, principalmente no que tange ao processo de industrialização. Isso foi possível graças à disponibilidade de bens de capital, que foram utilizados pelo Estado para o financiamento de obras de infraestrutura e implantação de indústrias de produção de bens de consumo.

Conforme Oliveira,

Especialmente entre 1947 e 1954, o Brasil teve a seu favor um ciclo internacional expansivo, paralelamente a uma situação de abundância de reservas internacionais. Através da utilização das grandes reservas acumuladas durante a Guerra, logo nos primeiros anos, o país passou a implementar a segunda etapa da industrialização via substituição de importações, durante a qual foram criadas diversas indústrias. No nosso país, o período que vai de 1945 até aproximadamente 1962 representa uma fase de expansão, muito embora não tenha havido um crescimento estável do PIB, o qual, todavia, apresentou uma taxa média de crescimento da ordem de 6,8% no período, taxa esta bastante satisfatória se comparada ao desempenho do resto do mundo.¹⁰²

Nessa conjuntura de expansão e modernização da economia nacional, merece destaque a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, no ano de 1952. Essa instituição de fomento, que mais tarde foi denominada de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foi criada com fundos financeiros providos

¹⁰² OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. Os ciclos da economia brasileira. In: **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, ano 7, n.º 11, p. 63-90, 1989, p. 64.

de uma política de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e também com uma modesta disponibilidade de recursos nacionais.

Nos primeiros anos de funcionamento, o BNDES estabeleceu algumas prioridades para alavancar o desenvolvimento industrial brasileiro. Como as deficiências estavam justamente na questão da infraestrutura, os primeiros investimentos se destinaram a aparelhar portos e ferrovias, aumentar a capacidade de armazenamento, criar frigoríficos e matadouros, elevar o potencial elétrico e desenvolver a agricultura e as indústrias de base.

Outra medida adotada pelo BNDES e pelo Estado Brasileiro foi firmar parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com o intuito de procederem as análises de conjuntura econômica, buscando direcionar os investimentos para o desenvolvimento econômico brasileiro. Os ideais cepalinos partiram do pressuposto do subdesenvolvimento da América Latina, e propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino americano, que conforme Colistete (2001) preponderou principalmente nas décadas de 1950 e 1960, notadamente até o ano de 1964. Conforme o autor, a diversificação do setor industrial brasileiro constituiria o principal meio de superação da condição de subdesenvolvimento do país.

Fato que destacamos é a concepção acerca da condição econômica brasileira, concebida a partir da década de 1950, como atrasada se comparada à de países com uma economia considerada desenvolvida. Essa concepção se proliferou pelo país, atingindo inclusive a região oeste de Santa Catarina, onde destacamos a região de Itapiranga, nosso foco de estudo. É a partir da ideia de atraso em relação a uma conjuntura macro, como veremos mais adiante, que a sociedade regional concebeu a necessidade de modernizar a economia regional.

Conforme Brum (1982), essa perspectiva revela uma visão linear, e, portanto, simplista, do fenômeno desenvolvimento-subdesenvolvimento. Segundo o autor, essa perspectiva acredita que os países atrasados, para atingirem o desenvolvimento, deveriam percorrer as mesmas etapas por que passaram os países desenvolvidos.

A economia brasileira começou a ser direcionada a partir da década de 1950 para um processo de modernização, principalmente do setor industrial. Nesse sentido, incentivou-se a criação de indústrias para a produção de bens de consumo no intuito de desacelerar a política de importação desses produtos para o consumo interno. Tomaram impulsos a partir de então indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos e de gêneros alimentícios.

Nas décadas de 1950 e 1960, havia a preocupação nacional quanto à baixa produtividade da agricultura brasileira, principalmente pela existência de latifúndios e por técnicas atrasadas de produção. Por isso surgiu a necessidade de aumentar a produção agrícola para abastecer os centros urbanos desprovidos principalmente de gêneros alimentícios, como milho, feijão, arroz e derivados de carne.

O ideal nacional-desenvolvimentista começou a ganhar força no país com o final da Segunda Guerra Mundial. Na análise de Erbereli Júnior (2012), até mesmo o Partido Comunista Brasileiro na década de 1950 manifestava preocupação quanto ao atraso da economia brasileira, à necessidade da ampliação do setor industrial e a miséria da população, principalmente das áreas rurais.¹⁰³

Essa nova conjuntura da economia nacional teve reflexos sobre praticamente todo o território brasileiro, seja na expansão das fronteiras agrícolas, na modernização da agricultura ou diversificação e ampliação do setor industrial. Em Santa Catarina houve, da mesma forma, uma expansão do setor industrial e a modernização das práticas agrícolas.

Conforme Goularti Filho (2002), no Estado de Santa Catarina, a década de 1950 é caracterizada pela expansão do setor industrial, principalmente pelo estímulo à produção para o mercado interno. Nesse sentido, as agroindústrias catarinenses, principalmente no oeste do estado, passaram a se solidificar. Conforme o autor, a partir da década de 1950 já não era mais possível pensar a agricultura isoladamente, pois ela se tornou nesse período um ramo da indústria, seja pela industrialização de derivados da agricultura, seja pela inserção de equipamentos e produtos químicos nas propriedades.

É de nosso interesse compreender o processo de formação dos complexos agroindustriais catarinenses, sendo assim, a partir da década de 1950 são fundadas diversas agroindústrias no estado, formando grandes complexos agroindustriais. Na década de 1970, havia em Santa Catarina cerca de 16 frigoríficos¹⁰⁴, com destaque para a Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó e Saulle Pagnoncelli. Os demais eram frigoríficos de médio e pequeno porte, como a Safrita de Itapiranga, o Fricasa de Canoinhas, o Unifrico em Salto Veloso, a Indústria Reunidas Ouro do município de Ouro, e o Frisulca de Criciúma. Na década de 1970, surgiram mais frigoríficos acompanhando a onda positiva de crescimento do setor agroindustrial no período, como o Macedo Koerich em Florianópolis, o Frigorífico Rio Sulense de Rio do Sul, o Frigoplan de Lages e o Friscar de São Carlos.

¹⁰³ ERBERELI JÚNIOR, Otávio. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): o PCB e Caio Prado Júnior. In: **Revista Em Tempos de História**. PPGHis/UNB, nº 21, Brasília, Ago-Dez 2012.

¹⁰⁴ Conforme Goularti Filho (2002), esses frigoríficos tiveram uma inserção econômica regional e nacional.

Outro fator que merece destaque no processo de formação dos frigoríficos no Oeste de Santa Catarina são as cooperativas de produção, que agregavam a produção de grãos e de suínos de inúmeros pequenos produtores, negociando a produção com grandes frigoríficos e armazéns. Na visão de Goularti Filho, “com a união das cooperativas, os agricultores e suinocultores visavam sair da dependência dos grandes frigoríficos, que ditavam o preço dos suínos.”¹⁰⁵

Muitos desses frigoríficos tiveram como matéria prima a suinocultura e a avicultura. Diante da conjuntura econômica nacional, os frigoríficos receberam impulso no oeste de Santa Catarina pelo fato de estarem próximos dos locais de produção da matéria prima, produzida principalmente nas pequenas propriedades rurais da região. Ao invés de se levar os suínos ou os frangos para o abate em São Paulo, como se fazia até a década de 1950, a sociedade regional somou esforços para fundar frigoríficos em solo catarinense, e isso só foi possível pela existência de um pequeno capital industrial, pelas políticas de crédito governamentais e pelo potencial capital social presente no Oeste de Santa Catarina.

A maioria desses frigoríficos foi fundada com a razão social de sociedade anônima, sustentados no capital social de pequenos investidores. A questão do capital social e sua importância para o desenvolvimento regional catarinense será mais bem contextualizado na sequência deste capítulo.

O abate de suínos e aves teve um crescimento gigantesco a partir da década de 1950 em Santa Catarina, como podemos acompanhar na tabela a seguir:

Tabela 01. Evolução do abate (toneladas) de suínos e aves em Santa Catarina.

Ano	Suínos (toneladas)	Aves (toneladas)
1958	47.912	31
1960	56.680	105
1963	54.042	328
1966	66.839	882
1969	76.480	3.334
1971	79.380	8.091
1975	112.677	69.561
1978	272.000	139.000

¹⁰⁵ GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 309.

1980	298.000	197.000
------	---------	---------

Fonte: Goularti Filho¹⁰⁶

O crescimento dos indicadores de produção de suínos e aves em Santa Catarina se deve principalmente ao aumento da produção nas propriedades, no entanto, temos de ter presente de que o aumento dos números é reflexo também do aumento do controle estatal sobre a produção com o registro oficial da produção. Talvez a produção na década de 1950 tenha sido até maior, mas os dados oficiais somente foram se aperfeiçoando com a modernização dos sistemas de controle do Estado. Um dos fatores que podemos considerar determinante no aumento dos indicadores foi a intensificação e modernização do sistema de integração a partir da década de 1970.

Fator que merece destaque é a oferta de recursos para financiamento de equipamentos agrícolas, modernização e instalação de agroindústrias, principalmente a partir de 1962, quando se expandem em Santa Catarina os bancos nacionais de fomento, com destaque para as linhas de financiamento do Banco do Brasil. Se analisarmos somente a tabela abaixo, podemos perceber que na década de 1970 o volume total de créditos agrícolas liberados pelo Banco do Brasil para Santa Catarina teve um crescimento considerável. No entanto, essas linhas de crédito passaram a se concentrar, conforme Goularti Filho (2002), principalmente a partir da década de 1970, para os cinco maiores grupos agroindustriais de Santa Catarina, a saber: Sadia, Perdigão, Chapecó, Seara e Aurora.

Tabela 02. Crédito agrícola liberado pelo Banco do Brasil para Santa Catarina (1970-1980).

Ano	Número de contratos	Valor (U\$)
1970	74.254	157.635
1971	58.091	141.306
1972	68.101	191.019
1973	72.273	294.270
1974	87.817	466.958
1975	178.820	793.463
1976	172.627	853.381
1977	143.091	757.595
1978	164.464	855.768

¹⁰⁶ GULARTI FILHO, op. cit., p. 470.

1979	176.289	1.044.417
1980	202.814	1.011.223

Fonte: Goularti Filho¹⁰⁷

Num comparativo entre as tabelas 01 e 02, podemos perceber que o aumento da produção está diretamente ligado ao aumento do crédito disponibilizado para o Estado de Santa Catarina, com destaque para o aumento dos indicadores no ano de 1975.

Nosso objetivo em contextualizar a conjuntura econômica brasileira no período do pós Segunda Guerra é o de oferecer uma breve compreensão do crescimento econômico percebido a partir daquele período, para compreender de que forma esse desenvolvimento econômico afetou o interior do país, principalmente a região oeste do Estado de Santa Catarina. Temos de ter presente de que a partir da década de 1950 começou-se a criar uma nova perspectiva econômica no Brasil, alicerçada principalmente na industrialização. Esse sentimento de prosperidade proliferou-se pelo país.

No ano de 1963, o Governo do Estado de Santa Catarina criou a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, com o propósito de fomentar o desenvolvimento da região Oeste. Temos de ressaltar que essa Secretaria foi coordenada durante anos por lideranças partidárias que tinham forte vínculo com as agroindústrias da região, intermediando financiamentos e abrindo mercado para a produção agroindustrial da região.

O frigorífico Safrita de Itapiranga pode ser considerado um resultado da política desenvolvimentista disseminada no Brasil no pós-guerra. Com o estímulo à produção de bens de consumo dado pelo governo federal, a região de Itapiranga foi estimulada a produzir gêneros alimentícios, acompanhando as tendências da macrorregião Oeste de Santa Catarina. Portanto, ao discutirmos a necessidade de melhorias nas propriedades agrícolas e das condições de vida dos colonos e o aumento da produção visando o abastecimento de um mercado consumidor, temos de ter presente de que essa conjuntura é reflexo de uma política nacional. Ou seja, a discussão quanto modernização da economia regional de Itapiranga, além de uma necessidade local, é reflexo de uma conjuntura brasileira.

A comunidade regional de Itapiranga diante das adversidades da agricultura sentiu a necessidade de pensar um projeto de desenvolvimento para a região. Esse sentimento teve influência da conjuntura econômica nacional e catarinense, que frente à demanda por produtos de origem agrícola para abastecer os centros urbanos e as linhas de financiamento para o

¹⁰⁷ GOULARTI FILHO, 2002, op.cit., p. 471.

setor, proliferou pelo país a demanda de produção para o abastecimento do mercado interno em expansão.

3.3 Propostas de desenvolvimento para Itapiranga

“Certamente uma teoria de mudança social precisa tratar dessa questão de maneira adequada, além de discutir as formas pelas quais as decisões de indivíduos e pequenos grupos exercem influência sobre o desenvolvimento social.”

Peter Burke¹⁰⁸

3.3.1 A emancipação do município de Itapiranga

Até a década de 1950, o extremo oeste do Estado de Santa Catarina pertencia ao município de Chapecó, que englobava grande parte da grande região Oeste do estado. A criação do município de Chapecó está vinculada à questão de fronteiras entre Argentina e Brasil e também entre Paraná e Santa Catarina.¹⁰⁹ Nesse sentido, para efetivar a ocupação ordenada do espaço, o Estado de Santa Catarina criou, no ano de 1917 o município de Chapecó.

Como a área territorial do município de Chapecó era muito extensa, era evidente de que grande parte da região ficou desassistida em termos de assistência e infraestrutura. Até por volta da década de 1950 as ações do Estado de Santa Catarina e do município de Chapecó foram muito tímidas na região de Itapiranga. De maneira geral, era a colonizadora *Volkverein* que tratava de implantar as obras de infraestrutura necessárias para a região, como estradas, escolas e assistência médica. O município de Chapecó, por exemplo, trabalhou na melhoria de uma estrada em Itapiranga somente no ano de 1951, primeira vez que um trator da prefeitura prestou serviços na região.

O governo do Estado de Santa Catarina muito pouco fez em prol da região extremo oeste nas primeiras três décadas da colonização, a não ser conceder os direitos de compra e venda de terras a empresas colonizadoras¹¹⁰. No ano de 1929, houve a visita á região do então governador Adolfo Konder, que viajou pelo extremo oeste catarinense com uma comitiva de

¹⁰⁸ BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 225

¹⁰⁹ A questão de fronteiras foi um determinante no processo de ocupação do Oeste de Santa Catarina. No ano de 1895 o território passou a pertencer ao Brasil em acordo feito com a Argentina, no episódio que ficou conhecido como Questão de Misiones ou Questão de Palmas, e no ano de 1915 o território foi incorporado ao Estado de Santa Catarina num acordo de fronteiras selado com o Estado do Paraná, que foi denominado de Questão do Contestado.

¹¹⁰ Ver WERLE, 2011.

cerca de 30 autoridades e 20 cargueiros no intuito de reconhecer a região.¹¹¹ De prático a passagem do governador resultou na troca das localidades de Porto Feliz para Mondaí, e de Porto Novo para Itapiranga, por sugestão do governador Adolfo Konder.

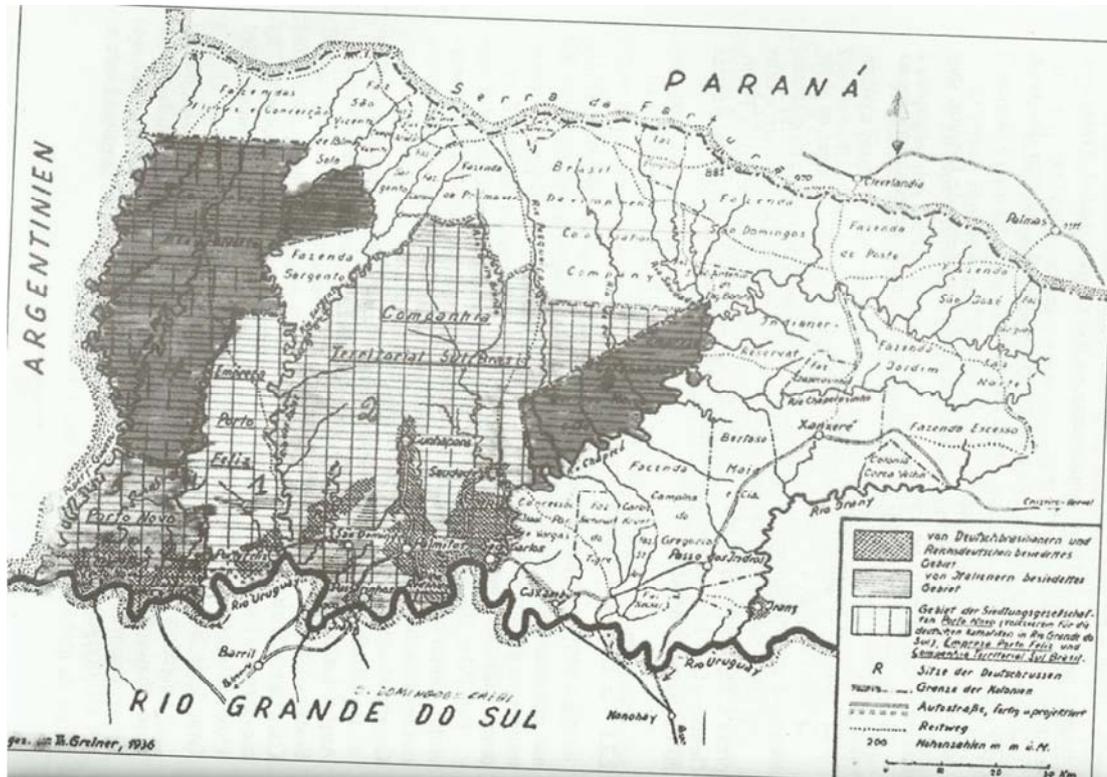


Figura 12: Mapa do antigo município de Chapecó, com destaque para a área destinada para a colonizadora Chapecó-Pepery. Fonte: Jungblut¹¹²

De notório, na década de 1930, temos de destacar a criação do Distrito de Itapiranga, criado pelo Decreto nº 213, de 24 de Fevereiro de 1932, sendo 13º Distrito do município de Chapecó. Com isto foi criada uma estrutura administrativa em Itapiranga representada pelos cargos de Subintendente, secretário e telegrafista, escrivão, juiz de paz, delegado de polícia, inspetor de polícia e coletor (ROHDE, 2011, p. 171).

Diante da falta de assistência do município de Chapecó à região, lideranças de Itapiranga iniciaram o debate quanto ao processo de emancipação. A dificuldade inicial nesse processo foi justamente a legislação estadual que regia a emancipação de novos municípios, prevendo que ali deveria haver no mínimo 20 mil habitantes e uma arrecadação de 300 mil cruzeiros. Como o número de habitantes era inferior, cerca 10 mil no ano de 1947, a solução seria criar um município maior, englobando diversas localidades. Essa discussão foi intensa

¹¹¹ Para maiores informações acerca desse episódio ver: D'ÉÇA, Othon Gama. **Aos espanhóis confinantes**. 2ª ed. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1991.

¹¹² Jungblut, 2000, op. cit. p. 62.

na região do extremo oeste, principalmente pelo fato de que as lideranças regionais sentiam a necessidade de dividir o grande município de Chapecó. No ano de 1953, o Estado de Santa Catarina criou o projeto de lei que facilitava a criação de novos municípios, sendo emancipados nesse ano oito municípios do município de Chapecó: São Miguel, São Carlos, Mondaí, Palmitos, Dionísio Cerqueira, Xaxim, Xanxerê e Itapiranga.

Em fragmento do estudo de Eidt (2009), podemos perceber no personagem Arthur o sentimento de desassistência da população local em relação ao município de Chapecó:

Arthur, mesmo com saúde fragilizada, juntou forças e se envolveu no ardente desejo emancipatório da colônia, no final do ano de 1953. Apontava razões fortes para sustentar sua posição. Para ele, a colônia deveria dar um basta à subserviência dócil que estava submetida. Já haviam se passado mais de duas décadas de atrelamento ao município de Chapecó, para o qual somente remetia impostos que, uma vez nos cofres públicos, se transformavam em nada.¹¹³

A instalação do município de Itapiranga ocorreu no dia 14 de Fevereiro de 1954, e a solenidade ficou a encargo dos padres vigários de Itapiranga. Conforme Jungblut (2000, p. 197), “a festa foi sublime, com momentos de forte emoção. O Padre Afonso Hansen conseguiu fazer brotar lágrimas de diversas pessoas pelo teor emocionante da sua oratória, além dos repetidos vivas, espocar de foguetes e outros recursos artísticos empregados.”

A comoção da população presente, descrita no fragmento acima, pode ser compreendida pelo sentimento de desamparo da população local frente às adversidades econômicas e sociais encontradas na região na década de 1950. A emancipação do município de Itapiranga representou na época uma perspectiva de desenvolvimento, tanto é que as autoridades religiosas empenharam-se nesse acontecimento.

¹¹³ EIDT, 2009, op. cit., 234.



Figura 13: Posse do primeiro prefeito de Itapiranga, ano de 1954, com a presença de autoridades políticas e religiosas. Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

Os efeitos imediatos da emancipação do município de Itapiranga puderam ser sentidos através da aquisição de maquinários para manutenção e abertura de estradas que ligassem a região, favorecendo o deslocamento de pessoas e de produtos para comercialização.

Percebemos, na tese de doutoramento de Eidt, quando o personagem Alfredo teve o primeiro contato com uma máquina que realizava obras de infraestrutura no município:

Os efeitos da emancipação política da colônia puderam ser notados paulatinamente. Durante a primavera, enquanto Arthur e Alfredo se dirigiam para uma comunidade vizinha a fim de jogar o *Schafkopf* (carteado), depararam com um grande alvoroço numa estrada íngreme. Homens se agrupavam em volta de um trator e, inebriados, contemplavam a máquina que investia soberanamente sobre pedras, tocos e raízes retorcidas. Tomadas de entusiasmo, as pessoas observavam a estranha máquina vencer obstáculos antes intransponíveis e de lembranças dolorosas. Arthur misturava alegria com momentos de silêncio. Inteiramente imerso na novidade, parecia encantado com o que estava vendo, ao mesmo tempo em que dava sinais de que a benção havia chegado tarde. A força da máquina evidenciava a fragilidade e a limitação do universo pioneiro; até então, as estradas da colônia haviam sido traçadas por mãos hábeis e sofridas.¹¹⁴

O primeiro governo municipal foi nomeado de forma temporária sob consenso político e religioso. No entanto, a campanha para a primeira eleição que ocorreu em Outubro de 1954 foi bastante acirrada, revelando as rivalidades políticas presentes historicamente no município de Itapiranga. Essa rivalidade era alimentada principalmente pela oposição entre famílias de

¹¹⁴ EIDT, 2009, op. cit., p. 237.

comerciantes da sede do município bem como do interior, sustentada por intrigas criadas pela rivalidade ideológica e pela disputa de espaço e influência das casas comerciais.

É importante destacar que as lideranças políticas que brigavam pela hegemonia no poder de Itapiranga possuíam fortes vínculos com o Governo Estadual, e isso ficou ainda mais evidente no período do Regime Militar através da nomeação dos prefeitos municipais. Essa conjuntura foi influente no nosso foco de estudo, pois, como veremos adiante, muitas situações envolvendo o frigorífico Safrita foram conquistadas através da estreita relação entre o poder político local com o estadual.

Apesar da emancipação do município de Itapiranga ter representado uma esperança de prosperidade, a infraestrutura do município era bastante deficitária, e isso dificultava o escoamento da produção e a modernização das propriedades agrícolas. No final da década de 1950, a saúde da população era bastante deficitária, principalmente por problemas sanitários, água tratada e esgoto, falta de higiene da população e a dificuldade de chegar ao hospital da sede do município.

No quesito educação, praticamente todas as comunidades possuíam escolas, e a frequência era estimulada nas famílias, no entanto, a qualidade da educação era questionável. A qualificação dos professores que atuavam nas escolas da região era um evidente resquício ainda do período da escola paroquial.

Em termos de infraestrutura, Itapiranga apresentava as maiores deficiências. As estradas, praticamente todas elas abertas de forma braçal, eram péssimas e cheias de atoleiros, sendo algumas ainda interditadas quando a ocorrência de chuva. Conforme Jungblut, “faltavam pontes em quase todas as vias fluviais, os veículos pequenos “morriam” dentro da água, os bois sofriam puxando os veículos atolados”.¹¹⁵ No final da década de 1950, havia um imposto denominado de Taxa de Conservação, que era cobrado com base no tamanho da propriedade do agricultor e cada agricultor era obrigado a trabalhar seis dias por ano de forma gratuita, na construção e na manutenção de estradas, denominado de *Wegsteuer*.

Conforme Jungblut,

A economia se mostrava preocupante, pela falta de indústrias; pela grande concentração da economia na criação de porcos – cerca de 73% da renda das famílias provinha dos suínos; pela numerosa saída das famílias para o Oeste do Paraná; pela baixa produtividade agrícola; pela pobreza da população; pela pouca tecnologia na agropecuária; pela infraestrutura paupérrima das propriedades e carência de estradas, entre outros aspectos. As pessoas de

¹¹⁵ Jungblut, 2000, op.cit, p. 209.

visão da época viviam aflitas pelo que poderia vir a acontecer se não fossem tomadas providências.¹¹⁶

Fato que merece destaque nesse sentido, e que foi determinante para a implantação de um frigorífico em Itapiranga, foi a implantação da energia elétrica no município. Não seria possível haver um desenvolvimento do setor industrial sem a disponibilidade desse recurso energético. A energia elétrica foi instalada no ano de 1957, trazida de Tenente Portela no Rio Grande do Sul a uma distância de aproximadamente 30 quilômetros. Para isso, a Prefeitura buscou o apoio da população que comprou apólices para financiar a obra. Da mesma forma, eram organizados mutirões de voluntários que trabalharam gratuitamente na construção da rede de energia até Itapiranga. Coincidentemente o empreendimento da energia elétrica para o município foi desenvolvido no governo do prefeito Arthur Goerck, que mais tarde iria ser um dos dirigentes da Safrita.

Em depoimento de empresário que participou do processo de instalação de energia elétrica em Itapiranga, percebemos o trabalho voluntário da população e do engajamento dos padres jesuítas para motivar a povo a participar do projeto:

Quem fez o investimento? O município de Itapiranga com o seu povo. Na região de Tenente Portela a Itapiranga tinha muito sertão. Desmatamento teve que ser feito para puxar uma alta tensão. Como isto funcionava? O padre na igreja domingos, missa não dava sábados, era domingo, anunciava digamos: “Alô, alô Santa Fé, amanhã, segunda-feira 7 horas da manhã tem que estar na cidade o pessoal que vai ajudar a fazer o desmatamento e puxar a rede de alta tensão de Tenente Portela a Itapiranga. Toda comunidade presente, caminhão às vezes era pequeno para levar gente. Esse pessoal, à título de ilustração, tinha que vir com o café tomado de manhã, o almoço seria lá no mato, digamos um carreteiro uma galinhada, e a janta em casa. E assim foi, conseguiram trazer alta tensão para Itapiranga com a travessia de poste a poste, com a extensão de mais ou menos mil metros de extensão. Foi uma epopeia, veio a luz bonita, a inauguração foi aqui no colégio São Vicente, políticos Portoalegrenses presentes representando o governador, banda municipal de Ijuí-RS abrilhantando a festa. Foi uma noite memorável. Energia em Itapiranga.¹¹⁷

A instalação da energia elétrica em Itapiranga nos remete à conclusão de que é necessária uma pessoa que idealiza o futuro de uma região, no caso o Prefeito Municipal, mas

¹¹⁶ Jungblut, 2000, op. cit., p. 210

¹¹⁷ Depoimento de empresário de Itapiranga, gravado pelo autor em Maio de 2010.

acima de tudo, temos de ter presente de que esse ideal de uma pessoa é sustentado por uma necessidade, mas também pelo apoio e empenho de um grupo maior de pessoas, que nesse caso, comprou apólices para financiar a obra e trabalhou durante muitos dias de forma voluntária para concretizar esse empreendimento.

Em artigo publicado no Jornal Clarinadas de 15 de Junho de 1958¹¹⁸, vemos o apelo de Guido Schwengber no sentido de urgentemente promover a industrialização e a modernização da agricultura de Itapiranga. Trechos do texto nos dão uma compreensão melhor desta análise feita pelo autor no período:

Para nós, já ambientados num mundo um pouco diferente daquele que nos viu nascer, parece-nos ingente necessidade a atualização do espírito dominante em nosso meio. É preciso tirar nossa cidade da redoma que a asfixia e isola do resto do mundo, retendo-nos na realidade que já devera ser antiquada na época de nossos bisavós. Somos pela industrialização de Itapiranga, pela modernização de seus métodos agrícolas, pela atualização do pensamento que norteia nosso povo. Não nos parece justo que quando o mundo já se prepara para viagens siderais nós ainda vivamos à maneira do século passado. Quando na agricultura o mundo inteiro aderiu à cultura racionalizada, ao emprego de adubos e fertilizantes, ao uso de máquinas agrícolas, em nossa colônia ainda é o braço humano e o boi que revolvem a terra. E quando todo o Brasil sabe que a queima das matas é prejudicial à terra, em Itapiranga se preparam as roças com fogo [...] No momento em que o mundo atingiu o quarto período de sua evolução agrícola nós ainda estamos no segundo, qual seja o do emprego da enxada como principal objeto de trabalho do nosso lavoureiro.¹¹⁹

Percebemos que o autor do artigo é enfático ao confirmar o atraso da economia regional. Ao afirmar que é preciso retirar Itapiranga da redoma, o autor apela para o fim das barreiras que atrasam a economia local. Como solução, o artigo aponta algumas alternativas:

Naturalmente o colono deverá colaborar. Ele não pode persistir teimosamente na afirmativa de que seu avô, usando os métodos que ele está empregando, foi muito bem, e estribado nisso, negar-se a adotar sistemas e processos modernos. É necessário convencê-los disso, principalmente a nova geração. A nossa indústria, se é que já podemos considerar tal, é a mesma que a Europa viu há duzentos anos atrás, na época obsoleta dos burgos, ou quiçá, já nos feudos. [...] O que não há é iniciativa, é coragem para um empreendimento de envergadura. A industrialização de suínos, cuja criação seria ainda mais incentivada e aumentada com a instalação de um moderno frigorífico é uma necessidade que se impõem. [...] Por que permitir que a

¹¹⁸ O jornal local Clarinadas era mantido sob forma de associação, com forte apelo progressista e influência do setor empresarial de Itapiranga e com apoio dos padres jesuítas que escreviam artigos para este semanário.

¹¹⁹ JORNAL CLARINADAS. Itapiranga e o desenvolvimento agrícola. Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

nossa produção de leite e os nossos suínos sejam industrializados no Rio Grande? Não seria melhor que o fossem aqui mesmo?¹²⁰

Em outra reportagem publicada em jornal local, percebemos um depoimento da necessidade do povo itapiranguense pensar o futuro da região, numa referência à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico como entidade representativa responsável por planejar as ações socioeconômicas necessárias para o progresso de Itapiranga:

Nos últimos 10 anos a população do Brasil duplicou. [...] Li com prazer nos últimos números de “Itapiranga em Marcha”, o progresso que se vai registrando nessa cidade. Itapiranga tem um futuro à vista, que os itapiranguenses desconhecem. Dentro de poucos anos poderá ser conhecida em toda a nação por cidade de fronteira e de amplos recursos ainda não explorados. Nos últimos 4 anos como o pensamento do povo tem mudado! Que será quando em breve as casas tiverem televisão? [...] O marco do progresso será sem dúvida a Comude, favorecida por empréstimos providos da Alemanha. É preciso que todo o povo colabore nestas iniciativas, que financeiramente, quer de ânimo e serviçal. O progresso em Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados.¹²¹

No fragmento acima percebemos o apelo da necessidade da população de maneira geral, abraçar a ideia do desenvolvimento para a região de Itapiranga. Temos de ter presente de que a partir da emancipação de Itapiranga, mas mais precisamente a partir do final da década de 1950 criou-se uma atmosfera de um ideal de progresso para Itapiranga. Como percebemos mesmo este progresso não sendo construído pelo povo para o povo, ele poderia ser idealizado e posto em prática por vias externas.

Em artigo de autoria de Vitor Reis, publicado no Jornal Oeste em Marcha de 1963, percebemos mais um apelo ao povo de Itapiranga quanto a necessidade de progredir até mesmo com a construção de uma sociedade recreativa, a exemplo do frigorífico que estava em fase de construção:

Nesta etapa em que podemos acreditar na construção de um moderníssimo frigorífico em Itapiranga, que terá tudo de moderno, até o grito do porco será sufocado em nossa exemplar indústria por um choque elétrico. Nesta época em que queremos dar nosso brado de independência econômica. Nesta encruzilhada em que ou progredimos ou retrocedemos. Justamente nesta

¹²⁰ JORNAL CLARINADAS. Itapiranga e o desenvolvimento agrícola. Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

¹²¹ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Itapiranga vive uma encruzilhada histórica. Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01.

situação em que nos encontramos, é a última hora de construirmos algo que nos represente. Esta hora é a de construirmos a nossa Sociedade com S maiúsculo. [...] Avante. Não vacile. Para a frente!¹²²

A pergunta que cabe no momento é: como o colono reagia ao ler os jornais, ouvir ao rádio ou conversar com lideranças sobre a necessidade da modernização e a mudança das práticas agrícolas em sua propriedade? Depois de anos praticando uma agricultura ensinada pelos seus pais e herdada de seus antepassados, como proceder diante dessas inovações que estavam surgindo? Como ele concebia esse ideal de progresso idealizado naquele período?

No fragmento acima, o autor fala de uma encruzilhada, que Itapiranga deve escolher entre progredir ou retroceder. Mas o que representava no período progredir ou retroceder? Será que esse não era um questionamento feito unicamente por determinadas pessoas ou classes sociais diretamente interessadas na modernização da economia regional? Será que o colono estava realmente consciente de sua condição? Ele se concebia como atrasado? As práticas agrícolas na visão do colono eram atrasadas? Qual era a referência para a construção da noção de atraso?

Como vimos no item sobre a imprensa e a modernização da agricultura, a imprensa regional foi bastante incisiva nesse discurso. De que forma essas novidades que surgiam na agricultura adentravam na propriedade? De que forma alteraram as relações de trabalho? Como as gerações mais novas conviviam na propriedade? São questionamentos que precisam ser levantados para que não generalizemos a ideia de que o ideal de desenvolvimento e progresso que se alastrava impulsionado principalmente pela expansão da economia brasileira e catarinense no período, nasceu de forma espontânea em toda a sociedade itapiranguense.

Na década de 1950, a conjuntura da colonização de Itapiranga já apresentava mudanças substanciais que projetavam o sentimento de que era necessário repensar algumas práticas. O momento histórico era outro, já não havia aquela preocupação inicial de derrubar a mata, de estruturar a propriedade, das crianças pequenas que precisavam ser cuidadas deixando de lado o trabalho na atividade agrícola. A maioria das famílias que se instalaram nos primeiros 25 anos de colonização tinha condições na década de 1950 de aumentar a produção e, principalmente, aumentar a comercialização de seus produtos. Muitos filhos já estavam na idade do trabalho e as novas famílias que se instalavam após a segunda leva de migrantes que compraram lotes após a Segunda Guerra Mundial, também estavam aptas ao trabalho da roça. A colônia começou a aspirar novas perspectivas sob uma nova conjuntura.

¹²² JORNAL OESTE EM MARCHA. Itapiranga, constrói a sua Sociedade. Itapiranga, 22 de Junho de 1963, nº 101, p. 1.

3.3.2 Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico

Diante da condição do município de Itapiranga contextualizada acima, lideranças locais iniciaram discussões para buscar alternativas econômicas e sociais para promover o desenvolvimento de Itapiranga. Nesse sentido, formou-se a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômica de Itapiranga – Comude, caracterizando-se como uma composição de lideranças regionais “com os objetivos de promover, coordenar e controlar a execução das sugestões do plano de desenvolvimento econômico para Itapiranga, assim como de manter vivo e atuante o espírito desenvolvimentista da população.”¹²³

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico seria uma entidade representativa dos diversos segmentos da sociedade: indústria, comércio, agricultura e administração pública. A Comude nasceu basicamente como consequência do Plano Econômico idealizado pela Administração Municipal de Itapiranga no ano de 1960. A Comissão se reunia regularmente para discutir ações de desenvolvimento econômico e social, tendo contato direto com agências de fomento e lideranças políticas estaduais. As medidas tomadas visando o desenvolvimento da região de Itapiranga a partir da década de 1960 foram praticamente todas elas idealizadas pela Comude. Era função da referida comissão decidir quais eram os setores estratégicos ou deficientes que necessitavam de investimentos, e acima de tudo, estimular a sociedade regional a participar ativamente da execução dos projetos que seriam postos em prática.

Na ata da reunião da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, datada de 30 de Outubro de 1963, está registrada a vinda de um veterinário da Alemanha Ocidental para trabalhar em Itapiranga. Da mesma forma, na ata da referida reunião foram discutidos assuntos referentes aos auxílios financeiros destinados à Cooperativa Laticínios Itapiranga e também da necessidade de melhoria da estrutura telefônica do município de Itapiranga.¹²⁴

No entanto, é preciso ter claro que a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico surgiu também por uma exigência da Instituição Alemã *Misereor*, que foi grande incentivadora e financiadora dos projetos de desenvolvimento de Itapiranga, como veremos adiante. Os membros da Comude conheciam os setores de maior deficiência na economia

¹²³ HAHN, Mauro. **Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, p. 65.

¹²⁴ Ata da reunião da COMUDE, publicada no Jornal Oeste em Marcha, de 18 de Novembro de 1963, Itapiranga, nº 122, p. 01.

regional, tendo um contato direto com os diversos segmentos da sociedade, pois tratava-se de uma entidade representativa. Como podemos perceber em fragmento de jornal local do ano de 1962, a Comude atuava em diversos segmentos da economia:

A Comissão Municipal de Desenvolvimento, pelo seu secretário geral, nos informa que na segunda quinzena de setembro virão técnicos da firma Pearson, para dar combate à verminose em nosso município. Farão 35 a 40 demonstrações gratuitas, ou seja, mais ou menos uma em cada linha. É mais um empreendimento resultante do Planejamento feito por técnicos para o nosso município. Pedimos, pois, que os colonos se interessem para que possamos eliminar esta doença entre nossas criações.¹²⁵



Figura 14: Membros da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga.
Fonte: Museu do cooperativismo da Sicoob Creditapiranga.

Sobre a questão da construção de um frigorífico, as lideranças locais, principalmente da classe empresarial, já sentiam no final da década de 1950 a necessidade ou a possibilidade de se construir um frigorífico em Itapiranga. Isso era uma questão que parecia bastante óbvia na época se formos analisar a logística de engorda e abate de suínos, pois a região era uma grande produtora de suínos e a grande maioria dessa produção era levada para frigoríficos distantes para serem abatidos.

Em artigo assinado por Heinrich Lenz, já podemos perceber o debate da sociedade regional quanto à necessidade de se construir um frigorífico em Itapiranga. Intitulado “*Wir*

¹²⁵ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Informa a Comude. Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, nº 76, p. 01.

bauen unser Schlachthaus”, ou, nós construiremos nosso frigorífico, o autor relata uma reunião realizada com a presença de lideranças regionais, aclamando para a comunidade regional esquecer as desavenças do passado e se unir nesse projeto que segundo ele, seria um desejo antigo da região.¹²⁶

Sobre o papel da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, temos de ter presente de que seus membros representavam esferas da sociedade itapiranguense. Será que os componentes da COMUDE tinham real consciência de seu papel para a discussão do futuro da região? Quais os interesses que representavam? Os interesses coletivos? De determinadas classes ou poderes itapiranguenses? Seriam eles coagidos por interesses de terceiros? As decisões tomadas pela Comissão certamente sofreram influência de pessoas que tinham interesses econômicos com o desenvolvimento de Itapiranga. Os setores que receberam investimentos foram favorecidos pelo amparo da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico. Não podemos ter a prepotência de julgar essas decisões tomadas no passado e o reflexo que tiveram na sociedade, mas temos de ter um olhar crítico de que os membros da comissão não agiam simplesmente de forma altruística, eles representavam o interesse de classes sociais, às quais, deviam comprometimento.¹²⁷

No ano de 1962, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico ficou responsável por administrar um recurso no montante de 25.000 marcos, enviados pelo Instituto *Misereor* da Alemanha e depositados nos cofres da Caixa Rural de Itapiranga. Esse recurso era destinado a empreender pequenos projetos junto aos agricultores.

3.3.3 A Cooperativa de Crédito de Itapiranga

A fundação da cooperativa de crédito de Itapiranga está vinculada diretamente com os princípios norteadores das colônias alemãs no Sul do país, que valorizavam muito o cooperativismo. Para os administradores e idealizadores dos projetos de colonização, inclusive o de Porto Novo, o cooperativismo era a única possibilidade de sobrevivência e sucesso das colônias, e esse espírito teve grande aceitação entre os colonizadores.

O ideal da cooperativa de crédito era norteado pelo Sistema *Raiffeisen*, que foi introduzido no Brasil em 1902, trazido da Europa pelo Padre Theodor Amstad. Esse sistema de cooperativismo de crédito implantado em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, passou a

¹²⁶ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. *Wir bauen unser Schlachthaus*. Itapiranga, 31 de Agosto de 1961, nº 52, p. 04.

¹²⁷ É preciso destacar que no Estado de Santa Catarina a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, realizou nas décadas de 1950 e 1960 eventos de mobilização e conscientização para estimular a instalação de indústrias no Estado, no intuito de desenvolver o setor.

ser o norte das outras cooperativas de crédito que foram implantadas posteriormente no Sul do Brasil, inclusive em Porto Novo. Nos primeiros anos, Pe Theodor Amstadt teve muitas dificuldades em convencer os colonos de que tal sistema de cooperativas de crédito poderia ser uma alternativa para os seus problemas financeiros.

Após o sucesso do empreendimento liderado pelo Padre Theodor Amstadt no Rio Grande do Sul, que instituiu a primeira cooperativa de crédito do Brasil, as iniciativas nesse sentido começaram a se proliferar principalmente entre as colônias alemãs, motivados principalmente pelo apoio de instituições religiosas. Na década de 1930, o sistema de cooperativas de crédito estendeu-se pela região oeste de Santa Catarina.

Como em Porto Novo as famílias dos colonos apresentavam sérias dificuldades, principalmente na geração de capital para investimentos, o diretor local da Colonizadora *Volksverein*, Carlos Francisco Rohde, convocou a população para participar da fundação de uma cooperativa de crédito em Itapiranga. Decidiu-se naquele momento fundar uma Caixa Rural, vinculada à Central das Caixas Rurais de Porto Alegre. A data oficial da fundação, registrada em ata, foi 21 de Outubro de 1932, sendo a primeira cooperativa de crédito nesse ramo no Estado de Santa Catarina. A denominação da cooperativa de crédito ficou definida como Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Porto Novo, sob os princípios do sistema cooperativo *Raiffeisen*.¹²⁸

A Caixa Rural União Popular trabalhou em diversas frentes nos primeiros anos de sua fundação, mas seu papel de destaque estava vinculado diretamente aos colonos e às atividades vinculadas à agricultura. Os sócios da cooperativa de crédito faziam principalmente depósitos em poupança, transferência de dinheiro, empréstimos para casos de necessidades hospitalares, financiamento para a construção de galpões, chiqueiros e estábulos, e até mesmo para a compra de animais e implementos agrícolas. Os colonos também faziam empréstimos para o pagamento de colônias e terras à colonizadora *Volksverein*.

No ano de 1961, a Caixa União Popular de Itapiranga já possuía em seu quadro social 848 sócios, sendo que 186 desses contraíram um empréstimo. Estes empréstimos foram utilizados naquele período para aplicar o dinheiro na construção de casas, na compra de terras,

¹²⁸ O Sistema Raiffeisen pode ser considerado o princípio da formação do que conhecemos hoje como capital social, e tem como um de seus princípios históricos, unirem forças para ajudar colonos e trabalhadores a adquirir empréstimos financeiros de recursos advindos do capital social. O sistema foi fundado na Alemanha, em 1864, por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, com o objetivo de unir o capital social dos colonos no intuito de reverter este capital em empréstimos e investimentos que pudessem melhorar a vida dos colonos alemães da época.

para fins comerciais, comprar máquinas e animais, para aplicar o dinheiro na lavoura, e até mesmo para despesas hospitalares.

Para o nosso foco de estudo, a Caixa União Popular foi determinante, pois foi a agência que recebeu os depósitos em dinheiro enviados por agências de fomento para estimular o desenvolvimento econômico da região, mantendo estreitos laços principalmente com o Governo da Alemanha e com o Instituto *Misereor*, como veremos na sequência deste capítulo. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico era quem decidia em quais setores estes recursos deveriam ser aplicados

3.3.4 O Capital Social e o desenvolvimento econômico e social

O Capital Social pode ser considerado uma característica marcante no processo de formação do município de Itapiranga, sendo um aspecto determinante para o nosso foco de estudo. A região apresenta essa peculiaridade por dois motivos, a destacar: o primeiro deles é a herança histórica e cultural da valorização do capital social entre as colônias alemãs. O segundo é o aspecto da necessidade da mobilização do capital social na região de Itapiranga por uma simples questão de sobrevivência frente às adversidades históricas do espaço.

A concepção de capital social se baseia nas redes de relacionamento de confiança, cooperação e inovação, vinculadas principalmente ao capital humano de uma sociedade. O capital social pode ser expresso através do acúmulo de capital financeiro, da força de trabalho, da solidariedade, da associação e de variadas expressões coletivas de cooperação. O capital social tem a função de promover o desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos grupos sociais, entidades e organizações.

No estudo de Castilhos (2001), o capital se refere às relações sociais que estariam institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. Na visão do autor, a institucionalização do capital social é fruto do acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, de comunidades ou classes sociais.

Nas relações sociais que caracterizam o capital social, estabelecidas na forma de redes ou normas, estão presentes os atributos culturais da reciprocidade, da confiança e da cooperação. Ou seja, a noção de capital social mescla componentes “culturais” com outros componentes

“estruturais”, intrínsecos às relações sociais propriamente ditas, isto é, as próprias normas ou redes sociais.¹²⁹

No caso de Itapiranga, o capital social manifestou-se de diversas formas ao longo de sua história. A manifestação mais recorrente do capital social na região é o aspecto da coletividade em prol de obras de caráter público, que podem ser expressas nas relações comunitárias através da construção coletiva de igrejas, escolas e centros comunitários, através da força de trabalho e da doação de bens financeiros para o empreendimento. Outro aspecto que merece destaque é a atuação do capital social na formação de entidades associativas e representativas, como as cooperativas, por exemplo.

Conforme Mauro Hahn,

a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente e que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada. As estruturas e as relações sociais fazem parte dos recursos, são ativos de capital de que os indivíduos podem dispor. O capital social, dessa maneira, pode ser produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.¹³⁰

A formação do capital social pode ser compreendida em Itapiranga sob dois pontos de vista. O primeiro deles é através da manifestação dos indivíduos em prol de uma causa, ou seja, os componentes da sociedade através da intenção ou da necessidade particular empreendem a sua força de trabalho ou o seu capital financeiro por uma obra coletiva. Esse aspecto é fundamentado principalmente pela necessidade de melhoria das condições de vida dos indivíduos, ou seja, quando os membros da sociedade regional cooperam conscientemente com um empreendimento visando o aperfeiçoamento de uma situação de deficiência, através da construção de escolas para seus filhos, de igrejas para sua satisfação espiritual e de centros comunitários para o lazer.

O segundo aspecto a destacar, que já contextualizamos no Capítulo 1 através das relações de poder e da hierarquização social, é o aspecto do condicionamento estrutural através das normas ou redes sociais de poder. Assim, os indivíduos formavam o capital social de forma condicionada, ou inconsciente e involuntária. Temos como exemplo, a construção do Pré-Seminário no interior do município de Itapiranga, que recebeu muito investimentos

¹²⁹ CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital Social e políticas públicas**: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2001, p. 9.

¹³⁰ HAHN, op. cit, p. 19.

provindos do capital social, através da força de trabalho dos colonos e de donativos recolhidos pelo Padre Oscar Puhl.

A literatura acerca deste empreendimento nos demonstra que o capital social necessário para a construção do Pré-Seminário da Linha Sede Capela foi, em sua maioria, recolhido de forma condicionada por pressão dos padres jesuítas. Ou seja, os colonos que entregaram dias de trabalho ou doações em forma de alimentos e dinheiro não estavam conscientes quanto à real necessidade deste empreendimento.¹³¹

Em fragmento da obra de Eidt (2009), percebemos a atuação dos padres jesuítas na intensão de coletar o capital social em prol de obras consideradas sacras e de interesse da igreja:

Durante a missa, o padre, com sua voz grave e quase insuportável, atacou apropriadamente os adversários, que criavam dificuldades extremas para edificar o seminário. Não se importando em ser descortês, insultou que as últimas coletas haviam sido pálidas, insignificantes e inverossímeis – Estou convencido de que alguns doadores de frangos velhos e chocas que não seguram ninhadas, nem eles próprios comeriam sua doação! E insultou, rangendo os dentes de raiva: - Se as coisas de Deus não valem mais do que aves velhas e pesteadas e sacos de chuchu murchos, ninguém precisa esperar a eternidade!¹³²

O capital social investido na efetivação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – Safrita também pode ser concebido sob estes dois pontos de vista. Em algumas situações, os investimentos financeiros feitos pelos colonos na compra de ações do frigorífico foram de forma voluntária e consciente, através do espírito de empreendedorismo e da busca de alternativas para o futuro da região. Por outro lado, em algumas situações também foi de forma condicionada e inconsciente, através da estrutura de relações de poder características da sociedade regional. Essa hipótese parte do princípio de que os colonos não tinham real noção do que representava investir seu capital no empreendimento Safrita, sendo condicionados pela imprensa, pelos padres jesuítas e pelos comerciantes a investir suas economias.

3.3.5 O Instituto *Misereor* da Alemanha

¹³¹ A construção do Pré-Seminário em Itapiranga é um episódio contraditório na história regional, pois o capital social investido nesse empreendimento resultou na efetivação da obra, que, no entanto, anos mais tarde foi transformada numa escola técnica agrícola. Em depoimentos coletados com pessoas que auxiliaram na construção, subsistem rancores e mágoas quanto ao duro trabalho despendido no empreendimento. Para maiores informações consultar as obras de Sehnem (2001), Jungblut (2000) e Eidt (2009).

¹³² EIDT, op. cit., p. 296.

O Instituto *Misereor* foi fundado no ano de 1958, como um braço solidário da Igreja Católica da Alemanha, sendo uma organização episcopal. Conforme informações do portal virtual do Instituto *Misereor*, a organização oferece ainda hoje uma cooperação em espírito de parceria a todos os homens de boa vontade para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos e contribuir para a construção de um mundo melhor.¹³³

O Instituto é mantido por doações da comunidade católica alemã, principalmente pelas coletas feitas no período da quaresma. Da mesma forma, o Instituto também é apoiado pelo Governo da Alemanha, no intuito de auxiliar no desenvolvimento humano e social da humanidade.

No início da década de 1960, o Instituto *Misereor* foi muito importante para Itapiranga, pois enviou consideráveis somas em dinheiro que puderam ser aplicadas no desenvolvimento da economia local. O estudo de viabilidades econômicas coordenado pela Comude só pôde ser posto em prática graças a essa instituição. Algumas lideranças locais tiveram contato direto com a instituição, principalmente o Padre Oscar Puhl, que conseguiu muitos recursos para o desenvolvimento econômico da região, principalmente na construção do Seminário e do Colégio Agrícola de Sede Capela. Todo o dinheiro enviado pela Instituição *Misereor* da Alemanha era depositado nos cofres da Caixa União Popular de Itapiranga, que era responsável direta por zelar pela devida administração destes recursos.

Em artigo publicado no Jornal Itapiranga, o teólogo Natalício Weschenfelder contextualiza a Instituição *Misereor*, denotando-a como uma obra de caridade desenvolvida pelos católicos em favor das populações famintas de todo o mundo, especialmente da África, Ásia e América Latina. Cita também que no ano de 1962 a instituição destinou 2 bilhões de cruzeiros aos bispos da região Norte de Fortaleza no Ceará para as obras em favor dos flagelados das secas. Como finalidade da instituição, o autor cita: melhorar e aumentar a produção de alimentos enviando técnicos, empregando sementes, adubos, máquinas próprias, escolas agrícolas. No mesmo artigo, o autor ainda cita o trabalho do Instituto *Misereor* desenvolvido em Itapiranga:

Realizou-se neste município, em Janeiro último, o levantamento sócio-econômico através do qual saltou aos olhos mesmo a tese de sua apuração final, a necessidade de uma pronta ação, no sentido do aproveitamento de tantas matérias primas existentes e até agora inaproveitadas em favor da população, podendo assim, levantar o nível de vida em que muitos jazem.

¹³³ Retirado do portal virtual da *Misereor*, disponível em <http://www.misereor.org>. Acesso em 18/06/2013.

Fazemos um apelo às pessoas responsáveis por este município, no sentido de não deixarem deslizar pelas mãos tão valiosa colaboração, desta organização dos bispos alemães. Lebret, no livro Manifesto à uma civilização solidária tem razão ao afirmar: "não adianta formar novos partidos e nova política, se o ocidente quiser sobreviver e não ser aos poucos devorado pela União Soviética, é preciso ajudar aos povos necessitados".¹³⁴

Através do fragmento citado acima, podemos concluir que a Instituição *Misereor*, apesar de sua finalidade caritativa, estava imbuída na década de 1960 de ideais ideológicos e políticos. Quando o autor cita o fato de que o ocidente deve sobreviver e não ser devorado pela União Soviética, percebemos que era objetivo da Igreja Católica Alemã desenvolver projetos de desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos, para evitar a proliferação dos ideais comunistas da União Soviética.

Essa situação fica clara quando percebemos que a Organização *Misereor*, com sede na cidade de Aachen, na Alemanha Ocidental, esteve ligada ao contexto da Guerra Fria. Além disso, era de interesse da Igreja Católica do período conter o avanço dos ideais comunistas e da União Soviética, pois não se enquadravam aos princípios do cristianismo católico.

Nesse sentido, os investimentos feitos pelo *Misereor* em Itapiranga são reflexos também do processo de colonização alemã e católica idealizados para Porto Novo, através da influência de lideranças políticas, empresariais e principalmente católicas. Inicialmente a *Misereor* financiou pequenos projetos de melhoramento das propriedades e de infraestrutura nas sedes comunitários. No entanto, a instituição entendeu que estes projetos não resultariam mudanças significativas e sugeriu no ano de 1961, que se procedesse a elaboração de um estudo de desenvolvimento econômico, para elencar as potencialidades e as deficiências da economia regional.

Nas anotações do Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio redigidas pelo pároco de Itapiranga, vemos que a participação do Instituto *Misereor* para alavancar o progresso da região era reconhecida pela sociedade regional: "Estão de visita dois senhores representantes da organização alemã *Misereor*. Estamos tratando de conseguir por intermédio deles um veterinário e um empréstimo a favor dos colonos para melhorar o nível dos mesmos."¹³⁵

Percebemos que os Padres Jesuítas também sentiam a necessidade de melhorar as condições de vida e de trabalho dos colonos, pois o sucesso do empreendimento colonizador idealizado na década de 1920 dependia necessariamente da permanência dos colonos no

¹³⁴ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Finalidades da Misereor: caridade da Igreja Católica Alemã. Itapiranga, 30 de Abril de 1962, nº 68, p. 07.

¹³⁵ Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio, de 13 de Outubro de 1961.

campo, evitando a migração para outras regiões. Se o depoimento acima revela a necessidade de melhorar o nível dos colonos, percebemos que as condições de sua existência e de produção eram bastante precárias na década de 1950.

3.4 O texto no contexto

“A noção de verdade pertence à retórica do poder.”
Zygmunt Bauman¹³⁶

Acreditamos que o estímulo à industrialização, à urbanização e à produção de bens de consumo criaram uma nova dinâmica econômica no Brasil a partir da década de 1950, motivados também pela influência dos ideais cepalinos de desenvolvimento.

Em Itapiranga os reflexos foram percebidos pela discussão quanto à necessidade de melhoria das condições de vida dos colonos, mas principalmente, pela possibilidade de aumento da produção e modernização das propriedades agrícolas. Esse ideário desenvolvimentista começou a tomar mais força com a emancipação do município em 1954 e também com a criação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico em Itapiranga.

Os questionamentos levantados neste Capítulo nos fornecem uma compreensão de que a discussão quanto à necessidade de modernização da economia de Itapiranga foi liderada por alguns segmentos da sociedade, interessados em dinamizar a produção e a logística de comercialização. Destacamos nesse sentido, a classe empresarial de Itapiranga que teve profundo interesse em aumentar a produção e implantar novos padrões econômicos na região. Percebemos a atuação da imprensa local com a publicação de artigos que revelavam o “atraso” e as “redomas” que dificultavam o progresso da atividade agrícola.

As lideranças eclesiais e empresariais buscaram auxílio em instituições de fomento que pudessem oferecer um auxílio financeiro para a implantação de iniciativas desenvolvimentistas. Em parte esse objetivo foi alcançado através da instituição alemã *Misereor*, que apesar do caráter de solidariedade e caridade, mantinha um interesse em frear o crescimento dos ideais comunistas na conjuntura mundial da Guerra Fria, sendo que devido ao caráter confessional e étnico de Itapiranga, havia a necessidade de a religião católica se impor diante dessa realidade.

¹³⁶ BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 143

Adiante faremos uma análise do Relatório de Desenvolvimento Econômico elaborado em Itapiranga no início da década de 1960, que elencou as deficiências e as possibilidades da economia regional numa perspectiva de desenvolvimento para a região, bem como três projetos implantados em Itapiranga visando a dinamização da economia regional.

4.0 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA (1962)

“O trabalho de historiadores mostrou como a imaginação histórica pode ser aplicada não somente para estruturar novas conceituações sobre a temática da história, mas também para questionar de outra forma os documentos e fazer coisas diferentes com eles.”
Jim Sharpe¹³⁷

“Examinando a situação do homem que vive nas condições e circunstâncias descritas, chegamos ao resultado que os habitantes de Itapiranga, vivem, em sua maioria, da agricultura em pequena escala, e, em condições precárias, praticamente isolados da cultura e da civilização, com a capacidade econômica atual esgotada.”
Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga¹³⁸

A proposta deste Capítulo é de discutir a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico como ferramenta de fomento da economia regional diante das condições regionais detectadas na década de 1950. Como vimos anteriormente, as condições estavam postas para a sociedade regional repensar o futuro da economia. Mas quais seriam as maiores prioridades? Quais setores que mereceriam maior atenção e investimentos? Quais eram as reais deficiências e possibilidades da economia regional?

Alguns setores da sociedade conseguiram fazer algumas leituras da conjuntura nacional e regional na década de 1960, mas era preciso algo mais profundo, um estudo realizado por técnicos que pudessem auxiliar nessa discussão. Nesta perspectiva que se formulou um relatório contendo uma radiografia da economia e da sociedade itapiranguense do período.

Vimos que a conjuntura nacional do pós-guerra imprimiu em praticamente todo o território nacional um ideal de desenvolvimentismo frente a uma noção de atraso da economia brasileira. Esse sentimento progressista e desenvolvimentista teve reflexos também no Estado de Santa Catarina, bem como, na região Oeste do Estado. Daí a necessidade de se pensar o desenvolvimento regional de Itapiranga a partir do final da década de 1950.

Num primeiro momento, faremos uma leitura detalhada do Relatório de Desenvolvimento Econômico elaborado entre os meses de Novembro de 1961 e Fevereiro de 1962 pela empresa Agro e Hidrotécnica S.A. Nosso objetivo é oferecer uma compreensão das

¹³⁷ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 59.

¹³⁸ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA. Agro e Hidrotécnica S.A. Itapiranga, 1962, p. 15.

condições socioeconômicas de Itapiranga no início da década de 1960 e também das propostas de desenvolvimento e setores que careciam de investimento, conforme o estudo.

Em seguida, analisaremos três projetos postos em prática em Itapiranga que visaram fomentar o desenvolvimento econômico e que foram determinantes para o nosso foco de estudo. O primeiro deles foi a Fábrica de Rações de Itapiranga S/A, inaugurada no ano de 1960. O segundo é a constituição do Pré-Seminário e do Colégio Técnico Agrícola de Linha Sede Capela, localizado no município de Itapiranga. O terceiro é a instalação de uma empresa de laticínios com o objetivo de incrementar a bacia leiteira de Itapiranga.

4.1 O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga

A Instituição alemã *Misereor* remetia à Itapiranga através do *Volksverein* recursos no intuito de fomentar o desenvolvimento socioeconômico da população sob coordenação de lideranças religiosas e leigas através da Caixa Rural de Itapiranga. No entanto, no início da década de 1960 a instituição entendeu de que era preciso elaborar um plano de desenvolvimento para a região para que os investimentos gerassem um impacto maior na sociedade.

Nesse sentido, foi contratada uma empresa especializada em planejamento estratégico para realizar um estudo minucioso, englobando dados geográficos, econômicos e sociais de Itapiranga. A Agro e Hidro Técnica S.A., localizada em São Paulo era vinculada à empresa alemã *Agrar und Hydrotechnik* com sede em *Essen*, que em parceria com o Instituto *Misereor* desenvolvia projetos de fomento econômico e social em diversos países.¹³⁹

É preciso destacar que o estudo de levantamento socioeconômico elaborado pela empresa Agro e Hidrotécnica não revelou muitas novidades para as lideranças locais, somente fortaleceu aspectos que já eram de conhecimento. O frigorífico de Itapiranga, por exemplo, já era uma aspiração antiga de alguns segmentos da sociedade itapiranguense, visto a grande produção de suínos na região e a complexa logística de transporte e abate desta matéria prima. Tanto é que, já em Novembro de 1961 fora instituída em Itapiranga uma Comissão Provisória vistas à instalação de um frigorífico na região, muito antes da conclusão do estudo técnico.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico ajudou a dar alguns nortes para futuros investimentos para a época, além de ser um documento oficial utilizado para pleitear recursos

¹³⁹ A empresa alemã *Agrar und Hydrotechnik* foi fundada no ano de 1960, e atualmente é denominada de AHT Group AG – Management and Engineering. Para mais informações, acessar: <http://www.aht-group.com>

de órgãos governamentais e de instituições de fomento. Conforme Hahn¹⁴⁰, esse levantamento socioeconômico representou um estudo profundo, abrangendo desde dados geográficos até a identificação pormenorizada da situação econômica local.

Em artigo publicado em jornal, o Senhor Gabriel Keglewich, então professor da Faculdade de Economia de São Leopoldo e Diretor da Empresa Agro e Hidro Técnica, nos deixa claro que era necessário sensibilizar as instituições de fomento da Alemanha com dados estatísticos e argumentos de que é preciso melhorar as condições de vida da população de Itapiranga. Conforme Keglewich, “necessitamos comprovar com dados e argumentos sólidos a viabilidade destes projetos. Todos os habitantes da antiga Colônia de Porto Novo estão incluídos neste plano.”¹⁴¹

Nas análises que faremos na sequência acerca do referido Relatório, percebemos a insistência em comprovar com dados estatísticos a condição de deficiência da economia e da população de Itapiranga. O discurso exposto argumenta que havia a intensão de sensibilizar as autoridades alemãs da necessidade de financiar projetos de desenvolvimento em Itapiranga.

4.1.2 “Situação, descrição e levantamento socioeconômico”

O Relatório de Desenvolvimento Econômico apresenta inicialmente uma radiografia detalhada das condições de Itapiranga no ano de 1962, englobando aspectos como orografia¹⁴², hidrografia, elementos meteorológicos, clima e revestimento florístico. Esses dados não nos interessam para o presente estudo, por isso não os detalharemos conforme são abordados no documento.¹⁴³

Destacamos um fragmento do documento que aborda o aspecto do relevo. Conforme o Relatório, em Itapiranga o solo pode ser classificado em categorias, a destacar os vales, as ladeiras com declives suaves, as ladeiras com declives acentuados, inclinações íngremes e rochosas. O estudo aponta que, apesar da atividade agrícola ser desenvolvida em maioria nas duas primeiras categorias, nos últimos, “lamentavelmente”, a região estaria iniciando devido ao aumento da população e a vontade de aumentar a produção o cultivo nos espaços com

¹⁴⁰ Hahn, 2001.

¹⁴¹ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Em elaboração o plano de desenvolvimento econômico do Município de Itapiranga. 15 de Fevereiro de 1962, nº 63, p. 01.

¹⁴² Conforme o Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis, orografia é o estudo das montanhas e a descrição do relevo de uma região.

¹⁴³ O Relatório de Desenvolvimento Econômico encontra-se atualmente mimeografado, e está a disposição para consulta no Museu do Cooperativismo da Sicoob Creditapiranga. Devido à sua relevância histórica, este documento necessita de um trabalho de restauração e digitalização.

declives acentuados. Essa conclusão nos é muito pertinente, pois comprova que no final da década de 1950 a agricultura estava sendo praticada de forma extensiva em Itapiranga.

Em relação aos dados demográficos, o Relatório aponta uma população no ano de 1962 de 14.468 habitantes, com uma densidade demográfica de 25 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação à distribuição etária da população, o estudo aponta o baixo percentual da população (14%) com idade entre 14 e 21 anos, se comparado ao percentual com idade mais tenra, como até 6 anos de idade (26,7%) e de 6 até 14 anos (23,8%). O Relatório conclui sobre este aspecto que,

Encontramos deste fenômeno na fuga (*grifo original*) da juventude da sua terra natal devido às dificuldades de evolução e progresso. A baixíssima porcentagem (2%) da classe acima de 50 anos de idade demonstra não só o desgaste físico resultante do trabalho penoso e primitivo na roça, mas também a falta de higiene.¹⁴⁴

Conforme a distribuição por sexo, no ano de 1962 a população era composta de 54,1% de homens e 45,9% de mulheres. O texto aponta um desequilíbrio na faixa etária de 14 a 21 anos, onde haveria 12% a mais de homens. O estudo conclui que a razão deste fenômeno encontrar-se-ia na maior fuga das moças das atividades agrícolas, mais penosas nas suas formas primitivas para o físico e o espírito feminino.

Em relação à questão da formação educacional, apesar dos altos índices de educação básica, o estudo destaca a baixa porcentagem (1,7%) da população que teria uma formação profissional sendo um dos maiores males da população. “Este fato alarmante comprova a estagnação, se não o retrocesso em comparação com a formação cultural dos chefes de família. Falta completamente o ensino profissional.”¹⁴⁵ Com base nesta conclusão, inicia na década de 1960 a discussão quanto à necessidade da construção de uma escola técnica profissionalizante na área da agropecuária, aspecto que abordaremos mais adiante.

No quesito acesso à informação, o estudo aponta que grande parcela da população teria acesso a livros em suas residências, principalmente de cunho religioso. Destacamos o quesito da leitura de jornais e revistas, sendo que 51,9% da população lia jornais ao menos 5 vezes por mês. Este dado é muito interessante para o nosso estudo, pois os jornais locais foram utilizados para levar ao agricultor, através de artigos e reportagens, o discurso da necessidade da modernização das atividades agrícolas.

¹⁴⁴ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA. Agro e Hidrotécnica S.A. Itapiranga, 1962, p. 6.

¹⁴⁵ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA, op. cit., p. 7.

A distribuição da população quanto à atividade econômica aponta que a predominância é do setor da agricultura, englobando 82,78% da população economicamente independente. Estranhamente o estudo conclui que essa realidade é caracterizante, e reuniria todos os problemas de ordem econômica-social da região. Ou seja, com base nos apontamentos do estudo, as condições de vida e trabalho da maioria da população supostamente agrícola seriam as causas do atraso social da população.

Dos 17,2% das demais atividades econômicas, destaca-se o magistério representando no período 3,6% da população economicamente ativa. Conforme o estudo, é ressaltante a quase ausência da atividade industrial, apontando também que 44% da população é economicamente ativa, o que refletiria a laboriosidade da população. O estudo aponta também a ocupação de menores de idade nas unidades agrícolas e a falta de previdência social.

Em relação à distribuição da população, o estudo aponta que 25,3% da população vivia no espaço urbano (cidade de Itapiranga e vilas de São João, Sede Capela e Tunas), e 76,7% da população vivia no espaço rural.

Para finalizar o aspecto socioeconômico, o estudo concluiu que a maioria da população de Itapiranga vivia da agricultura em pequena escala com condições precárias, “praticamente isoladas da cultura e da civilização, constituindo um grupo consciente do seu alvo social, porém com a capacidade econômica atual esgotada. Os conhecimentos e métodos aplicados na exploração da terra são desatualizados, irracionais e faltaria uma orientação.”¹⁴⁶

Nesse sentido, ganharam força os Clubes Agrícolas e os Clubes de Senhoras, que discutiam entre seus integrantes hábitos de higiene e limpeza, boa alimentação, cultivo de hortas e campanhas educativas. Esses núcleos geraram a partir de 1971 os Clubes 4-S, estimulados pela Acaresc.¹⁴⁷

Segundo as conclusões discriminadas no Relatório, a formação de novos capitais era altamente prejudicada devido à inflação e ao alto custo da produção. Detectado o aumento das necessidades humanas, o crescimento da população, a lei da divisão do trabalho, o estudo aponta que não se permite mais a concentração das forças produtivas exclusivamente no setor primário.

A densidade demográfica da população de Itapiranga no período era maior do que a do Estado de Santa Catarina e três vezes superior a do país. Conforme o Relatório, o crescimento

¹⁴⁶ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA, op. cit, p. 15.

¹⁴⁷ Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc, fundada na década de 1950, que em 1991 foi denominada de Epagri.

populacional exigiria providências imediatas para a alocação da juventude excedente, que não encontra mais a sua existência assegurada dentro do município.

O êxodo para novas regiões é desorganizado, e termina muitas vezes em falência; os atraídos pelos centros industriais do país, sem conhecimentos profissionais, encontram a semi-miséria dos salários mínimos, e ficam à mercê das ideologias extremistas.¹⁴⁸

Essa afirmação nos é muito reveladora, pois, quando o Relatório aponta que uma parcela das pessoas que abandonam a região para morar em centros industriais ficando à mercê dos baixos salários e das ideologias extremistas, podemos compreender que o discurso exaltado no Relatório de Desenvolvimento Econômico era direcionado justamente para sensibilizar instituições de caráter ideológico. Ou seja, o objetivo do estudo era de chamar a atenção da instituição católica *Misereor* sobre a fragilidade da população de Itapiranga e da ameaça de ideologias extremistas presentes no Brasil no início da década de 1960. Como vimos anteriormente, a instituição *Misereor* buscava fazer frente à expansão de ideologias, principalmente comunistas, que representavam uma ameaça à igreja católica.

4.1.3 “Melhoramentos com objetivo econômico”

Como complemento do estudo apresentado pelo Relatório de Desenvolvimento Econômico, baseado nas potencialidades e deficiências da região, são elencadas propostas de execução de projetos visando o desenvolvimento socioeconômico de Itapiranga. São discriminadas diversas possibilidades e áreas de investimento, como na educação e na saúde pública, no setor de transportes, das comunicações e da energia elétrica. No entanto, o que nos interessa para o momento são as propostas de melhoramento com objetivos econômicos apresentados pelo estudo.

Como a atividade agrícola era desempenhada pela grande maioria da população no período, o estudo elencou algumas necessidades para o desenvolvimento do setor. Um dos aspectos destacados é o número de propriedades agrícolas por superfície. Conforme o Relatório, das 1.824 propriedades rurais cadastradas, 46,6% eram minifúndios com uma área menor do que 20 hectares. Acerca disso, o texto chama a atenção para o fato de que no primeiro ano de colonização de Porto Novo (Itapiranga), o menor lote vendido era de 24

¹⁴⁸ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA, op. cit, p. 17.

hectares. “É assustador o desmembramento, resultando com 46,6% das propriedades em minifúndios com menos de 20 hectares.”¹⁴⁹

Essa conclusão reforça nossa tese de que na década de 1950 a colonização estava enfrentando uma grave crise fundiária, afetando diretamente o sistema de herança familiar. Com a diminuição da superfície da maioria das propriedades, fruto do processo de divisão histórica entre os filhos que alcançavam a maturidade, menos jovens passaram a ter acesso a uma propriedade de superfície necessária para desenvolver a agricultura.

Outro aspecto abordado pelo Relatório reflete o baixo rendimento mensal das famílias dos agricultores no início da década de 1960. Conforme os dados apresentados, o rendimento médio per capita era de Cr\$ 5.268,00 mensais. Este rendimento era considerado muito baixo para o período se comparado ao salário mínimo brasileiro, que no ano de 1961 era de Cr\$ 13.440,00.

Em relação à atividade agrícola constatamos que as principais culturas praticadas em Itapiranga no início da década de 1960 era o milho, mandioca, soja, feijão e fumo. As deficiências apontadas pelo Relatório em relação a essas atividades são o baixo rendimento por área, inexistência de sementes de variedades selecionadas e garantidas, técnicas culturais rudimentares, doenças e pragas, ausência de medidas de conservação do solo e do combate à erosão, falta do tratamento do adubo orgânico e ausência de uma rotação racional de culturas.

Em respeito à criação de animais, o estudo destaca a suinocultura, com nítido caráter de monocultura, participando com 73% da renda bruta no ano de 1961. Como maiores deficiências da suinocultura o estudo destaca a baixa reprodução das porcas, alta relação de varões, criação de raças para produção de banha considerando a raça Duroc-Jersey não mais adequada com respeito à atual procura de carne, falta de melhoramentos zootécnicos, alimentação irracional, precário estado de higiene e sanidade, alto grau de verminose com constante perigo de contaminação de crianças e até adultos, localização e tamanho errados dos chiqueiros, grande mortalidade dos leitões.

Ou seja, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga considerou que a prática da suinocultura no ano de 1961 estava extremamente atrasada e pouco rentável. Essa realidade se estendia, conforme o estudo, também a outras atividades como a bovinocultura de leite, apontando para algumas características gerais da agricultura no período, como a absoluta falta de orientação ao ruralista, desconhecimento das técnicas e métodos modernos,

¹⁴⁹ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA, op. cit., p. 28.

falta de conhecimento de diagnose, prevenção e tratamento das doenças mais comuns dos animais.

É preciso destacar que nas décadas de 1950 e 1960 era muito intensa a discussão quanto à produtividade da agricultura brasileira. As políticas econômicas para esse setor e as instituições de fomento vislumbravam a necessidade de o Brasil adotar um modelo produtivo baseado em outras realidades econômicas de países com outros níveis de desenvolvimento. Então, se o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontava um determinado nível de atraso da agricultura na região, temos de ter o cuidado de não legitimar um discursos que buscava implantar um novo modelo econômico não só na região, mas no Brasil.

Como entender esse discurso de atraso da agricultura regional? De que forma ele se justifica numa região que, como vimos, possuía uma cooperativa de crédito fundada em recursos advindos de economias financeiras dos colonos, um capital social sólido e pujante capaz de incrementar a instalação de empreendimentos associativos e produtivos? Esses são questionamentos que se tornam pertinentes que buscaremos contextualizar na sequência da dissertação.

A concepção de desenvolvimento e atraso precisa ser compreendida na dialética do discurso e sua relação com o poder que se estabelece nas relações sociais. Conforme Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.”¹⁵⁰ Nesse sentido, é preciso conceber a noção de desenvolvimento e atraso na intencionalidade do poder, que se estabeleceu no país de uma maneira geral com os ideais desenvolvimentistas da década de 1950 e que se enraizou na região de Itapiranga na concepção de atraso da agricultura no quesito trabalho, produtividade e lucratividade.

4.1.4 “Melhor aproveitamento da produção primária: industrializações”

Como solução das deficiências detectadas na agricultura regional, principalmente no que tange à geração de renda, o estudo aponta a necessidade de se implantar o processo de industrialização da matéria prima produzida na região. Conforme o Relatório, a estrutura econômica e social, a situação geográfica e de transportes, as condições climáticas e a

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 08.

conjuntura dos mercados nacionais e internacionais predestinam a evolução regional da agropecuária em duas atividades principais: a suinocultura e os laticínios.

Quanto ao potencial da suinocultura, o Relatório sugere a fundação em Itapiranga de um matadouro-frigorífico. A conclusão é baseada na matéria prima produzida em larga escala na região. Conforme o estudo, no ano de 1961 o município de Itapiranga produziu 43.866 porcos para abate, dos quais foram exportados 3.294.120 kg de carne. A exportação de banha de fraca qualidade foi da ordem de 61.333 kg. Com base nesses dados e na disponibilidade de matéria prima na região próxima a Itapiranga, o estudo previu um abate diário de 250 porcos, o que por si só, já justificaria a instalação de um frigorífico. Conforme o Relatório,

Precisamos salientar, com respeito à matéria prima, a necessidade da melhoria das raças atualmente criadas, o que se procederá também em consequência dos melhores preços pagos por porcos de melhor aproveitamento. A tendência é de baixa na procura mundial da banha, substituindo-a por gordura de origem vegetal, mais sadia para o organismo humano.¹⁵¹

Foi sugerida a substituição de suínos que produzem muita banha, por raças mais produtoras de carne, como a Duroc-Jersey, cruzada com Landrasse e Berkshire. Essa conclusão é fundamentada na potencial capacidade do frigorífico em produzir produtos de maior valor de comercialização, como o presunto, defumados e outros embutidos.

Para a acumulação do capital necessário para a efetivação da obra, o Relatório sugere a criação de uma cooperativa de suinocultores. No entanto, como o próprio estudo enfatiza, devido à baixa renda dos agricultores, as poupanças da classe não seriam capazes de satisfazer as exigências com respeito ao investimento necessário. Nesse caso, a fim de mobilizar todos os recursos disponíveis na região, foi sugerida uma sociedade por ações. Esse aspecto merece nossa atenção, pois o frigorífico foi fundado no sistema de sociedade anônima, o que facilitaria a venda de ações, pois cada investidor dispunha de diferentes somas de capital para investir no empreendimento.

As características previstas para a construção do futuro frigorífico englobavam diversos fatores, como a localização, o tratamento da água, tanto da potável como a residual. A projeção era de iniciar o abate de 300 suínos por dia, podendo ser ampliado para 400 suínos/dia. Previu-se a questão da logística como o estoque em câmaras frigoríficas para 30 dias e estacionamento com rampas de carga e descarga dos caminhões.

¹⁵¹ RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA, op. cit., p. 36.

Os investimentos previstos para a instalação de um frigorífico em Itapiranga foram baseados nos cálculos feitos levando em consideração toda a estrutura necessária para a primeira etapa do projeto, que seria de colocar o frigorífico em funcionamento com um abate diário de 300 suínos. A previsão de recursos necessários para a obra foi estipulada em Cr\$ 130.000.000,00 ou U\$ 361.000,00, não somados o terreno para a construção, sistema de transportes e meios de comunicação.

O estudo também previu a necessidade da formação de operários para trabalhar no frigorífico, estipulado em aproximadamente 120 trabalhadores.

4.2 A Fábrica de Rações de Itapiranga S/A

A preocupação quanto ao potencial da suinocultura em Itapiranga era presente na década de 1950. Até aquele período, a suinocultura era praticada de forma bem rudimentar, sendo a produção destinada em sua maioria para a produção de banha. Com a expansão do mercado consumidor na década de 1950, os frigoríficos começaram a comprar suínos para o abate visando a comercialização da carne. E isso demandou uma profunda alteração na forma como os colonos alimentavam os suínos, pois, além da qualidade e da higiene no processo de criação, era necessário diminuir o teor de gordura dos suínos e também diminuir o tempo de engorda visando abastecer os frigoríficos.

Nesse sentido, começou-se a fomentar em Itapiranga a criação de uma fábrica de rações que pudesse oferecer uma alimentação mais balanceada aos suínos. A ideia era copiar outros modelos já implantados em Santa Catarina em regiões produtoras, fazendo com que o colono comprasse a ração balanceada para alimentar os suínos. Timidamente alguns comerciantes começaram a trazer de outras regiões a ração para comercializá-la em Itapiranga, mas esse processo era muito caro, o que limitava a expansão da comercialização. Surgiu então a ideia de se construir uma fábrica de rações em Itapiranga.

Em artigo publicado no Jornal Oeste em Marcha, de 15 de Março de 1960, podemos perceber a preocupação quanto à melhoria das condições de manejo dos suínos em Itapiranga. Conforme o artigo, “na época em que vivemos não é mais possível que o colono continue a trabalhar no sistema antigo de alimentar cegamente sua criação com o alimento que colhe. Sabemos que é preciso tratá-la com rações balanceadas.”¹⁵²

¹⁵² JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Uma obra que representa progresso: Fábrica de Rações Balanceadas. Itapiranga, 15 de Março de 1960, nº 17, p. 4.

Nesse mesmo artigo, percebemos que algumas lideranças reuniram-se no dia 7 de Fevereiro de 1960 para discutir a melhor forma de implantar o projeto em Itapiranga. Ficou acordado que seria fundada uma sociedade anônima para coletar o capital necessário para o empreendimento. A primeira chamada de capital foi feita já naquele mês de Fevereiro, onde foram subscritas 112 ações. Com esse capital inicial foi adquirida uma área de 5.500 metros quadrados e adquirida uma máquina a ser instalada para a produção de ração.

Para finalizar o artigo, é feito um chamamento aos agricultores da importância da construção da fábrica de rações em Itapiranga:

Atenção agricultores! A vantagem desta obra é grande para vocês. Soubemos que a fábrica funcionará nos moldes da fábrica de rações de Cerro Largo, onde adota o sistema de troca (permuta) e compra. Quer isto dizer que o colono leva 1 saco de milho (ou soja) para receber em troca 1 saco de ração [...] Apelamos desde já aos colonos desta circunscrição que aproveitem esta oferta, para seu próprio proveito, para que consigam criar suínos em larga escala com menos trabalho.¹⁵³

Percebemos no fragmento acima de que se proliferou em Itapiranga um discurso de convencimento do agricultor na necessidade de mudar as práticas da suinocultura em sua propriedade. Esse apelo é sugestivo e nos faz concluir que conseguiu cativar os agricultores, principalmente no trecho em que se afirma a possibilidade de criar suínos em larga escala com menos trabalho.

A inauguração oficial da Fábrica de Rações Itapiranga S.A. ocorreu no dia 23 de Julho de 1960, com a presença de autoridades políticas, empresariais e religiosas e de suinocultores. Fato a destacar é que as lideranças deste empreendimento são as mesmas pessoas que irão coordenar o processo de implantação do frigorífico Safrita. De maneira geral, são comerciantes que possuem interesse na expansão da suinocultura na região de Itapiranga.

Estiveram presentes na solenidade de inauguração, além de público geral, visitantes de Porto Alegre como o presidente da Central das Caixas Rurais Victor Affonso Hafner, Dr Armin Fabian, João Albino Both e Werner Bins, além de Walter Herbert Schmeling, representando a Sociedade União Popular.¹⁵⁴

De lideranças regionais prestigiaram o evento o Prefeito Municipal Affonso Schwengber, o Vigário de Itapiranga Padre Oscar Puhl, o médico Dr Maximiliano Leon, a

¹⁵³ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, Uma obra que representa progresso... Op. Cit, p. 04.

¹⁵⁴ No texto original não é mencionado o nome da Superiora do Colégio São Vicente, acreditamos, pelo período, ter sido a Irmã Tabita.

Superiora do Colégio São Vicente, o presidente da Caixa Rural Ervino Jaeger, os acionistas do empreendimento, diretoria e empregados da fábrica.

Em reportagem publicada no Jornal Itapiranga em Marcha, do dia 31 de Julho de 1960, acerca da solenidade de inauguração da fábrica de rações, percebe-se um discurso de louvor ao empreendimento como uma alavanca do progresso da região. Ao final da solenidade, o jornal entrevistou alguns presentes, onde percebemos que o teor dos depoimentos engloba a questão da suinocultura e da necessidade de um manejo adequado. “Boa raça, bom alimento, boa instalação”, relata um depoimento. Finalizando a reportagem, o jornal enfatiza que “a Frisa é uma instituição ótima que deve ser aproveitada pelos colonos. Achamos que, com o tratamento de rações aos suínos, sua produção será aumentada muito e será mesmo duplicada como em Cerro Largo.”¹⁵⁵

Na mesma reportagem, muitos depoimentos retratados na solenidade de inauguração da fábrica de rações já nos dão indícios da ideia de futuramente construir em Itapiranga um frigorífico. No discurso do diretor presidente da Frisa, Rudi Goerck, a reportagem ilustra que “tocou ele também no arrojado, mas muito esperado plano dum futuro FRIGORÍFICO”.¹⁵⁶ O destaque dado à palavra frigorífico no texto do jornal não é mera coincidência, pois a obra de um futuro frigorífico em Itapiranga já vinha sendo discutida há muito tempo por lideranças regionais, e representava uma obra grandiosa aos olhos de seus idealizadores.

Nesse mesmo artigo percebemos mais depoimentos sobre a necessidade da construção de um frigorífico em Itapiranga. Uma das lideranças defendeu que o frigorífico está em tempo de ser construído. Outro discurso exalta que com o frigorífico já vamos tarde, pois municípios de posterior emancipação já o teriam. Em seguida o texto da reportagem conclui acerca das lideranças presentes no ato de inauguração da fábrica de rações que “o povo de Itapiranga fica imensamente grato aos ilustres membros da comitiva que nos visitou. Têm eles um único ideal: FAZER ALGUMA COISA POR PORTO NOVO.” Como vemos o destaque e o grifo dado originalmente ao fato de que é preciso fazer alguma coisa por Porto Novo nos faz concluir de que havia a concepção de que em Itapiranga existia uma condição que precisava ser melhorada, uma condição de carência. Como percebemos, a carência estava no setor produtivo, que precisava ser modernizado.

¹⁵⁵ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Inauguração da Fábrica de Rações Itapiranga S.A. Itapiranga, 31 de Julho de 1960, nº 26, p. 01.

¹⁵⁶ Idem, p. 01

4.3 O Pré-Seminário e o Colégio Técnico Agrícola de Linha Sede Capela

No ano de 1948, o hospital que pertencia a uma sociedade composta por moradores da comunidade de Linha Sede Capela, interior do município de Itapiranga, foi adquirida pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, de São Leopoldo, no intuito de que ali fosse instalado um centro de formação que pudesse receber alunos do interior da colônia que pretendessem seguir a vocação religiosa. Em outras palavras, os Padres Jesuítas desejavam transformar aquele centro educacional num seminário de formação religiosa.

No mesmo ano a Congregação dos Jesuítas enviou em missão para Sede Capela, no intuito de iniciar as atividades do pré-seminário, o Irmão Ritter e o Irmão Blásio Balduino Alles, juntamente com mais dois funcionários. Vale destacar a influência neste processo do então pároco de Itapiranga, Padre Theodoro Treis, S.J.

No ano de 1949, iniciaram as atividades do novo centro de formação de Sede Capela, denominado a partir daquele momento de Instituto de Assistência São Pedro Canísio (Iaesc), que representava uma espécie de pré-seminário, onde os adolescentes frequentavam a escola até o 5º ano primário, e em sequência passavam a estudar no seminário de Salvador do Sul-RS – o *Kappesberg*. No ano de 1949 estudavam 37 alunos no pré-seminário de Sede Capela, número que foi aumentando gradativamente a cada ano.

O primeiro diretor deste estabelecimento foi o Padre Felipe Kroetz, S.J., sendo o primeiro secretário o Frater Aloísio Weber. No período em que funcionou como pré-seminário, entre 1949 até fins de 1979, o Iaesc foi responsável pela educação de muitos meninos e pela ordenação de mais de 24 padres jesuítas e diversos irmãos.

No ano de 1967, ampliou o tempo de permanência dos seminaristas, possibilitando a eles cursarem também a 1ª e a 2ª séries do ciclo ginásial, e a partir daquele momento o seminário passou a denominar-se Ginásio Três Mártires. No ano de 1976, o educandário passou a fazer parte da rede estadual de ensino, funcionando no mesmo prédio da escola agrícola.

Como vimos anteriormente, o Relatório de Desenvolvimento Econômico previu a necessidade da criação de uma escola de formação técnica num cenário de modernização da agricultura. Havia na época uma compreensão geral de que era necessário promover a modernização da agricultura regional, e conseqüentemente também promover a capacitação dos agricultores, principalmente de seus filhos, para que eles pudessem trabalhar nesse processo de modernização da agricultura. Assim nasceu a ideia de implantar um colégio

agrícola aproveitando a estrutura existente do antigo pré-seminário da comunidade de Sede Capela.

Outro aspecto interessante a ressaltar sobre o colégio agrícola de Sede Capela foi a instalação do Posto de Suinocultura do Município de Itapiranga, pioneiro na região, que foi uma alavanca para a modernização da genética dos suínos. O Padre Oscar Puhl, então diretor daquele estabelecimento de ensino, viajou para outras regiões do país em busca de suínos com uma genética mais apurada e os trazia para Itapiranga.

Já no ano de 1962, Pe Oscar Puhl S.J. coordenou a elaboração do projeto de instalação de um colégio agrícola em Sede Capela. Nesse projeto estava clara a preocupação com estudo e o trabalho do jovem agricultor e em inseri-lo no mercado profissional. Conforme o próprio Padre denominou de *Landwirtschaftschule*, a escola se destinaria à formação geral de jovens com aulas práticas de serviços agrícolas e também de vocação religiosa.¹⁵⁷

No ano de 1963, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, aspecto que foi fundamental no processo de implantação do colégio agrícola de Sede Capela.¹⁵⁸ Apenas no ano de 1978 intensificaram-se as discussões quanto a instalação de uma escola profissionalizante. No ano de 1980, ocorreu a implantação oficial do colégio agrícola com ensino profissionalizante em Sede Capela. No mesmo prédio funcionava a escola estadual com ensino até a 8ª Série e o ensino profissionalizante com Segundo Grau, CASJ – Colégio Agrícola São José.

4.4 A Cooperativa de Laticínios de Itapiranga – *Milchwirtschaft*

O Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga apontou um grande potencial da bacia leiteira no município. Conforme o levantamento, foram contabilizadas 4.205 vacas, as quais produziam para venda 191.235 litros de leite ao mês, 30.795 quilos de nata, 7.737 quilos de manteiga e queijo. Conforme o Relatório a média era de 0,54 litros de leite por vaca/dia, sendo essa uma produção muito baixa, reflexo do rebanho de genética ruim e do manejo inadequado.

¹⁵⁷ JORNAL ITAPIRANGAEM MARCHA. Escola Agrícola Profissional Itapiranga. 15 de Julho de 1962, nº 73, p. 7.

¹⁵⁸ O Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil – República Federal da Alemanha foi assinado no dia 30 de Novembro de 1963, e entrou em vigor pelo Decreto Legislativo nº 6 de 1964. O artigo 3º do Acordo prevê no Brasil a criação e aparelhamento de instalação, de demonstração e experimentação e de centros de formação profissional. Para maiores informações, acessar: http://www.brasil.diplo.de/contentblob/2701058/Daten/780376/1963_Basisabkommen_TZzusammenarbeit_pt.pdf

O Relatório sugere que seja empreendida uma cooperativa de laticínios visando a industrialização do leite e o aumento da produção através de projetos de melhoramento genético e de manejo. Para a instalação da indústria, o estudo estipulou um investimento de aproximadamente Cr\$ 40.000.000,00, ou U\$ 111.000,00, sendo esse valor captado dos associados e de financiamentos de instituições de fomento.

A Cooperativa de Laticínios Itapiranga foi inaugurada oficialmente no dia 04 de Agosto de 1962. Todo o projeto de implantação, tanto de captação de matéria prima e de logística, foi coordenado pelo engenheiro agrônomo Willi Wagner, em parceria com a Comissão Municipal de Desenvolvimento de Itapiranga. A fábrica e o posto armazenamento do leite foram instalados na Vila São João, atualmente município de São João do Oeste.

A primeira diretoria da cooperativa era composta pelo Presidente Willibaldo Stuelp, pelo Diretor Gerente Lauro Giehl, Diretor Secretário Tealmo Meurer, pelos Conselheiros Josef Foelmer e Ervino Jaeger. Os membros do Conselho Fiscal foram Inácio Grings, Lauro Schoeler, Victos Reis, Helmuth Koerbes, Eugênio Grasel e Heinrich Lenz.

4.5 O texto no contexto

Vimos que no ano de 1961 foi posto em prática o Plano de Desenvolvimento Econômico do Município de Itapiranga, que gerou um relatório contendo dados estatísticos e argumentativos acerca da condição socioeconômica do município. O Plano foi coordenado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento – COMUDE, em parceria com a empresa Agro e Hidro Técnica de São Paulo. Esse projeto foi financiado pela Instituição *Misereor* da Alemanha, vinculada à Igreja Católica que tinha como finalidade a ajuda aos países considerados subdesenvolvidos.

No entanto, pudemos perceber em depoimentos e artigos de jornais da época, que era finalidade dessa instituição atuar através de projetos de fomento visando conter o avanço dos ideais comunistas nestes países, numa clara política capitalista da Alemanha Ocidental. Itapiranga também foi beneficiada com recursos resultantes do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil – República Federal da Alemanha, assinado no ano de 1963. Como resultado desse acordo de cooperação técnica, além de recursos financeiros, foram destinados para Itapiranga técnicos do setor da agricultura com o intuito de coordenar projetos de fomento.

O Relatório de Desenvolvimento Econômico do Município de Itapiranga foi concebido, conforme a imprensa local, como inédito em todo o país, apresentando uma radiografia detalhada das condições socioeconômicas da região, englobando aspectos como a

estrutura familiar, a saúde, a educação e a economia. O objetivo deste Relatório era o de sensibilizar as instituições de fomento quanto da necessidade de financiar projetos no município de Itapiranga. No Relatório fica claro o discurso da condição de atraso da região, tanto nos aspectos econômicos, como nas condições de vida da população, principalmente dos colonos. A intencionalidade do discurso era o de justificar a necessidade de mudanças na estrutura socioeconômica da região.

Foi como resultante desse Relatório que foram colocados em prática três empreendimentos que merecem destaque: um frigorífico-matadouro, uma cooperativa de laticínios e uma escola técnica-profissionalizante.

Ao longo do Capítulo contextualizamos o processo de implantação do Pré-Seminário e o Colégio Técnico Agrícola de Linha Sede Capela, da Fábrica de Rações Itapiranga S/A e da Cooperativa de Laticínios Itapiranga Ltda. Esses três empreendimentos foram determinantes no nosso foco de estudo acerca da implantação do frigorífico Safrita. Primeiro porque o Colégio Agrícola foi responsável por iniciar a formação de mão de obra técnica na área da agricultura além de implantar o Posto de Suinocultura visando o melhoramento do plantel de suínos na região. Segundo porque a Fábrica de Rações implantou a fabricação e distribuição de uma ração mais balanceada para a alimentação de suínos além de ser incorporada mais tarde pela Safrita. Terceiro porque a Cooperativa de Laticínios colaborou na dinamização da economia regional e também porque a Safrita implantou a empresa Sagenética, responsável por melhorar a genética das vacas leiteiras na região.

5.0 A FUNDAÇÃO DO FRIGORÍFICO SAFRITA

Aí eu vendi 20 hectares e logo dessa terra, investi 10 hectares na Safrita para comprar ações. O valor era duzentos 200 contos, desses investi 100 contos em ações que renderam 100 ações e depois ainda comprei algumas a mais.

Depoimento de colono acionista da Safrita¹⁵⁹

“Importante reunião dos principais graúdos do município com o Sr Keglewich no Salão 7 de Setembro para tratar dos últimos planos para efetivar a fundação da Laticínios e Frigorífico.”

Registro do Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio¹⁶⁰

A fundação do frigorífico em Itapiranga no ano de 1962 não foi um mero acaso ou uma ideia que surgiu do nada. Em primeiro lugar, temos de ter presente que o momento da economia nacional era propício para a construção de indústrias que se destinassem à industrialização de gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado consumidor em expansão nos centros urbanos. Além disso, o Governo do Estado de Santa Catarina e as instituições de fomento disponibilizavam capital para financiar obras de industrialização.

Em segundo lugar, a economia de Itapiranga e a considerável produção de suínos existente, davam a essa região as condições necessárias para a instalação de uma indústria. A região atendia à grande parte dos critérios mínimos para a efetivação de um empreendimento desse porte: possuía matéria prima, dispunha de mão de obra, tinha recursos hídricos e energéticos e já havia em funcionamento uma fábrica de rações. O grande problema inicial do empreendimento foi o de buscar capital para a construção do frigorífico.

Os líderes do empreendimento Safrita, formados principalmente por comerciantes que já atuavam na logística de transporte e comercialização de suínos, entendiam que havia a possibilidade de construir um frigorífico em Itapiranga, e acompanhados de lideranças regionais, foram buscar o capital necessário para o empreendimento em instituições de fomento e principalmente, no capital social oriundo dos colonos da região.

O objetivo deste capítulo é o de contextualizar o processo de fundação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga, desde a formação das primeiras comissões provisórias de gestão, o processo de chamada de capital local e de agências de fomento, a venda das ações, as assembleias com os associados e a construção da estrutura física do frigorífico.

¹⁵⁹ Depoimento de colono acionista da Safrita, coletado pelo autor, Maio de 2006.

¹⁶⁰ Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga. Anotação do dia 02 de Julho de 1962, sem numeração de página.

5.1 A chamada de capital e a venda de ações

No ano de 1961, foram realizadas em Itapiranga reuniões na cidade e no interior na perspectiva de estimular a população a apoiar o projeto de construção de um frigorífico. Essas reuniões foram lideradas principalmente por membros da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, lideranças políticas vinculadas à Administração Municipal de Itapiranga, direção da Caixa Rural União Popular, Padres Jesuítas e comerciantes interessados no projeto.

Numa dessas reuniões, convocada pela Caixa Rural e realizada no dia 15 de Novembro de 1961, foi levantada a questão da disponibilidade de capital estrangeiro e nacional à disposição de instituições de financiamento para a implantação de projetos industriais. Nessa reunião, foi eleita uma Comissão Organizadora que passou a coordenar os assuntos relativos à construção do frigorífico composta basicamente por lideranças vinculadas à categoria dos comerciantes. A Comissão Organizadora ficou composta por Lauro Schoeler, Carlito Berwanger, Lauro Giehl e Rudi Goerck. Os conselheiros eleitos foram Willibaldo Stuelp, Henrique Lenz, Arthur Goerck e Walter Bruno Koelln. O jurista Henrique Lenz, natural da Alemanha que residia no interior do município, era quem possuía um vínculo com a Alemanha Ocidental e foi um dos intermediários para que chegasse a Itapiranga a maior parte dos recursos financeiros investidos na década de 1960 no município.

A primeira reunião registrada em ata da diretoria provisória da Safrita foi realizada no dia 16 de Novembro de 1961. Nessa reunião ficou decidido de que elementos da diretoria se deslocariam a Porto Alegre para iniciar a negociação com engenheiros para a elaboração de uma planta baixa e de um orçamento numa estrutura que tivesse a capacidade de abater pelo menos 300 suínos por dia. Ficou acordado na reunião, conforme consta em ata, que seria realizado estudo estatístico da produção de suínos nas propriedades da região, através de um formulário distribuído aos produtores do município. Em ata também está registrado de que seria feita uma visita ao Pré-Seminário São Pedro Canísio, “para dali ver se não existisse a possibilidade de ser cedido o Pe Arthur Frantz, para ajudar a desenvolver um trabalho de cobertura moral em todas as capelas e escolas do município, que afetará a região.”¹⁶¹

Esse fragmento referente ao pedido de ajuda que a comissão provisória estendeu aos padres jesuítas, para que realizassem um “trabalho de cobertura moral”, demonstra que havia

¹⁶¹ Ata transcrita em livro próprio que trata da constituição para um frigorífico em Itapiranga, Sede Capela, Itapiranga, 16 de Novembro de 1961.

o interesse que os padres também se engajassem no projeto Safrita, estimulando a população a acreditar na viabilidade e nas vantagens de se construir um frigorífico em Itapiranga.

Em depoimento de colono acionista da Safrita, percebemos o quanto causou um impacto na população a união de lideranças comerciais e políticas em prol do projeto Safrita:

Os líderes da comissão eram o L.S., o R. G., e W. K. O W. K. era do PSD, o R. G. era do PRP e o L.S. era da UDN, esses eram os três partidos fortes da nossa região. E eles então se uniram, antes eles eram inimigos que não podiam nem se ver, e de repente eles formaram uma cúpula, e passam nas comunidades e convencem as pessoas que querem construir uma coisa. Isso interessou as pessoas e deu muita confiança para as pessoas, aquela nova organização, aquela nova comissão.¹⁶²

Como passo inicial para a chamada de capital para construção da obra foi publicado um artigo em jornal local que buscava esclarecer os colonos sobre a necessidade de investir nesse empreendimento. O artigo, dizia que,

Srs colonos, Srs habitantes do interior, se algum dos membros da comissão acima os vier visitar, em data próxima, saibam que se trata da maior obra que estamos empreendendo para o progresso da região. Não receiem fracasso. Pelo contrário, ajudando no Frigorífico terão empregado bem suas economias, e dentro do município. Quem ficar sócio, não poderá perder nada.¹⁶³

O texto faz referência às lideranças eleitas para a Comissão Organizadora responsável pela chamada de capital entre a população local. Nesse momento, percebemos que a imprensa passou a ter um papel fundamental no processo de implantação do frigorífico em Itapiranga. Quando o autor do artigo afirma que os colonos terão empregado bem as suas economias e dentro do município, nos parece que há um apelo e um desejo de que os colonos invistam seu capital no empreendimento. Percebemos um discurso de convencimento sobre um projeto novo, que pode ter sido visto com certa desconfiança por algumas pessoas da localidade, por isso a necessidade da afirmação do discurso.

Na afirmação de que quem ficar sócio não poderá perder nada, concluímos que os colonos possuíam economias depositadas em cartas de crédito nas lojas comerciais ou até mesmo em poupança na Caixa Rural. Na década de 1960, ainda era comum que os colonos depositassem suas economias numa espécie de poupança junto ao comerciante de sua linha

¹⁶² Depoimento de colono acionista, coletado pelo autor. 25 de Maio de 2006.

¹⁶³ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Dado o primeiro passo para construção do frigorífico. Itapiranga, 30 de Novembro de 1961, nº 58, p. 1.

colonial. Esses comerciantes sabiam que existia um capital à disposição para investimento, por isso, muitos deles incentivaram os colonos a investir na Safrita.

No entanto, não podemos criar uma falsa noção de que todos os colonos e todos os comerciantes acreditaram e investiram no projeto Safrita. Aliás, muitos comerciantes compravam suínos das propriedades, oferecendo preços mais altos e fornecendo a matéria prima para outros frigoríficos, o que trouxe certa dificuldade à Safrita nos primeiros anos de funcionamento com a escassez de matéria prima. Alguns comerciantes, principalmente de comunidades do meio rural viram o frigorífico em Itapiranga como uma ameaça pelo ato de poder quebrar o vínculo do colono com a sua casa comercial. Como vimos anteriormente, o colono fornecia os suínos ao comerciante e em troca adquiria mercadorias da loja. Com a possibilidade de construção de um frigorífico, essa rede poderia ser quebrada, o que definitivamente ocorreu, como veremos adiante com a intensificação do processo de integração entre o colono e a agroindústria.

No fragmento abaixo do mesmo artigo de jornal, o autor afirma que o frigorífico de Itapiranga não há de temer a concorrência de outras empresas, o que comprova a atuação de outras agroindústrias na região:

E lembrem-se, se comprarem ações na medida de suas possibilidades haverá maiores auxílios de fora. Mas se ficarmos indiferentes estes capitais a disposição, talvez serão empregados em outros lugares. Nosso frigorífico não será algo pequeno que tenha que temer concorrências.¹⁶⁴

O texto deixa transparecer a preocupação quanto à disponibilidade de capital financeiro à disposição para o financiamento de projetos. Entendemos que esse capital é provindo de instituições de fomento estrangeiras, principalmente da Alemanha através da Instituição *Misereor*. Assim, segundo compreendemos do fragmento acima, quanto mais houver a participação da comunidade na formação do quadro social do frigorífico, maiores seriam as chances de os recursos serem destinados à Itapiranga.

Em Janeiro de 1962, quando da vinda dos técnicos para a realização do estudo de levantamento socioeconômico de Itapiranga, o responsável técnico da empresa Agro e Hidrotécnica, Dr Gabriel Keglewich, já mencionava em artigo de jornal local a necessidade de a comunidade local demonstrar forças a fim de conseguir um empréstimo junto ao Governo da Alemanha Ocidental. Dizia Keglewich que, “nos contatos já tomados, os auspícios são dos melhores no tocante à instalação de um matadouro-frigorífico.” O artigo é finalizado no

¹⁶⁴ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, op. cit. nº 58, p. 1

tocante a um assunto que nos é bastante pertinente, e fala de um recurso para a compra de terras no Estado do Paraná, para a colocação da superprodução das próximas gerações. Ou seja, uma nova colonização para alocar a população excedente de Itapiranga.¹⁶⁵

Em artigo publicado no Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, são informados valores que seriam repassados pelo Governo da Alemanha Ocidental no ano de 1962 num montante de U\$ 50.000.000,00, ou seja, 20 bilhões de cruzeiros para financiamento de projetos de desenvolvimento no Brasil. O autor do texto, o jornalista Blásio Hugo Hickmann, faz um apelo da necessidade de parte desses recursos serem investidos em Itapiranga. Em seu texto, percebemos uma dura crítica aos comunistas, reforçando o sentimento de que seria necessário investir em projetos de desenvolvimento para evitar o crescimento das ideias comunistas no Brasil frente às condições de subdesenvolvimento do país:

Os comunistas aí estão desejando que permaneçamos no subdesenvolvimento. Tanto mais fácil se tornará sua ação dominadora. Buscar o desenvolvimento, por conseguinte, é a melhor forma de combatê-los. Em Itapiranga o comunismo jamais há de medrar. Seus esforços no caminho do progresso merecem admiração. A iniciativa pioneira que aí se realiza, deveria ser imitada pelos outros, por todos os municípios brasileiros que se ressentem da falta de recursos.¹⁶⁶

Ao iniciarem as primeiras movimentações quanto ao projeto de chamada de capital através da venda de ações, a Comissão Organizadora coordenou reuniões e encontros em diversas localidades do município para estimular os colonos e a população local a acreditar na viabilidade do projeto Safrita. O teor dessas reuniões girava sempre em torno da possibilidade do colono se tornar sócio de um empreendimento agroindustrial e também do potencial que a região tinha para a instalação de um frigorífico.

É de se entender que havia uma dificuldade por parte da Comissão Organizadora de implantação do frigorífico em convencer as pessoas a acreditarem nesse projeto. Primeiro, porque seria necessário convencê-las a investir suas economias em algo que ainda não era concreto, que nem estava construído e muito menos dando algum resultado. Segundo, porque paralelamente a isso existiam aqueles que eram contra o projeto ou eram de oposição política a algum de seus líderes, promovendo assim, uma campanha contrária à construção de um frigorífico em Itapiranga.

¹⁶⁵ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Em elaboração o plano de desenvolvimento econômico do Município de Itapiranga. Itapiranga, 15 de Fevereiro de 1962, nº 63, p. 1.

¹⁶⁶ JORNAL CORREIO DO POVO. Itapiranga (SC) caminha para o desenvolvimento. Porto Alegre, 12 de Agosto de 1962.

A participação dos padres jesuítas nesse processo também foi muito importante para o convencimento da população na compra de ações. Em registro no Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga, uma espécie de diário das atividades desenvolvidas, encontramos uma anotação que comprova a participação dos padres nesse processo de instalação de agroindústrias na região, inclusive do frigorífico: “importante reunião dos principais graúdos do município com o Sr Keglewich no Salão 7 de Setembro para tratar dos últimos planos para efetivar a fundação da Laticínios e Frigorífico.”¹⁶⁷

Destacamos o termo “graúdos”, que consideramos ter sido uma referência às lideranças políticas econômicas de Itapiranga que estavam empenhadas para a efetivação dos projetos de instalação de uma cooperativa de laticínios e do frigorífico Safrita. É importante ressaltar a efetiva e constante participação de Gabriel Keglewich, técnico vinculado aos recursos estrangeiros provindos da Alemanha Ocidental para investimentos em projetos de desenvolvimento em Itapiranga.

As reuniões de planejamento da Comissão Organizadora eram constantes com o objetivo de manter a equipe unida em torno da execução do projeto e da chamada de capital para tal. Em depoimentos percebemos que havia intrigas políticas entre os próprios integrantes da Comissão Organizadora:

O R.G. quando a Safrita foi fundada, e o L. S. eram adversários. Mas os dois foram os grandes líderes, sentaram numa mesa com as lideranças da época em Itapiranga, esqueceram a política e olharam o futuro. Vamos deixar de fazer essas briguinhas e mazelas por causa de políticas e vamos pensar em nossos filhos, em nossos netos. Vamos fazer uma indústria, cada colono produz porco, então matéria prima tem. Tinha na época uma comissão, digamos eles visitavam Cristo Rei, e explanavam, convidavam os agricultores, as lideranças de Cristo Rei, para financeiramente participar. Muitos compraram ações.¹⁶⁸

O processo de vendas de ações foi bastante movimentado e mobilizou o interior não somente do município de Itapiranga, mas também de Mondaí e Descanso em Santa Catarina, bem como colonos dos municípios próximos no Estado do Rio Grande do Sul. O grande desafio da Comissão Organizadora era o de convencer a população a acreditar no projeto Safrita, e isso ficou mais fácil a partir do momento em que alguns comerciantes, juntamente com lideranças políticas e os padres jesuítas uniram forças para construir o frigorífico.

¹⁶⁷ Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga. Anotação do dia 02 de Julho de 1962, sem numeração de página.

¹⁶⁸ Depoimento de empresário de Itapiranga, gravado pelo autor, Abril de 2007.

Percebemos o impacto dessa união em depoimentos de colonos que compraram ações do frigorífico:

Os líderes, os comerciantes disseram que a gente podia confiar, e comprar ações da Safrita. Tinha uma comissão, uma cúpula que organizou, que começou com esse negócio de Frigorífico e cavalgaram por toda a região explicando como isso iria funcionar, o que isso vai dar e o que deveria dar e que as pessoas deveriam investir. Porque nessa época a colonização já estava toda vendida, terra agora não se compra mais e agora eles diziam que nós temos de começar a investir, para que depois nossos filhos tenham trabalho e isso me interessou, porque nossos filhos todos estavam estudando e depois poderiam achar um emprego e poderia ser bom para eles.¹⁶⁹

Percebemos o apelo e o imaginário que se construiu em torno do empreendimento Safrita como uma possibilidade de futuro para as gerações vindouras. Destacamos no depoimento acima, a comprovação quanto à escassez de terras na colônia para o trabalho, e nesse sentido, o frigorífico poderia representar uma perspectiva de futuro e trabalho para os filhos dos colonos acionistas.

Retomamos o que discutimos anteriormente acerca do poder de persuasão e convencimento que detinha figura do comerciante. Sustentado pelo poder econômico e político, os comerciantes que encabeçaram o projeto Safrita conseguiram mobilizar um grande número de pessoas a investir suas economias no projeto.

No entanto, nem todas as opiniões quanto ao investimento na compra de ações eram unanimidade entre os colonos. Em algumas famílias, havia até mesmo a discordância entre os seus membros quanto da legitimidade desse investimento, como podemos perceber no depoimento abaixo:

Meu pai comprou ações da Safrita e minha mãe ficou muito chateada, eles brigaram um dia inteiro por causa disto. A mãe sentia a necessidade de gastar esse dinheiro com as deficiências da casa e da propriedade. O pai dizia que as mulheres não sabiam opinar sobre esses assuntos. O pai recebia uma faca de presente da Safrita. Para o pai essa faca representava um brinde e para a mãe isso significava uma punhalada na família.¹⁷⁰

Apesar das as dificuldades, a mobilização para a chamada de capital entre a população surtiu efeitos, o que possibilitou a fundação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Foi organizado um evento de lançamento do projeto, onde foram vendidas as primeiras ações

¹⁶⁹ Depoimento de colono acionista da Safrita, gravado pelo autor, Maio de 2006.

¹⁷⁰ Depoimento de filho de colono acionista, gravado pelo autor, Julho de 2013.

da sociedade anônima. A assembleia de constituição da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga foi realizada no dia 2 de Setembro de 1962.

Em reportagem de jornal local, percebemos a exaltação quanto a esse acontecimento para o município de Itapiranga. O artigo ressalta que com esse feito “Itapiranga pode alguma coisa. Isto devido ao serviço das bravas equipes de homens que não mediram sacrifícios, não fugiram do frio, nem da chuva, percorrendo a cidade e o interior para colocar as ações.”

E o texto da reportagem ainda conclui:

Agora, continuemos unidos, até que o frigorífico esteja de pé, esteja funcionando! E depois também! Somos 2.000 colonos residentes em Itapiranga. Se estivermos unidos seremos uma força. Embora os sócios do frigorífico sejam uns 200 colonos, contudo esperamos que este número venha a aumentar em Novembro ou Dezembro, quando haverá nova chamada de capital. Adiante, pois, pelo bem do município e pelo nosso próprio bem!¹⁷¹

Muitos colonos venderam terras para investir na Safrita, como demonstra o depoimento abaixo:

Eu tinha terra para dar aos meus filhos e quando eles foram para a escola eu já vi que essa terra igual iria sobrar para mim. Aí eu vendi 20 hectares e logo dessa terra, investi 10 hectares na Safrita para comprar ações. O valor era duzentos 200 cruzeiros, desses investi 100 contos em ações que renderam 100 ações e depois ainda comprei algumas a mais. As primeiras compras e vendas de ações eu estava junto.¹⁷²

Inicialmente foram captados, através da venda de ações, cerca de 30 milhões de cruzeiros, o que correspondia a 20% da necessidade inicial para as obras. Como demonstra a matéria acima, nos meses de Novembro e Dezembro de 1962 seria realizada mais uma chamada de capital. O valor restante seria captado dos recursos provindos da Alemanha Ocidental, o que acabou não ocorrendo apesar dos ofícios e projetos enviados pela direção da Safrita. Nesse sentido, a direção da Safrita não possuía muita influência diante dos órgãos internacionais, diferente do projeto de construção Colégio Agrícola de Itapiranga sob coordenação dos Padres Jesuítas, como vimos anteriormente.

Percebemos que naquele período havia uma preocupação quanto ao rendimento da terra para o grupo familiar. Muitos investiram em ações vendo que seu lote colonial não era o

¹⁷¹ JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. Construindo o frigorífico. Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, nº 76, p. 1.

¹⁷² Depoimento de colono acionista, coletado pelo autor, Maio de 2006.

suficiente para ser dividido entre os filhos, sendo assim, necessário investir num novo empreendimento para garantir o seu futuro com uma possibilidade de trabalho. Outros, como o depoimento acima, até possuíam terra, mas sabiam que seus filhos não ansiavam fazer seu futuro como colonos.

Nesse sentido, podemos entender de que havia certo grau de empreendedorismo entre os acionistas que compraram ações do frigorífico. Na década de 1960 havia outras possibilidades de investimentos a serem feitos, como comprar terras em outras colônias ou migrar para outras áreas diante das limitações da colônia que destacamos até o momento. Por que ele decidiu investir suas economias num empreendimento industrial? O que o motivou a fazer isso?

Como o recurso esperado pela direção da Safrita provindo da Alemanha não foi liberado, foi elaborado um projeto e apresentado ao Banco do Brasil no intuito de se conseguir um empréstimo para a construção do frigorífico. O Banco do Brasil aprovou o financiamento, mas exigiu que a Sociedade Anônima entrasse com a contrapartida de 40% do recurso total. Assim foram realizadas mais chamadas de capital junto à população local, quando a Sociedade Anônima atingiu o ápice de 800 acionistas.

5.1.1 O capital externo

Além do capital provindo da venda de ações, a Safrita também buscou outros recursos financeiros para iniciar as atividades do frigorífico. Esse recurso financeiro foi muito importante para o seu desenvolvimento, visto que o capital provindo da venda das ações não foi o suficiente diante do que era necessário para o empreendimento.

Como vimos anteriormente, a política de financiamento da industrialização brasileira foi bastante intensa no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Esses recursos financeiros são provindos principalmente do exterior, através da política de estímulo à industrialização nacional com base no capital estrangeiro. Essa política é decorrente principalmente do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e de Crédito (SUMOC), que previa entrada de capitais estrangeiros sem cobertura cambial.

Conforme Caputo e Melo, de 1955 e 1963 o montante de investimentos estrangeiros no Brasil totalizou U\$ 497,7 milhões. Os países que mais investiram no Brasil nesse período foram os Estados Unidos, a Alemanha, Suíça, Inglaterra e Japão. Esses recursos se destinaram quase em sua maioria para o financiamento de projetos de indústrias de transformação,

oferecidos a instituições de fomento para a concessão de empréstimos a projetos industriais no Brasil.¹⁷³

Outro fato importante no desenvolvimento do frigorífico Safrita foram os recursos obtidos através de financiamento junto ao Banco do Brasil, com recursos obtidos pelo governo brasileiro da Aliança para o Progresso, que foi um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo em que visava frear o avanço do comunismo nesse continente. No ano de 1965, a Safrita teve aprovado um projeto de financiamento junto ao Banco do Brasil no valor de 60 milhões de cruzeiros, provindos de recursos da Aliança para o Progresso.¹⁷⁴

Em reportagem de um jornal local, percebemos a importância que o financiamento externo teve para o desenvolvimento do frigorífico Safrita:

A constituição de um frigorífico em Itapiranga, é inegavelmente uma iniciativa louvável. Mas é preciso ficar com os pés no chão e agir com independência. Isto é, não se ater demasiadamente ao capital e financiamento estrangeiro. Evidentemente que ele é necessário e nos há de ajudar; Todavia não deve ser a preocupação fundamental. Devemos ser prudentes e mobilizar nossos próprios recursos.¹⁷⁵

Percebemos que havia uma atenção especial quanto à dependência do empreendimento frigorífico de empréstimos financeiros de instituições de fomento. O fragmento da reportagem transcrito acima ressalta a importância de o frigorífico ter recursos próprios, provindos principalmente do capital social local, para ter um desenvolvimento sustentável em longo prazo.

5.1.2 Conceito e funcionamento de uma Sociedade Anônima

Para a fundação do frigorífico em Itapiranga foi escolhida pelas lideranças a proposta da fundação de uma sociedade anônima para buscar e gerenciar o capital do empreendimento. Sociedade Anônima é um tipo de companhia que tem seu capital dividido por ações. Os

¹⁷³ CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. In: **Revista Estudos Econômicos**. vol.39 no.3 São Paulo Jul/Set. 2009

¹⁷⁴ Para maiores informações, ver: PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Acesso em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0966.pdf> Acessado dia 13/08/2013

¹⁷⁵ Jornal Oeste em Marcha; Itapiranga – obra prima do Volksverein. Itapiranga, 13 de Abril de 1963, nº 91, p. 1

sócios são chamados de acionistas e têm responsabilidade limitada ao preço das ações adquiridas.

Uma sociedade anônima possui seu capital dividido em ações, onde o capital acumulado possui maior importância do que o acionista em si, diferentemente de uma cooperativa. Numa sociedade anônima, a posse de ações é que faz valer a participação do acionista. Somente as próprias ações são usadas como garantia financeira da companhia, quando nenhum dos sócios precisa responder com seu patrimônio particular pelas dívidas da empresa. Sua estrutura organizacional se compõe por uma assembleia geral, o conselho de administração, diretoria e conselho fiscal. Pode ser uma sociedade aberta ou fechada. A responsabilidade do acionista é limitada ao preço das ações adquiridas ou subscritas. As ações são títulos circuláveis, isto é, o acionista tem a liberdade de cedê-las e negociá-las.

Não encontramos registros quanto à natureza das ações comercializadas no empreendimento Safrita, mas consideramos que esse aspecto é muito determinante para compreendermos o desenvolvimento das ações dos entes envolvidos no processo. As sociedades anônimas possuem suas ações divididas de duas modalidades. A primeira delas são as ações ordinárias que proporcionam participação nos resultados econômicos da empresa e confere ao titular o direito de voto em assembleia, não dando direito preferencial a dividendos. Outra modalidade são as ações preferenciais que oferecem ao detentor prioridades no recebimento de dividendos ou no caso de dissolução da empresa, não concedendo direito a voto nas assembleias.

Em uma sociedade anônima, a participação dos investidores é medida pela quantidade de ações que eles possuem. Desta forma, o acionista precisa ter a maior parte das ações com direito de voto, o que dá o poder de controle da empresa. Mais especificamente, para comandar a empresa, é preciso deter boa parte das ações ordinárias, mais de 50%, o que dará ao acionista o controle majoritário. Essa regra geral do comando das companhias parte do pressuposto de que as sociedades são feitas para atender aos interesses dos sócios e, portanto, aquele que tem o maior controle das ações pode decidir pelos seus próprios interesses dentro da empresa.¹⁷⁶

5.2 A construção do frigorífico Safrita

¹⁷⁶ Retirado do site: <http://sociedadeanonima.info/>, acesso em 20/08/2013

Com o recurso financeiro à disposição, a direção da empresa comprou o terreno e iniciou a execução do projeto. A Prefeitura Municipal de Itapiranga colaborou com o maquinário e os funcionários necessários para preparar o espaço físico com terraplanagem e a estrutura exigida para iniciar a construção do abatedouro. As obras de construção do frigorífico iniciaram no ano de 1963. Nesse sentido, o maior desafio da direção da empresa era o de manter o capital social e seus sócios coesos no projeto, evitando que a instituição entrasse em descrédito perante a população, visto que a obra iria se estender por quatro anos até que o frigorífico entrasse em funcionamento no ano de 1967.

A Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga aprovou uma lei no mês de Agosto de 1963, isentando o Frigorífico Safrita do pagamento de impostos municipais pelo período de dez anos. O projeto de lei foi da autoria do vereador Arthur Goerck, que se manteve na presidência da Safrita durante um longo período de seu funcionamento.

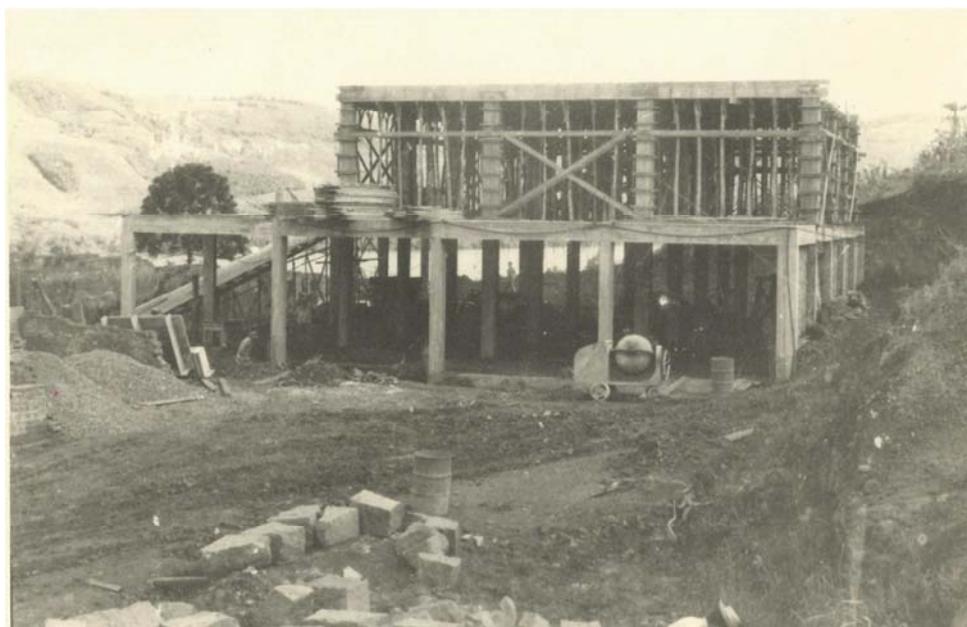


Figura 15: Obras de construção do frigorífico Safrita, ano de 1964.
Foto: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

As obras de construção do frigorífico mantiveram-se constantes, visto a disponibilidade de recursos financeiros à disposição da direção para esse fim. Em atas de assembleias realizadas nos anos de 1963, 1964 e 1965, consta que os acionistas aprovaram por unanimidade os balanços financeiros da Sociedade Anônima. Fato que merece destaque é o que consta na ata da Assembleia Geral Ordinária de 27 de Outubro de 1963, quando a direção se absteve de qualquer honorário até que o frigorífico entrasse em funcionamento. Representado a diretoria, Rudi Goerck manifestou que a diretoria, “ao que pese seu esforço e

seus gastos pessoais, ainda não desistiu de seu entusiasmo inicial de proporcionar à Itapiranga, o funcionamento desta indústria que assinalará o desenvolvimento do município. Até lá o faremos por mero idealismo.”¹⁷⁷ Nessa mesma ata, o contador da Sociedade Anônima faz um apelo quanto à necessidade de mais uma chamada de capital junto aos associados e à população, o que demonstra a escassez de recursos próprios para dar continuidade ao projeto de construção do frigorífico.

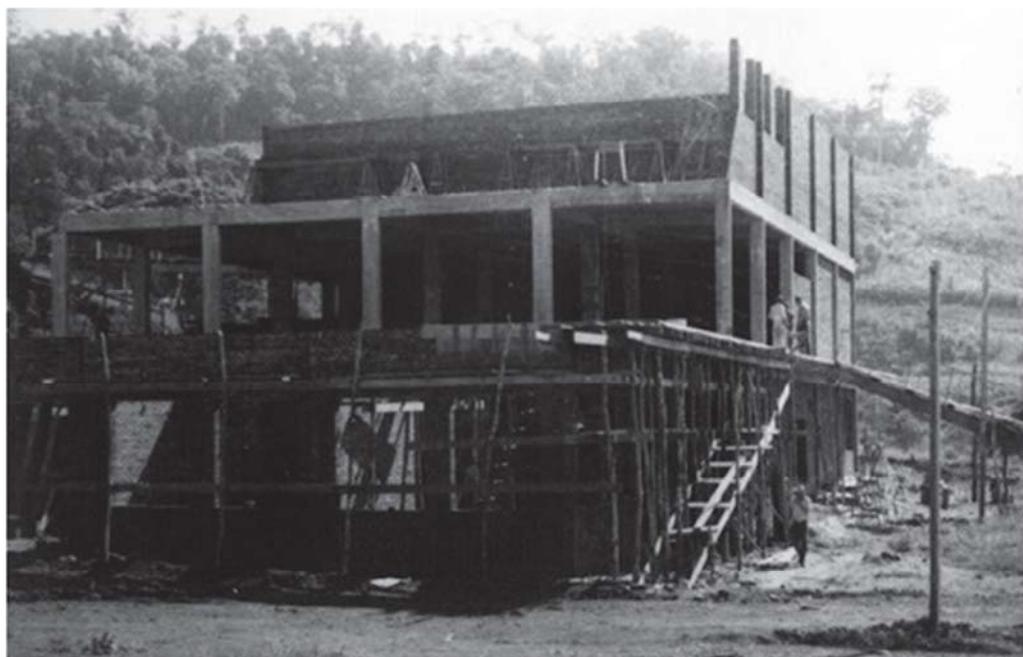


Figura 16: Construção do frigorífico, ano de 1966.
Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

Como podemos perceber no comparativo entre as fotos 15 e 16, a obra avançou de forma lenta em dois anos. Diversos fatores podem explicar o ritmo do andamento das obras. Supomos que foi a escassez de capital disponível que pudesse agilizar a construção do frigorífico. Inicialmente o único capital disponível era provindo da venda de ações, sendo que o primeiro financiamento de uma agência de fomento somente foi viabilizado no ano de 1965.

Em relatório publicado em jornal local, a diretoria da Safrita demonstra o empenho quanto à necessidade de diminuir os custos para o término da obra. Nesse sentido, foi utilizada uma rocha localizada no terreno da Safrita que foi utilizada para a produção de pedra brita para a obra. Através da análise da água do Rio Uruguai, cogitou-se a utilização da areia depositada no leito do rio, que submetida a um método obsoleto de lavagem, foi reprovada pelo engenheiro responsável pela obra. O artigo é finalizado com uma decisão da diretoria

¹⁷⁷ Ata da Assembleia Geral Ordinária da Safrita. Publicada no Jornal Oeste Marcha, de 16 de Novembro de 1963, nº 122, p. 2.

frente aos custos da obra: “Insatisfeitos e impressionados ainda com o vulto monetário da obra, autorizamos o rebaixamento da construção de 5 para 3 andares, sem prejuízo de capacidade de matança.”¹⁷⁸

Diante das adversidades e das dificuldades financeiras enfrentadas pela direção da empresa para a construção do frigorífico, as assembleias eram um momento em que a direção da empresa poderia demonstrar aos associados algo de concreto para justificar os seus investimentos no empreendimento, já que ainda não havia uma produção do frigorífico que pudesse gerar algum retorno financeiro aos investidores. Nas assembleias, os acionistas poderiam acompanhar o desenvolvimento da obra. Além disso, a direção da empresa buscava realizar discursos afirmativos da necessidade dos acionistas acreditar no projeto Safrita.

Na Assembleia Ordinária Geral de 20 de Setembro de 1964, em nome da diretoria da empresa, Lauro Schoeler novamente renunciou a quaisquer honorários enquanto o frigorífico não estivesse produzindo. “Entendem os diretores que a fase de construção não é época de se apropriar de polpudas gratificações mensais.”¹⁷⁹ Na mesma assembleia, foi convidado o Padre da Paróquia de Itapiranga para fazer uso da palavra, e, conforme consta na ata, num momento verdadeiramente inspirado, elogiou mais uma vez a atitude da diretora em renunciar os honorários.

Percebemos que nas assembleias a diretoria recorria a muitos recursos para convencer os acionistas da legitimidade de seus investimentos na compra de ações do empreendimento Safrita. Na assembleia citada acima, em que estavam presentes 122 acionistas, perfazendo um total de 46.500 ações, além da fala de uma autoridade religiosa, foi realizada uma visita ao parque de obras do frigorífico.

¹⁷⁸ Relatório da diretoria da Safrita, publicado no Jornal Oeste em Marcha, de 5 de Setembro de 1964, nº 164, p. 8

¹⁷⁹ Ata da Assembleia Ordinária Geral, publicada no Jornal Oeste em Marcha, de 17 de Outubro de 1964, nº 171, p. 6.

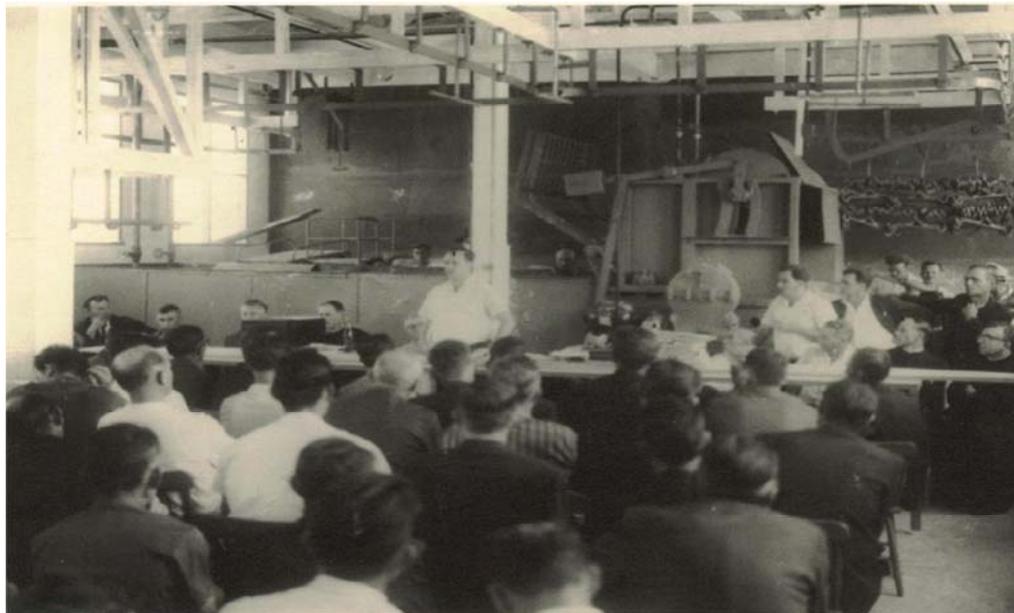


Figura 17: Assembleia da Safrita, ano de 1965.
Foto: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller

O frigorífico foi concluído e iniciou sua produção no ano de 1967, e para custear as despesas iniciais para as primeiras compras de matéria prima e para a instalação de equipamentos necessários para a fábrica, a Safrita realizou mais uma chamada de capital entre o seu quadro social e a comunidade de Itapiranga.



Figura 18: Inauguração oficial da Safrita em Setembro de 1967.
Foto: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller

Na imagem acima do flagrante de inauguração do frigorífico, podemos perceber o quanto as autoridades religiosas participaram do processo de criação Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Percebemos o clérigo benzendo o crucifixo de Jesus Cristo, imagem que ficou exposta no setor produtivo da fábrica, como sendo uma benção divina ao projeto Safrita.

5.3 O texto no contexto

Iniciado no ano de 1962, através da fundação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga, o frigorífico de Itapiranga teve uma caminhada de quatro anos até que entrasse em funcionamento. Nesse período foram empreendidos esforços por parte da direção da empresa, autoridades políticas, lideranças religiosas e civis, no intuito de buscar os colonos para investirem no empreendimento Safrita. O objetivo maior era alavancar o capital social presente na região para concretizar a obra e também canalizar a matéria prima existente na região para o abate que se iniciaria com a inauguração da obra.

Da mesma forma, foram buscados recursos externos, provindos principalmente de instituições financeiras na forma de empréstimos para a construção do frigorífico, como o Banco do Brasil, visto que o capital coletado através da venda de ações não foi o suficiente para finalizar a obra. O frigorífico Safrita não recebeu de forma direta recursos financeiros de entidades estrangeiras, a não ser de forma indireta, através de pequenos repasses efetuados pela Caixa Rural de Itapiranga e da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, responsáveis por administrar os recursos das entidades alemãs *Misereor* e *Adveniat*.¹⁸⁰

Constatamos que os colonos investiram no projeto Safrita motivados por certo grau de empreendedorismo, no intuito de investir suas economias num projeto em que se idealizava o desenvolvimento da região. No entanto, temos de ter presente que a influência que as lideranças envolvidas no empreendimento, como os comerciantes e os padres jesuítas, também foi um grande condicionante que deu certa segurança aos compradores de ações da Safrita.

O desafio de construir o frigorífico foi vencido a muito custo por parte da direção da empresa, frente às adversidades e dúvidas que pairavam quanto à viabilidade do projeto Safrita. Era necessário convencer a população local da legitimidade do empreendimento, pois

¹⁸⁰ *Adveniat* era o Fundo Latino Americano de Católicos da Alemanha, fundado no ano de 1961. Tratava-se uma agência de fomento mantida pela Igreja Católica alemã para o financiamento de projetos de desenvolvimento na América Latina, principalmente nas áreas da educação e da saúde pública.

foi necessário um valor financeiro considerável para construir um frigorífico dessa envergadura. O frigorífico Safrita pode ser contextualizado diante do empenho de lideranças locais interessadas na efetivação de um empreendimento industrial vinculado ao ramo da agricultura, principalmente de um projeto de visão positiva quanto às potencialidades da suinocultura na região. Podemos considerar que se tratou de um projeto de grande teor de empreendedorismo, favorecido, é claro, pela conjuntura histórica de expansão das indústrias alimentícias em Santa Catarina.

6.0 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SAFRITA

Mais uma vez os agricultores perderam o que era deles.
Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans¹⁸¹

Daqui para frente São Paulo vai mandar sobre os integrados. Nós vamos fazer assim: um lote ele vai perder um pouco, no outro lote nós damos um pouco mais e sempre deixamos ele nivelado.
Depoimento de dirigente da Safrita¹⁸²

No ano de 1967, o frigorífico Safrita iniciou suas atividades com a produção e a comercialização de derivados de carne. Foram diversas dificuldades iniciais que vão desde a falta de experiência da direção da empresa, matéria prima, a mão de obra especializada, consumidores e colocação dos produtos no mercado. Buscaremos nesse capítulo contextualizar o desenvolvimento do projeto Safrita nos mais diversos aspectos, desde o início das atividades, o processo de expansão e a venda das ações da empresa no ano de 1981.

O primeiro desafio da Safrita foi conseguir matéria prima para a produção na fábrica, o que teoricamente não foi difícil diante do potencial produtivo de suínos na região. Nesse sentido, discutiremos a implantação do sistema de integração, que buscou garantir o fornecimento de matéria prima de forma efetiva e constante. O maior desafio nesse sentido foi implantar a substituição das raças e do melhoramento genético dos suínos produzidos pelos colonos.

Na sequência, iniciaremos a discussão quanto ao processo de expansão da empresa Safrita, tanto na produção, bem como na comercialização de seus produtos e na implantação de um sistema de logística que fosse capaz de atender ao crescimento da empresa. Abordaremos o aspecto da expansão do abate de aves e de perus, a incorporação da fábrica de rações na conjuntura do melhoramento e a padronização da alimentação dos animais e as consequências da ocorrência da Peste Suína Africana nos suínos, o que afetou o plantel dos produtores.

Para finalizar, discutiremos as consequências da ruptura na direção da empresa e a instabilidade ocasionada diante do quadro social da Safrita. Buscaremos contextualizar a contratação por parte da direção da Safrita de especialistas para conduzir o futuro do

¹⁸¹ Registro feito no Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans, datado do dia 06 de Março de 1978.

¹⁸² Depoimento de dirigente da Safrita, concedido ao Jornal Expressão, Itapiranga, edição 262, 16 de Setembro de 2010, p. 23.

frigorífico Safrita diante da expansão do mercado consumidor nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e dos investimentos realizados no projeto Safrita Maués, no Estado do Amazonas.

Diante da conjuntura da empresa no início da década de 1980, analisaremos o processo de comercialização das ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, a concorrência diante dos grandes grupos agroindustriais, as linhas de crédito do Estado de Santa Catarina no período e o processo de venda das ações majoritárias da Safrita para uma multinacional do ramo agroindustrial.

6.1 O desafio da matéria prima

Como discutimos anteriormente, a partir da década de 1950, iniciou-se um processo de substituição das raças de suínos produzidos na região que até aquele momento eram de raças produtoras de banha, produto de grande valor comercial para a colônia. No entanto, a partir da década de 1950 mudaram os padrões para a produção de carne, quando o mercado consumidor passou a exigir uma carne menos gordurosa e de aspecto mais saudável. Assim, ocorreu a implantação de raças de suínos mais aceitas pelo mercado, como *Duroc-Jersey*, *Landrace* e *Largewhite*. Além do melhoramento da raça, também foram introduzidas novas técnicas de manejo, fato que se intensificou com a o início das atividades do frigorífico Safrita.

Não nos ateremos à discussão quanto à qualidade dos suínos produzidos na região nem às técnicas de manejo da atividade, visto que já abordamos esses aspectos. No momento, nosso foco de discussão irá se pautar acerca do desafio e do sistema de logística implantado pela Safrita para garantir a matéria prima de forma efetiva e constante para o abate.

A primeira atitude tomada pela direção da empresa foi diferenciar os colonos produtores de suínos pelas raças produzidas. Buscou-se estimular o produtor através de uma maior valorização financeira dos suínos com raça mais apurada para os padrões exigidos pelo mercado, bem como fornecer matrizes aos produtores no intuito de fomentar as raças mais valorizadas pelo mercado. O desafio inicial era inibir a produção de raças de suínos potencialmente produtores de banha.

O frigorífico iniciou suas atividades no ano de 1967 com a capacidade de abate de 200 suínos por dia. No primeiro ano de funcionamento, o frigorífico havia abatido 30 mil suínos e no ano de 1972, o abatedouro abateu 80 mil suínos. Dos suínos abatidos no ano de 1972, 50 mil eram provenientes de produtores do município de Itapiranga, sendo 50% porcos vermelhos da raça *Duroc*, 10% da raça *Landrace* e 40% ainda eram porcos do tipo banha. Os

demais suínos eram trazidos de municípios vizinhos, tanto de Santa Catarina como do Rio Grande do Sul. A média de idade dos suínos no momento do abate era em torno de seis a oito meses, sendo alguns deles já tratados com rações balanceadas.¹⁸³ A ração balanceada era obtida pelos produtores da fábrica de rações de Itapiranga.



Figura 19: Abate de suínos, ano de 1967.
Foto: Dirce Drebel Sehnem

Na imagem acima percebemos a tecnologia em que eram abatidos os suínos no frigorífico nos primeiros anos de funcionamento. Percebemos funcionários realizando o corte da carne com ferramentas, sem a utilização de máquinas, o que limitava consideravelmente a capacidade produtiva do frigorífico. O registro fotográfico mostra a direção da empresa Safrita na companhia do então vice-governador do Estado de Santa Catarina Jorge Bornhausen, que veio conhecer em 1967 as instalações do frigorífico.

¹⁸³ Jungblut, 2000, op. cit., p. 414.

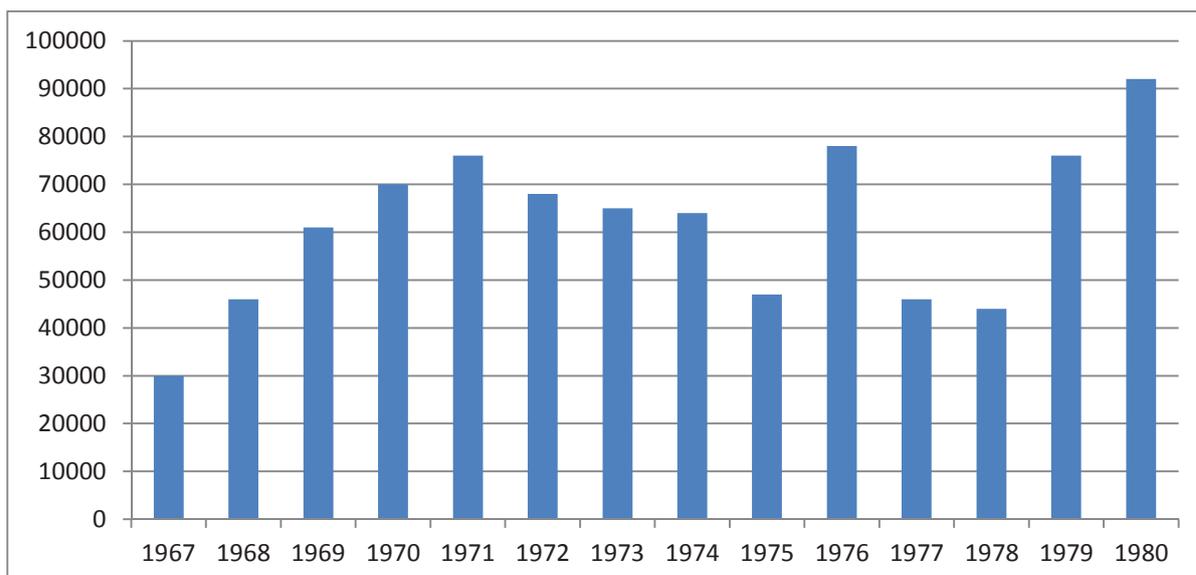


Gráfico 01: Evolução do abate de suínos do frigorífico Safrita. Fonte: Sehnem¹⁸⁴

Nos primeiros anos de funcionamento do frigorífico, a direção da empresa teve de realizar um acordo com os comerciantes das linhas do interior do município com o objetivo de que eles buscassem a matéria prima para o abatedouro. Esse sistema funcionou durante muitos anos, mantendo a relação comercial que já existia entre o colono e o comerciante desde os primórdios da colonização. Foi o comerciante que assumiu o sistema de transporte dos suínos da propriedade do colono até o frigorífico. O comerciante era um intermediário, já que geralmente a Safrita não comprava suínos diretamente do produtor.

Foram os comerciantes que assumiram também o sistema de transporte dos produtos industrializados no frigorífico Safrita até os mercados consumidores. Esse sistema de logística fortaleceu o setor dos transportes no município de Itapiranga, vinculado inicialmente aos comerciantes detentores de uma cadeia comercial que começava na propriedade do colono e ia até os longínquos mercados consumidores.

Sobre a função do produtor de suínos e o papel do comerciante na logística de produção da Safrita, temos uma contribuição importante no depoimento abaixo:

Até no início era assim: eles tinham mais vínculo com o comerciante do que com a empresa. Que o comerciante era fornecedor de matéria-prima para a empresa (*Safrita*). E a empresa em contrapartida, então eles começaram a trazer suínos para o frigorífico, e o frigorífico então cedia um lugar para botar uma câmara fria para levar o produto para São Paulo ou Rio. Uma relação com o comércio, tudo né. Cada comunidade tinha um ou dois

¹⁸⁴ SEHNEM, 1985.

comerciantes, tinha os Grasel de Cristo Rei, Grasel de São João. Beato Roque, Capela, Chapéu, todo lugar tinha né.¹⁸⁵

Percebemos que havia uma dupla responsabilidade por parte do comerciante que detinha o transporte da matéria prima da Safrita. Primeiro, era ele quem comprava os suínos do produtor, transportava até o frigorífico. Depois de industrializada, a carne era transportada por caminhões com o sistema de câmara fria até o mercado consumidor. O comerciante das linhas comerciais detinha uma ampla rede de influência, ganhando dinheiro das mais variadas formas e nos mais variados estágios da cadeia produtiva de suínos.



Figura 20: Caminhões utilizados para o transporte de carne aos mercados consumidores, década de 1970. Foto: Jacó Klagenberg

Nesse sistema logístico, o poder do comerciante se costurava das mais diversas formas na teia social, principalmente nas linhas coloniais do interior do município. Detentor de grande parte da cadeia produtiva da colônia, o comerciante monopolizava o poder econômico e político diante dos colonos, fomentando e multiplicando, o que Burke denominou de apadrinhamento. Conforme o autor,

O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já

¹⁸⁵ Depoimento de funcionário da Safrita, coletado pelo autor, 20 de Março de 2007.

os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar riqueza em poder.¹⁸⁶

Esse sistema funcionou até determinado momento. Como cada comerciante das linhas coloniais estabelecia relações distintas com os produtores rurais, oferecendo preços e condições variadas conforme seus interesses, a Safrita passou a enfrentar dificuldades com o fornecimento de matéria prima. Primeiro, porque não havia um controle do estágio de desenvolvimento dos suínos nas propriedades, o que impossibilitava um planejamento em longo prazo para o fornecimento constante de suínos em condições ideais de abate. Segundo, porque sendo os preços estipulados pelos comerciantes, começou a ocorrer a influência de atravessadores de outros frigoríficos, que ofereciam melhores preços subtraindo a matéria prima da Safrita. Em não poucos momentos, a produção do frigorífico teve de ser paralisada pela falta de matéria prima ocasionando grandes prejuízos. A solução encontrada pela direção da empresa foi implantar o sistema de integração.

6.2 O sistema de integração e as mudanças na logística da empresa

Diante das dificuldades encontradas pela empresa no fornecimento de matéria prima, foram necessárias algumas adequações para que não faltassem suínos para o abate no frigorífico, evitando prejuízos e desequilibrando o potencial produtivo e de comercialização. O problema necessariamente não era a disponibilidade de matéria prima, pois a região era uma grande produtora de suínos. O problema era garantir que os suínos produzidos na região fossem direcionados para a industrialização no frigorífico local a um preço estável que possibilitasse um planejamento mais preciso.

Conforme Hoppe,

a dificuldade na aquisição de suínos pela agroindústria demonstrou a importância, para a empresa, do sistema de integração com o produtor, ou seja, a integração seria a garantia do abastecimento constante de matéria prima de qualidade para o funcionamento da indústria.¹⁸⁷

¹⁸⁶ BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 104.

¹⁸⁷ HOPPE, Steffan. **Da fronteira agrícola à agroindustrialização: o caso de São João do Oeste**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2009, p. 62.

O sistema de integração implantado em Itapiranga pela Safrita na década de 1970 é decorrente de um amplo processo de modernização da agricultura e da expansão dos complexos agroindustriais no Oeste de Santa Catarina. O modelo de integração implantado pela Safrita foi copiado de outras experiências que já vinham sendo desenvolvidas por outras empresas no Brasil, mais intensamente a partir do final da década de 1960.

Como complexo agroindustrial, compartilhamos com Dalla Costa a compreensão de que compreende um conjunto de atividades que estão vinculadas, formando uma cadeia entre a produção na fase agrícola/agropecuária e as fases nos estágios da industrialização e da comercialização. É a rede que envolve os processos de produção, transporte, financiamento, beneficiamento e comercialização dos produtos de origem agrícola/agropecuária.¹⁸⁸

O sistema de integração foi uma solução encontrada pelas agroindústrias frente às crises produtivas da agricultura no período, diminuindo os riscos de queda na produção agrícola e o conseqüente desabastecimento de matéria prima. Conforme Bavaresco, o aumento da demanda de matéria prima para as agroindústrias favoreceu a produção mais organizada na propriedade agrícola, sustentada na pequena propriedade familiar. Assim as agroindústrias garantiam um abastecimento mais regular.¹⁸⁹

Conforme Espíndola, a integração com o produtor rural possibilitou que a matéria-prima fosse fornecida constantemente segundo as necessidades da agroindústria. Isso acabou com as sazonalidades típicas da agricultura. A integração entre produtor e agroindústria consistia num contrato no qual produtores recebiam matrizes de animais, insumos, assistência técnica, transporte da produção, alimentação balanceada para os animais e financiamentos. Da mesma forma, o produtor se sentia no compromisso de fornecer a produção à agroindústria a qual estava integrado. O objetivo do sistema de integração era o de padronizar as técnicas de produção visando a qualidade dos produtos e garantir o abastecimento para a industrialização.

O sistema de integração implantou uma série de rupturas na produção agrícola, pois as técnicas da agricultura tradicional praticada pelos colonos desde os primórdios da colonização tiveram que ser substituídas e adaptadas aos padrões e exigências das agroindústrias. Gradualmente o sistema de integração vai implantando nas propriedades agrícolas uma nova organização do trabalho, de relações familiares e comunitárias, de organização do tempo, do sentido de produzir, de gerar renda, de conhecimento e domínio das técnicas produtivas da

¹⁸⁸ DALLA COSTA, Armando João. **O grupo Sadia e a produção integrada**: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial. Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.

¹⁸⁹ BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense. Chapecó, SC: Argos, 2005.

agricultura. Podemos afirmar que o sistema de integração e todo o complexo a ele inerente contribuiu consideravelmente no processo em que o colono foi substancialmente se transformando e sendo transformado em agricultor.

Strieder desenvolveu um estudo em que analisa as consequências do processo de integração no cotidiano do produtor rural. Conforme ele, ao aderir a essa nova conjuntura de produção agrícola, o agricultor passa a viver impasses e se defronta com incessantes desafios e expectativas. A necessária mudança da rotina diária e a consequente adesão a uma rotina exigindo um maior tempo de presença geram a incerteza do alcance da qualidade, exigida através da técnica pela agroindústria.

Conforme Strieder,

As consequências imediatas desse processo transformador são as significativas alterações do conceito de produzir, do conceito de trabalho, das noções de tempo e espaço, da estrutura organizacional, o que por sua vez afeta a própria forma de vida do integrado, o seu relacionamento consigo e com os não integrados, exigindo profundas modificações na sua forma de ser e de pensar. Não há como negar que a modernização do processo produtivo implica também na reconstrução do ser humano – produtor integrado.¹⁹⁰

Temos de destacar que o processo de integração implantado pela Safrita em Itapiranga advém de um modelo adotado por outras agroindústrias. No entanto, em Itapiranga os padrões de organização do sistema de integração tiveram um desenvolvimento peculiar, mantendo e preservando ainda características das relações históricas existentes entre o colono e o comerciante.

Nesse sentido, temos de destacar que o maior impacto que o sistema de integração gerou em Itapiranga, para além dos padrões de produção na propriedade, foi o corte substancial das relações entre o colono e o comerciante. Através da integração entre a Safrita e o produtor rural, a figura do comerciante das linhas coloniais foi praticamente excluída do processo produtivo, pois a compra da matéria prima, a assistência técnica e o fornecimento de produtos básicos para a propriedade passou a ser efetuada diretamente pela agroindústria.

Essa também foi a realidade de outras regiões do oeste de Santa Catarina, onde, conforme Ferrari, “a relação agricultor-agroindústria era muito mais uma continuidade da relação agricultor-comerciante do algo totalmente novo.”¹⁹¹ Essa conjuntura, de transferência do poder econômico e social do comerciante para a agroindústria, pode ser considerada um

¹⁹⁰ STRIEDER, 2000, op. cit., p. 16.

¹⁹¹ Ferrari, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina.** Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2003, p. 30.

dos processos mais intensos de transição entre um modelo para outro da realidade da agricultura regional.

Podemos considerar que a implantação do sistema de integração na década de 1970 pela Safrita significou o início da decadência do poder econômico e da influência dos comerciantes das linhas coloniais. Não representou necessariamente a extinção desse personagem histórico importante para o desenvolvimento econômico de Itapiranga, mas representou um duro golpe na estrutura de influência do comerciante sobre o produtor rural.¹⁹²

No caso da Safrita, o sistema de integração iniciou com os produtores de suínos, mas estruturou-se com maior intensidade a partir do momento em que começou o abate de frango no frigorífico. Conforme depoimento de dirigente da empresa Safrita, a aceitação do sistema de integração por parte dos produtores foi positiva nos primeiros anos. No entanto, conforme ele, a partir do momento em que a Safrita contratou funcionários de São Paulo para coordenar a logística de produção, o sistema começou a apresentar algumas deficiências.

Daqui para frente São Paulo vai mandar sobre os integrados. Nós vamos fazer assim: um lote ele vai perder um pouco, no outro lote nós damos um pouco mais e sempre deixamos ele nivelado. Assim faremos com todos os integrados. Eles não vão ganhar mais nada, e nós vamos, então, ganhar melhor. Digo: mas o que vocês pensam, como é que eles vão pagar o compromisso no Banco? Ah isso é problemas deles, diz o Rodrigo, eles que se arrumem. Eu disse: Nesse caso eles vão ter que parar de produzir frangos e os que já são integrados e pagaram o aviário não tem mais compromisso não é pra ganhar nada, então eles também não vão criar mais. Nesse caso nós não teremos mais matéria prima.¹⁹³

Percebemos que começaram a haver desentendimentos na direção da Safrita com a entrada na empresa de funcionários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse processo é fruto do processo de expansão da empresa, conforme veremos adiante. Destacamos a política adotada pela direção da empresa em controlar os preços pagos ao produtor no intuito de gerenciar os lucros da Safrita. Essa prática ditatorial sobre o valor da matéria prima não pode ser considerada uma novidade na atividade agrícola na região, pois acreditamos que desde o início da colonização o produtor esteve à mercê dos preços estipulados pelos comerciantes sobre os produtos produzidos por ele na propriedade.

O sistema de integração implantou um controle da empresa sobre o produtor sobre as técnicas e a infraestrutura necessária na produção de suínos e frangos. A empresa passou a

¹⁹² O caso da decadência do poder e da influência dos comerciantes, principalmente nas linhas coloniais, ainda é um tema a ser mais bem contextualizado em estudos futuros.

¹⁹³ Depoimento de dirigente da Safrita, concedido ao Jornal Expressão, Itapiranga, edição 262, 16 de Setembro de 2010, p. 23.

exigir, com vista nos padrões de qualidade, a estruturação de chiqueiros e aviários, a implantação de técnicas de manejo e de rações balanceadas no trato dos animais.



Figura 21: Interior de chiqueiro no modelo padrão da Safrita, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

O processo de integração condicionou os colonos produtores a construir novos chiqueiros e aviários para atender as exigências impostas pela Safrita. Grande maioria dos produtores adotou as exigências, no entanto, outros também abandonaram o sistema de integração por não concordarem com tais imposições. O sistema de integração afetou substancialmente o *ethos* do colono, implantando uma nova realidade e uma nova perspectiva para o produtor rural.



Figura 22: Produtor e seu chiqueiro modernizado, década de 1970.

Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

No processo de construção e reestruturação de chiqueiros e aviários na década de 1970, temos de destacar as linhas de financiamento disponibilizadas ao produtor para tal finalidade. Ao adquirir um financiamento, o produtor estava na obrigação de continuar produzindo, o que intensificava ainda mais o processo de integração. Os recursos disponíveis para os financiamentos provinham da Cooperativa de Crédito Caixa Rural e do Banco do Brasil, que instalou uma agência em Itapiranga na década de 1970 para atender à demanda provinda da expansão da Safrita.

6.3 A necessidade de mão de obra qualificada

Uma das maiores dificuldades encontradas pelo frigorífico Safrita nos primeiros anos de funcionamento foi mão de obra qualificada. Como a produção era destinada a um mercado consumidor cada vez mais exigente diante da modernização do setor de alimentos no Brasil, foi necessário um esforço por parte da direção da empresa para buscar a qualificação do seu quadro de funcionários. Diante das perspectivas de comercialização era necessário dinamizar o setor produtivo do frigorífico visando uma maior produção no menor tempo possível e também era necessário efetuar os cortes corretos frente a cada linha de produtos comercializados pela empresa.

Grande parte dos operários do frigorífico era provinda do município de Itapiranga e de municípios vizinhos do Rio Grande do Sul. Os operários, em sua maioria, eram filhos de colonos que não possuíam o interesse em trabalhar na agricultura por diversos fatores, principalmente pela falta de terra disponível para a formação de novos lotes ou até mesmo pelo simples desinteresse na atividade.

Podemos considerar que a implantação de um frigorífico em Itapiranga foi um dos grandes atrativos para os filhos de colonos abandonarem a agricultura e trabalharem na indústria. Isso representou uma ruptura histórica considerável na região, pois se formou a classe dos operários no município de Itapiranga, o que trouxe como consequência o êxodo rural e a intensificação da urbanização do município. No entanto, muitos dos operários continuaram vivendo no meio rural exercendo suas atividades profissionais no frigorífico, mas não abandonando completamente o estilo de vida característico da zona rural.¹⁹⁴

O modelo de organização da linha e produção nos primeiros anos de funcionamento do frigorífico era bastante simples, sem muita utilização de equipamentos, sendo o trabalho feito quase que exclusivamente de forma braçal pelos operários. Com o passar dos anos e com o processo de expansão dos mercados consumidores, foi necessário dinamizar a linha de produção para aumentar a produtividade. Nesse sentido, alguns funcionários da empresa foram estimulados a fazerem cursos de aperfeiçoamento.

A principal inovação na linha de produção do frigorífico foi a implantação do sistema de nórias no final da década de 1970. Esse sistema já era utilizado em outros frigoríficos e consistia numa linha de produção onde os frangos, suínos e perus eram pendurados de modo que passassem por uma série de operários, onde cada um deles exercia um corte específico. Assim, era a matéria prima que ia em direção ao operário, e não o contrário, o que organizou o ambiente de trabalho e aumentou a produtividade. Para aperfeiçoar os cortes e dinamizar a produção, a empresa realizou diversas experiências visando implantar um sistema próprio.

¹⁹⁴ Para compreender melhor a questão dos colonos operários, ver o estudo de SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.



Figura 23: Linha de corte de frangos no sistema de nórias, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

Como podemos perceber na imagem acima, o sistema de nórias no abate de frangos dinamizou a produção do frigorífico. Assim, foi possível alcançar uma produtividade maior de cada operário. Precisamos destacar ainda a não utilização de equipamentos de higiene como luvas e máscaras.



Figura 24: Sistema de nória no abate de frangos, década de 1970.
Foto: Arquivo de Dirce Drebel Sehnem.

Na linha de abate de suínos, o sistema de nórias também implantou uma maior produtividade. Como se tratava de um animal de maior porte, nesse setor foram utilizadas serras e outros equipamentos visando o corte correto da carne. Temos de destacar que a implantação do sistema de nórias e necessidade de uma maior produção por parte dos operários, trouxe uma perspectiva de produção para os sujeitos que trabalhavam no setor produtivo do frigorífico.

Para aperfeiçoar e aumentar a produção, foram implantados modelos de metas por funcionários e por setor. Conforme funcionário responsável pela coordenação dos operários da Safrita, a qualificação e a agilidade dos operários para exercer os cortes da carne de forma correta foram uma das grandes dificuldades encontradas:

A maior dificuldade foi gente para trabalhar. Não, gente para trabalhar você conseguia. A dificuldade era achar gente para fazer o serviço, saber trabalhar, ensinar. A maior dificuldade foi ensinar o pessoal. O pessoal vinha da roça, não sabia nem pegar faca na mão e carne se cortou mal, tá cortada, não tem.¹⁹⁵



Figura 25: Sistema de nórias no abate de suínos, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

¹⁹⁵ Depoimento de dirigente da Safrita, coletado pelo autor, Março de 2007.

Com o processo de expansão da produção da Safrita no abate de suínos, frangos e perus, a empresa necessitou contratar mais operários para atuarem no abatedouro. Esse processo intensificou o crescimento de funcionários provindos do interior do município de Itapiranga, bem como dos municípios do Rio Grande do Sul. Juntamente nesse processo, os operários foram se profissionalizando, na medida em que foram sendo adotadas novas técnicas de produção no interior da fábrica. O operário passou a ter uma rotina maior dentro do frigorífico, como regras de postura e de trabalho que visavam dinamizar a produção.

Temos de destacar que o aumento de funcionários do frigorífico gerou novos padrões de trabalho na região de Itapiranga. Historicamente uma região predominantemente agrícola, onde grande parte da população trabalhava na agricultura e conseqüentemente vivia no estilo de vida típico do setor primário, o aumento dos trabalhadores vinculados ao setor industrial gerou novas perspectivas de trabalho e conseqüentemente novas visões de mundo. Nesse processo intensificaram-se novos padrões de tempo e de produção, novas relações sociais e novas perspectivas de mundo, característicos dos padrões de trabalho do setor industrial.



Figura 26: Refeitório para funcionários, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg

6.4 A expansão do Grupo Safrita

Podemos considerar que o projeto de expansão do Grupo Safrita passou a ocorrer com maior intensidade a partir do ano de 1971, quando passaram a serem fundadas diversas empresas subsidiárias vinculadas à Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Temos de destacar nesse sentido a Frigoaves S/A, responsável pela produção de frangos e perus, a Safrita Agropecuária Ltda, responsável pelo setor de alimentos, medicamentos e insumos, a Sagenetica Ltda, responsável pelo melhoramento genético dos animais e o projeto da Fazenda Safrita Maués S/A.

O projeto de expansão da Safrita é decorrente do aumento da produtividade de animais na região bem como do aumento do mercado consumidor, principalmente nas regiões metropolitanas do Brasil, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

Podemos considerar o ano de 1976 como um divisor de águas na estrutura administrativa do frigorífico Safrita. Foi nesse ano que um dos principais acionistas, investidor e administrador do frigorífico desde o processo de fundação vendeu suas ações e abandonou a dianteira do projeto. Esse acontecimento trouxe certa desconfiança para os acionistas locais e levou ao controle acionário da empresa administradores com outra visão sobre o projeto Safrita.



Figura 27: Frigorífico Safrita, ano de 1976.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg

Na imagem acima, podemos perceber a expansão do frigorífico após dez anos de funcionamento. A expansão do mercado consumidor e o potencial produtivo de suínos e aves na região estimularam o crescimento vertiginoso da empresa. Destacamos também os financiamentos concedidos por agências de fomento para a ampliação do setor produtivo, fato que contextualizaremos mais adiante.

6.4.1 O abate de frangos

No ano de 1971, 478 acionistas da Safrita fundaram a subsidiária Frigoaves S/A que abatia inicialmente cerca de 3.000 frangos por dia. Já no ano de 1980, o frigorífico abatia cerca de 20.000 frangos por dia. Foi através da produção de aves que se intensificou o sistema de integração entre produtor e empresa na região de Itapiranga. Muitos colonos construíram aviários financiados por instituições bancárias, fortalecendo o compromisso do produtor em manter a produção para arcar com os empréstimos contraídos.

O investimento no setor da avicultura foi encarado como uma possibilidade de geração de renda de forma mais efetiva, visto que o ciclo produtivo do frango é mais rápido, o que aumenta o número de lotes a serem vendidos pelo produtor. Para a empresa Safrita a avicultura também representou a possibilidade de uma dinâmica maior na produção e comercialização.

Foi através da produção de frangos que se intensificou a expansão dos mercados consumidores do Grupo Safrita, sendo fundadas filiais para recepção e venda de produtos em São Paulo e no Rio do Janeiro. Com a implantação da produção de frangos, a empresa tece de remodelar sua logística, ampliando os mais variados setores como o de transporte, a assistência técnica, a formação dos produtores e os mecanismos de comercialização.

No quesito de formação técnica, a Escola Técnica Profissionalizante de Itapiranga formou um grande contingente de profissionais vinculados ao setor agropecuário. Esses profissionais foram os grandes responsáveis por estimular os agricultores a introduzir na propriedade modernas técnicas de manejo e produção de suínos, aves e grãos diante da expansão do frigorífico Safrita.

Conforme dados do estudo de Sehnem¹⁹⁶, a evolução do abate de frangos pela Safrita é a seguinte: no ano de 1973 foram 300 mil frangos abatidos; em 1974, 1 milhão e 500 mil; em

¹⁹⁶ SEHNEM, Dirce T. Drebel. Integração avícola: o caso de Itapiranga. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, UNIJUÍ, 1985.

1975, 2 milhões e 400 mil; em 1976, 2 milhões e 700 mil. No ano de 1977 a produção teve um aumento considerável pulando para 3 milhões e 900 mil. Já no anos de 1978 e 1979 a produção caiu para 3 milhões e 300 mil e 3 milhões, respectivamente. No ano de 1980, a produção aumento novamente para 4 milhões e 800 mil frangos abatidos.

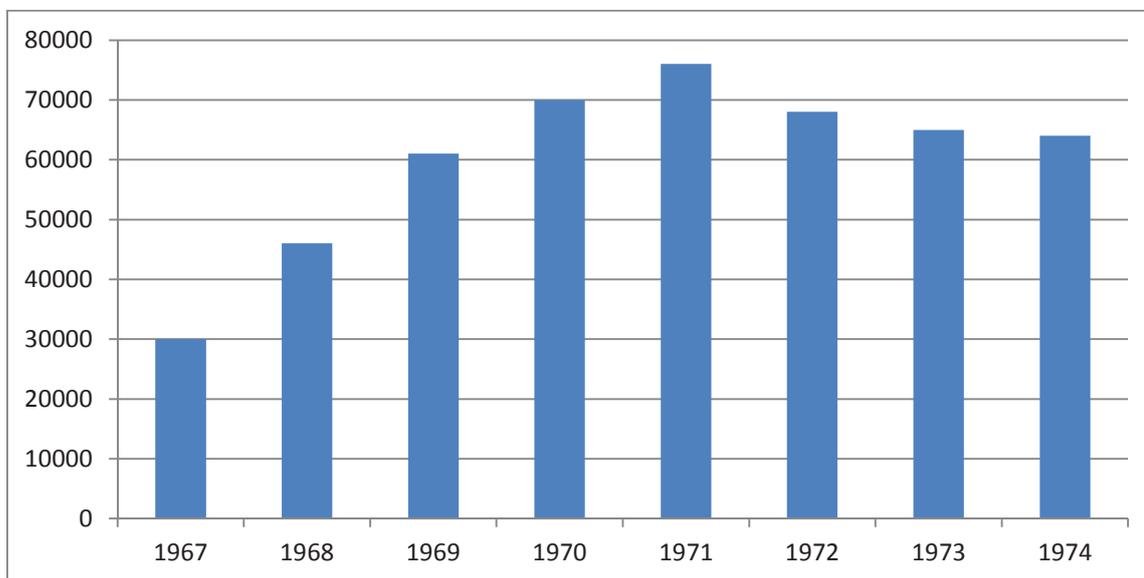


Gráfico 02: Evolução do abate de frangos – em mil quilos. Fonte: Sehnem¹⁹⁷

Sehnem complementa que houve três fatores que ocasionaram a diminuição do abate de frangos pelo frigorífico nos anos de 1978 e 1979, a destacar, primeiramente a crise da agricultura com reflexos sobre a avicultura, segundo, a queda considerável do consumo de carne a nível nacional causada pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, e terceiro, a ocorrência da peste suína africana afetando a comercialização de carnes dos mais variadas tipos. Outro fator que pode explicar a diminuição do abate de frangos nesse período é o início do abate de perus no frigorífico Safrita, o que exigiu espaço físico e mão de obra.

Na década de 1970, a Safrita Agropecuária Ltda fundou granjas de produção de aves, concebidas para serem projetos pilotos na produção de frangos para o abate em larga escala na região. A Granja Cisne Dourado com 12 aviários e uma capacidade de produção de 180.000 aves por lote; a Granja Cisne Real composta de 18 aviários e uma capacidade de produzir 270.000 frangos e 160.000 perus por lote, e a Granja Cisne Negro com 6 chiqueirões e uma capacidade de produzir 4.800 suínos por lote.

¹⁹⁷ SEHNEM, 1985.



Figura 28: Vista aérea da Granja Cisne Dourado, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

6.4.2 O abate de perus

No ano de 1976 a Safrita iniciou a criação e o abate de perus no município de Itapiranga motivada pela rentabilidade que o produto poderia proporcionar além de ser apenas a terceira empresa a abater perus no Brasil. O abate de perus iniciou no ano de 1977, sendo a matéria prima proveniente de granjas próprias da Safrita. No ano de 1977, foram abatidos 100 mil perus no frigorífico Safrita, no ano de 1978 a produção chegou a 120 mil, em 1979 foram abatidos 235 mil e no ano de 1980, a produção caiu para 180 mil perús abatidos.

Nos primeiros anos, os perus eram produzidos pela própria Safrita em granjas instaladas no município de Itapiranga. O material genético foi importado do Canadá e da França e era trabalhado em incubadoras da Safrita. O grande problema enfrentado pelo frigorífico no abate de perus era o fato de que era utilizada a mesma estrutura do abate de frangos, o que tornava a atividade limitada devido à diferenças nos cortes e no porte dos animais. Outra dificuldade era a comercialização da carne, sendo que grande parte do mercado consumidor desse produto encontrava-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, somado ao fato de que a maior procura para esse tipo de carne se dava no período natalino.



Figura 29: Abate de perus na mesma estrutura do abate do frango era uma deficiência na produção dessa linha de carne. Foto; Arquivo de Jacó Klagenberg.

6.4.3 A fábrica de rações

Com o aprimoramento do sistema de integração e a expansão dos mercados consumidores, a Safrita sentiu a necessidade de investir na alimentação dos animais produzidos pelos colonos. Essa, até então, era uma deficiência do sistema produtivo da empresa devido à diversidade de técnicas utilizadas nas propriedades para o manejo dos animais. A base da alimentação dos frangos era o milho, no entanto, era necessário introduzir uma ração balanceada que contivesse em sua essência medicamentos e hormônios que estimulassem o crescimento uniforme dos animais.

A fábrica de rações foi incorporada já no ano de 1971 ao grupo Safrita através da concessão de ações, ou seja, os antigos proprietários fundadores da fábrica de rações criada no ano de 1957 receberam como pagamento ações da empresa Safrita. O milho utilizado para fabricar a ração era comprado de produtores da região, o que exigiu um amplo sistema logístico de coleta e distribuição. Em funcionamento, a fábrica de rações fornecia o alimento ao integrado, valor que era descontado do lote do produtor no momento da venda dos animais ao frigorífico.



Figura 30: Fábrica de rações, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

Esse sistema de fornecimento da ração ao produtor representou uma mudança nos padrões de alimentação dos animais, até então, era a própria família que produzia e estocava a ração necessária. O fornecimento de ração pelo sistema de integração também representou uma ruptura nas técnicas coloniais de manejo dos animais. Através da ração balanceada, os animais passaram a ter um desenvolvimento mais acelerado, diminuindo o tempo de engorda.



Figura 31: Alimentação balanceada para frangos, ano de 1980.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

6.4.4 O projeto Safrita-Maués e investimentos de expansão

O processo de expansão da empresa Safrita pode ser compreendido sob várias perspectivas. Em primeiro lugar temos de ter presente a ruptura na direção da empresa no ano de 1977 com a saída de administradores que faziam parte do projeto de Safrita desde a sua fundação no ano de 1962. Esse rompimento causou certo descontentamento de muitos acionistas, que ao verem a instabilidade administrativa, venderam suas ações para acionistas majoritários. Podemos considerar que o processo de expansão idealizado por parte da direção da empresa provocou a saída de muitos acionistas.

Por outro lado, temos a participação na administração de profissionais vinculados ao ramo agroindustrial dos centros comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro. A influência destes profissionais estimulou a direção da empresa a investir em projetos de expansão do Grupo Safrita, bem como, implantou novos modelos de gestão na agroindústria.



Figura 32: Grupo gestor, em reunião realizada em São Paulo, década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

Um dos investimentos realizados foi a aquisição de uma fazenda na região de Maués, no Estado do Amazonas. O projeto, que foi conhecido como Fazenda Maués S.A., visava o plantio de guaraná e derrubada da mata nativa da região. No ano de 1980, a Safrita detinha 50% das ações referentes a esse projeto. Em entrevistas com acionistas, a grande maioria

desconhecia a existência desse projeto na época, o que comprova que as decisões sobre os investimentos do Grupo Safrita não eram mais discutidas abertamente entre os associados no final da década de 1970, pelo fato de grande parte das ações já estar concentrada nas mãos de poucas pessoas.

O projeto Safrita Maués é resultante da política de estímulo do governo brasileiro para a colonização da Amazônia, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam. As empresas e pessoas físicas que estivessem interessadas em investir na região teriam o valor abatido de suas dívidas com o Imposto de Renda. Havia também o Fundo de Investimento da Amazônia – Finam – que eram empréstimos a fundos perdidos para projetos de desenvolvimento da região.

Nesse sentido, com o estímulo dado pelo Governo Nacional à utilização da fruta guaraná na produção de refrigerantes, a Safrita, acompanhada de empresas como Cia Canetas Compactor, Churrascaria Rodeio, Cia Dinâmica de Refrigerantes, Dimarco, Casa Nilopolitana e Vulcão dos Plásticos, implantaram o projeto Fazenda Maués S.A. O projeto foi concebido como autossustentável. Iniciou-se com o plantio de uma área de guaraná e a montagem de uma serraria para beneficiamento da madeira dela extraída. O projeto previa o plantio de até um milhão de pés de guaraná e nos seus primeiros cinco anos foi indutor de desenvolvimento na região.

Ao longo dos anos, o projeto começou a enfrentar dificuldades na derrubada da mata e pela pouca, ou quase nula, produtividade do cultivo do guaraná nos primeiros anos de plantio. Assim, algumas empresas perderam o interesse no projeto e o controle da Fazenda Maués S.A. acabou ficando nas mãos de poucos acionários.

A administração da empresa esteve cada vez mais condicionada aos profissionais das filiais da Safrita em São Paulo e Rio de Janeiro, deixando os acionistas de Itapiranga, que no final da década de 1970 já representavam minoria do quadro social da empresa, aquém das decisões gerenciais da Sociedade Anônima. Frente a essa realidade, a Safrita chegou a adquirir dois aviões para que fosse feito o deslocamento entre Itapiranga, São Paulo e Rio de Janeiro. Disso, resultou a criação no ano de 1975 de um aeroporto na cidade de Itapiranga. A compra do avião gerou muitos descontentamentos entre o quadro social da Safrita e os produtores integrados, principalmente no período em que a empresa enfrentava dificuldades financeiras para pagar a matéria prima aos produtores. Em depoimento, um dos dirigentes da empresa no período denuncia essa situação ao afirmar que, “é horrível nós andarmos de avião e o colono não receber o dinheiro do porco. Aí numa reunião eu disse: `R., vamos vender o

avião. É ruim nós andarmos de avião: Foz do Iguaçu, Florianópolis, Porto Alegre, e não ter como pagar o porco.”¹⁹⁸



Figura 33: Avião bimotor do Grupo Safrita, final da década de 1970.
Foto: Arquivo de Jacó Klagenberg.

6.5 Os efeitos da peste suína africana

A suinocultura sempre esteve condicionada à epidemias que atacavam os animais prejudicando o seu desenvolvimento e afetando a comercialização desse produto no mercado. No entanto, a peste suína africana pode ser considerada um dos episódios mais sombrios para a suinocultura no Brasil. Os efeitos dessa epidemia também foram sentidos em Itapiranga e também no desenvolvimento da Safrita, principalmente entre os anos de 1976 e 1979.

A peste suína africana é uma doença altamente contagiosa, provocada por um vírus, que ataca os porcos em qualquer idade provocando a mortalidade de 80 a 100% dos animais infectados. Ela afetou a suinocultura provocando prejuízos consideráveis junto aos produtores, principalmente na Região Oeste de Santa Catarina, polo suinocultor brasileiro. A grande polêmica quanto à ocorrência dessa epidemia na época esteve relacionada a real presença das mesmas nas propriedades, sendo considerada por muitos produtores e movimentos sociais, uma farsa implantada para beneficiar empresas do setor de medicamentos para suínos.

Em algumas propriedades de Itapiranga onde fora constatada a ocorrência da peste suína africana, os órgãos governamentais promoveram um mutirão de matança de porcos com

¹⁹⁸ Depoimento de dirigente da Safrita, gravado pelo autor, Abril de 2007.

ajuda de um contingente de seguranças, técnicos, máquinas da Prefeitura Municipal de Itapiranga. Esse episódio gerou muito descontentamento entre os produtores, promovendo inclusive grande desgaste da administração municipal de Itapiranga.

A Safrita, diretamente vinculada à cadeia produtiva da suinocultura, também foi atingida com a ocorrência da epidemia. Nos anos de 1977 e 1978, o abate de suínos teve uma queda substancial no frigorífico, vindo a recuperar-se somente a partir do ano de 1979. A comercialização da carne suína também foi duramente afetada, gerando problemas financeiros de alta monta para o frigorífico Safrita.

Temos de destacar que os efeitos da peste suína africana foram sentidos muito mais pelos produtores do que pelos frigoríficos, principalmente com a queda do preço pago ao produtor de suínos. Essa realidade comprova o elo fraco da cadeia produtiva do agronegócio, intensificado ainda mais pelo sistema de integração, onde o produtor estava condicionado aos interesses do mercado e principalmente da empresa integradora.

Depois de detectado o primeiro foco da epidemia no Brasil, aumentaram os casos de matança de animais em propriedades consideradas infectadas. No Rio de Janeiro, foram abatidos inicialmente cerca de cinco mil suínos. Já em Santa Catarina, o primeiro caso onde teria sido detectado o foco da epidemia foi em 1978, no município de Xanxerê, onde ocorreu o extermínio de suínos de uma pequena propriedade agrícola. Outros episódios nesse sentido ocorreram também em Cunha Porã, Seara, Saudades, Galvão, São Lourenço, Palmitos e Itapiranga.

A calamidade se espalhou na suinocultura em praticamente todo o Brasil, sendo mortos inúmeros suínos, interditadas propriedades, acusados produtores. O episódio tornou-se ainda mais evidente no Oeste de Santa Catarina, região com grande potencial para a suinocultura. Destacamos a atuação da Diocese de Chapecó, através do Bispo Dom José Gomes, da Pastoral da Terra e dos Sindicatos e Associações de Produtores, que fizeram frente a esse fato. Em evento de repúdio a essa situação, mais de 20 mil suinocultores realizaram grande evento no dia 15 de Outubro de 1980 em Chapecó, onde foram proferidas acusações ao Governo, ao ministro da agricultura, às agroindústrias da região e ao sistema capitalista.¹⁹⁹

Para aqueles que condenavam a ação dos órgãos governamentais frente ao episódio da peste suína africana, toda a conjuntura estava atrelada aos interesses de multinacionais acerca

¹⁹⁹ Para compreender melhor a atuação da Diocese de Chapecó junto aos agricultores no final da década de 1970, consultar a obra: UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

do setor da suinocultura, bem como na introdução de medicamentos de combate à epidemia, produzidos por laboratórios de grandes empresas do setor.

Conforme Jungblut, na época o tema era motivo de debate nas rodas de conversa e nos encontros de agricultores. As acusações recaíam sobre o governo e as multinacionais, que foram acusados de instaurar um clima de tensão entre os suinocultores visando a imposição de novos padrões de produção e comercialização no setor. “Em fins de 1979, a peste suína africana desapareceu. Jamais alguém foi capaz de provar se ela realmente existiu.”²⁰⁰

Esse sentimento de desconfiança da comunidade local quanto à veracidade da ocorrência da epidemia pode ser percebida na fala de um dos dirigentes da Safrita:

Porque quando o Brasil começou engatinhar a exportação de carne suína, daí os americanos vieram aqui, porque eles os maiores produtores e ainda hoje o são. Mostrava, que nós, no RJ, criava suínos com sobra de comida dos aviões. Aí entre aspas, diziam que nós tínhamos a peste suína africana. Então até hoje não foi bem esclarecido isso daí. Todos suinocultores, os produtores que tinham, venderam seu suíno barato e tudo mais, alguém lá na frente ganhou dinheiro, né.

Houve na época um sentimento de revolta, mas também um sentimento de incerteza quanto ao futuro da suinocultura diante das instabilidades que se manifestavam na atividade. Essa situação de descontentamento e incerteza afetou drasticamente a suinocultura, desde nos investimentos que precisaram ser feitos a partir de então na modernização das propriedades, bem como na vigilância dos órgãos governamentais sobre a cadeia produtiva da suinocultura.

6.6 Os empreendimentos agroindustriais de pequeno e médio porte

A conjuntura econômica brasileira de favorecimento à implantação de empreendimento agroindustriais após a Segunda Guerra Mundial favoreceu a criação de frigoríficos de pequeno porte em diversas regiões do país, principalmente no Estado de Santa Catarina. Até o final da década de 1950, os frigoríficos de São Paulo, em menor escala os do Rio Grande do Sul, ainda absorviam grande parte da produção de suínos do estado, mas com a desativação de grande parte dos frigoríficos de São Paulo a partir de então, surgem condições de criação dessas empresas em Santa Catarina. Conforme Goularti Filho, na década de 1970, havia no Estado cerca de 16 frigoríficos com destaque e inserção estadual e nacional.²⁰¹ Esses

²⁰⁰ Jungblut, 2000, op. cit., p. 437.

²⁰¹ GOULARTI Filho, Alcides, op.cit, 2002.

empreendimentos surgiram sob diversas condições, sustentados basicamente pelo processo de acumulação de capital decorrente da atividade agrícola.

Além do Frigorífico Safrita fundado em 1962, podemos destacar o Frigorífico Fricasa S.A. de Canoinhas, fundado no ano de 1962; o Unifrico de Salto Veloso, fundado por um grupo de agricultores e de suinocultores em 1963; a Indústria Reunidas Ouro, de Ouro, fundada na década de 1960; o Frisulca de Criciúma, fundado em 1963. Na década de 1970, surge o frigorífico Macedo Koerich em Florianópolis, fundado no ano de 1973; o Frigorífico Rio Sulense de Rio do Sul, fundado em 1973; o Frigoplan de Lages, fundado também em 1973; e o Friscar de São Carlos, fundado no ano de 1975. No ano de 1973, o Grupo Gaidzinski adquiriu o Frisulca de Criciúma.²⁰²

Grande parte dos empreendimentos surgiram do capital social local, através da formação de sociedades anônimas e cooperativas. O capital para a formação desses frigoríficos provém de agricultores, principalmente produtores de suínos, e também de empresários locais, que acumularam o capital necessário através da manutenção de casas comerciais de abrangência local.

No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o processo de formação de frigoríficos de suínos e de refinarias de banha de pequeno e médio porte ocorreu um pouco antes, principalmente na década de 1950, quando ocorre a proliferação desses empreendimentos no norte e nordeste do estado, resultado da existência de matéria prima e da expansão do mercado consumidor, mas principalmente através do estímulo concedido por políticas públicas governamentais daquele estado.²⁰³

Na região de Itapiranga, além do frigorífico Safrita, existiam também pequenos frigoríficos e açougues que adquiriam a matéria prima provinda de produtores não integrados ou que eram produzidos de forma artesanal na região. Essas pequenas empresas, apesar de não ser possível quantificar devido à escassez de fontes de pesquisa, tiveram participação considerável para a economia local, comprando principalmente suínos e bois de produtores para a produção de derivados que eram comercializados no próprio município.

6.7 Os grandes grupos agroindustriais

²⁰² Pode parecer mera coincidência, mas, como percebemos, a maioria dos frigoríficos foi fundada nos mesmos anos, com destaque para os anos de 1962 e 1973. Não encontramos fontes bibliográficas que possam oferecer uma compreensão desse processo.

²⁰³ TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schutz ; SOUZA, Sirlei de Fátima de ; CECHET, Renan . **Agroindústrias, Frigoríficos e Cooperativismo**: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo. 1950-1990. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2005. v. 1.

Apesar do surgimento de pequenos empreendimentos agroindustriais no Estado de Santa Catarina, foram os grandes grupos e empresas que passaram a controlar a atividade industrial e comercial do ramo de carnes no Estado, principalmente a partir da década de 1970. Podemos considerar os frigoríficos de grande porte em Santa Catarina as empresas Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó e Saulle Pagnocelli.

Diante das crises da suinocultura, também começaram a se expandir em Santa Catarina as cooperativas de produção do setor alimentício. Destacamos nesse sentido, a fundação, no ano de 1969, da Cooperativa Central Oeste Catarinense. Conforme Goularti Filho, no final dos anos 60, havia várias cooperativas no oeste catarinense, que agregavam a produção de grãos e de suínos de inúmeros pequenos produtores. Com a união das cooperativas, os agricultores e suinocultores visavam sair da dependência dos grandes frigoríficos, que ditavam o preço dos suínos.²⁰⁴ Em Itapiranga surge também em 1967 a Cooperita – Cooperativa Agropecuária de Itapiranga – resultado da união de produtores do município.

Entre os anos de 1968 e 1984, como percebemos na tabela abaixo, a distribuição quanto à participação dos frigoríficos no abate de suínos demonstra a concentração e o poder produtivo dos maiores grupos agroindustriais do Estado de Santa Catarina. Destacamos a participação das empresas do Vale do Rio do Peixe no total da produção no Estado, o que entre os anos de 1968 e 1984, demonstra o processo de concentração da produção de suínos nessa região, com destaque para o crescimento das empresas Seara e Perdigão.

Tabela 03. Participação, por região, dos frigoríficos no abate estadual de suínos em 1968 e 1984 (em %).

Região e frigorífico	Município	Participação em 1968	Participação em 1984
<i>Oeste:</i>		23,8%	28%
Frigorífico Chapecó	Chapecó	13,4%	11,9%
Frigorífico Chapecó	Xaxim	3%	
Safrita	Itapiranga	7,1%	
Aurora	Chapecó		16,1%

²⁰⁴ GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

Rio do Peixe		62,7%	62,8%
Sadia	Concórdia	22,7%	21,4%
Perdigão	Videira	18,2%	28,2%
Seara	Seara	9,3%	28,2%
Saule Pagnocelli	Joaçaba	7,7%	
Reunida Ouro	Capinzal	4,8%	
Vale do Itajaí		13,1%	
Fritz Lorenz	Timbó	5,2%	
Cia Jensen	Blumenau	4,5%	
Hermann Weege	Pomerode	2,2%	
Carlos Schroeder	Indaial	1,2%	
Sul		0,4%	
Frisulca	Criciúma	0,4%	
Outras			9,2%

Fonte: Goularti Filho²⁰⁵

Assim como há um aumento na produção de suínos na década de 1980, iniciou-se nesse período um processo de centralização em favor das cinco maiores marcas do Estado de Santa Catarina. Conforme Goularti Filho, “em 1968, os quatro maiores frigoríficos eram responsáveis por 66,6% do abate total de suínos no Estado, percentual que em 1978 aumentou para 70,5%; e em 1984 para 90,8%.”²⁰⁶

O crescimento vertiginoso das maiores marcas do ramo agroindustrial no oeste do estado de Santa Catarina dificultou o desenvolvimento das agroindústrias de médio e pequeno porte, ocasionando o bloqueio dos mercados consumidores e dificultando a compra de matéria prima devido à baixa competitividade das pequenas empresas. Nesse sentido, a Safrita também passou a enfrentar dificuldades para competir diante dos grandes grupos agroindustriais do estado. Essa competição quase que desleal intensificou, no início da década

²⁰⁵ Goularti Filho, 2002, p. 310.

²⁰⁶ Goularti Filho, 2002, op. cit., p. 310.

de 1980, o processo de aquisição das pequenas empresas pelas cinco maiores marcas agroindústrias de Santa Catarina.

A competitividade desleal entre os grandes grupos agroindustriais e os de médio e pequeno porte foi intensificada pelo processo de concentração das linhas de crédito governamentais do Estado de Santa Catarina. Essa prática foi intensificada, e se tornou mais evidente, com a participação na política catarinense das famílias detentoras das principais marcas agroindustriais do Estado.

Ido Michels, em seu estudo que critica o modelo catarinense de desenvolvimento econômico e social adotado pelos governos estaduais, ressalta o processo de concentração das linhas de crédito governamentais que tinham como objetivo a criação de grandes empresas, através de política de fusões e incorporações, na indústria, na infraestrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive a área imobiliária) ou a formação de conglomerados financeiros ou industriais financeiros. “Portanto, a ação do Estado caracterizou-se, entre outras, por uma política de centralização do capital, desmistificando as bases do denominado modelo catarinense de desenvolvimento, cuja característica básica é o enaltecimento ao pequeno e médio produtor”, destaca o autor.²⁰⁷

Essa condição também é contextualizada por Espíndola, que destaca que nos momentos de crise dos ciclos médios brasileiros, os processos de centralização do capital acentuavam-se. Assim, os grandes grupos agroindustriais catarinenses partiram agressivamente para a aquisição das empresas em piores situações econômicas e financeiras.

Conforme o autor,

Esse processo de acumulação e expansão capitalista no contexto nacional e internacional foi fruto de certas condições naturais, históricas, econômicas e empresariais que se estruturaram no oeste de Santa Catarina. Contudo, o Estado participou como agente direto e indireto na consolidação dos grupos agroindustriais.²⁰⁸

No ano de 1975, o Governo do Estado de Santa Catarina criou através de Decreto Lei o Procape, Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas.²⁰⁹ Esse programa tinha como objetivos principais:

²⁰⁷ MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997. Campo Grande, MS: Editoria da UFMS, 1998, p. 197.

²⁰⁸ ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999, p. 51.

²⁰⁹ SANTA CATARINA. Decreto Lei Nº 5.159, de 04 de novembro de 1975. Disponível no Portal da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina: http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=163, acesso em 23/09/2013.

- adquirir, alienar e por qualquer forma gravar ações, participações societárias e debêntures conversíveis em ações, de empresas com domicílio tributário neste Estado, cujo capital votante pertença em sua maioria, a pessoas físicas e/ou jurídicas com sede e organizadas no País;
- emprestar colaboração financeira, mediante participação e/ou subsidiamento de encargos, em contratos de financiamento a médio e longo prazos, celebrados entre agências oficiais de crédito e empresas que atendam aos requisitos mencionados no item anterior;
- promover e participar, nos termos da lei, de operações de arrendamento mercantil;
- carrear recursos para a capitalização de empresas com domicílio tributário neste Estado, sediadas e organizadas no País, notadamente as pequenas e médias e aquelas que, de qualquer parte, se destaquem como empresas líderes setoriais ou regionais;
- complementar as garantias exigidas pelos agentes financeiros às empresas catarinenses de pequeno porte e médio porte;
- financiar, a fundo perdido ou não, a elaboração de estudos setoriais, perfis, programas de industrialização e pesquisas econômicas e tecnológicas que interessem ao desenvolvimento estadual.

Os recursos do Procape, apesar de objetivar o beneficiamento de empreendimentos agroindustriais de médio e pequeno porte de Santa Catarina, foram extintos no ano de 1982 sob denúncias de fraudes, desvios e concessão de benefícios a determinados setores e empresas sob critérios políticos e partidários.

Destacamos no texto o Procape, pelo fato da Safrita ter sido beneficiada por esse programa através da aquisição do Governo do Estado de Santa Catarina de ações preferenciais, como veremos adiante. Além dessa linha de crédito, o Governo do Estado de Santa Catarina também manteve o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina com vigência entre os anos de 1970 e 1975; o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, com vigência após o ano de 1985.²¹⁰

Goularti Filho, diante das políticas de financiamento do Estado de Santa Catarina, argumenta que a figura do empresário inovador tão idolatrado na história econômica do Estado não poderia existir ou obter sucesso sem a existência dos financiamentos industrializantes. Conforme o autor, os complexos agroindustriais sozinhos captaram 32,9%

²¹⁰ Goularti Filho, op. cit, 2002.

dos recursos disponibilizados desde 1962. Desses recursos, as maiores empresas do ramo contraíram uma grande parte, o que ajuda a compreender o processo de concentração do potencial produtivo nas cinco maiores empresas do ramo e a falência dos pequenos e médios empreendimentos agroindustriais do Estado.

Essa conjuntura econômica do Estado de Santa Catarina foi estimulada pela política nacional de modernização da agricultura motivada pelos governos militares. Através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), buscou-se combater a baixa produtividade no campo para evitar as crises de abastecimento. Em seguida, no governo Costa e Silva, foi formulado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED, que objetivou implantar novas tecnologias na agricultura, modernizar o sistema de abastecimento dos mercados consumidores, estimular o uso de novas técnicas de manejo e a utilização intensiva de novos insumos.

6.8 Venda do controle acionário da Safrita

O processo de venda do controle acionário da Safrita é bastante conturbado e complicado de ser compreendido pela falta de fontes documentais sobre o episódio. As atas da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga não se encontram em nenhum arquivo público, o que torna o processo de contextualização difícil. Os acionistas que entrevistamos não conseguem explicar de forma coerente e precisa como ocorreu esse processo de venda do controle acionário da empresa, o que comprova que o poder de decisão sobre o futuro do frigorífico já não era mais posto em discussão, pelo fato de poucos acionistas serem detentores das ações majoritárias.

Para compreendermos o processo de venda do controle acionário sobre a Safrita, nos ateremos ao Boletim Diário de Informações da Bolsa de Valores de São Paulo, publicado no dia 03 de Setembro de 1980²¹¹. Nesse ano, as ações do Grupo Safrita passaram a ser negociadas na Bolsa de Valores, o que deixa claro o desconhecimento dos pequenos acionistas sobre as decisões gerenciais da empresa. Esses pequenos acionistas, em sua maioria agricultores, não possuíam conhecimento ou não tinham acesso à informação quanto a esse processo de mercantilização das ações.

Ao analisar o referido Boletim Diário de Informações, podemos ter uma breve compreensão da situação do frigorífico Safrita no ano de 1980, dando-nos uma visão do

²¹¹ Boletim Diário de Informações da Bolsa de Valores de São Paulo, nº 166/80, de 03 de Setembro de 1980. Disponível em <http://www.acervobmfbovespa.com.br>, acesso em 21 de Agosto de 1980.

desenvolvimento do empreendimento desde a sua fundação no ano de 1962. Conforme o Boletim, no ano de 1980 a empresa possuía 750 acionistas, o que era um quadro social considerável. Conforme o Boletim da Bovespa, 71% das ações ordinárias estavam nas mãos de apenas 6 pessoas. Os demais acionistas representavam apenas 28,5% das ações, o que dava privilégios de decisão sobre a empresa para apenas um pequeno grupo de acionistas.

O Governo do Estado de Santa Catarina, através do Programa Especial de Capitalização de Empresas detinha 100% das ações preferenciais do grupo. Como vimos anteriormente, as ações ordinárias de uma sociedade anônima dão ao acionista o direito ao voto e participação nos lucros da empresa. Já as ações preferenciais não dão direito a voto mas concedem benefícios nos dividendos. Ou seja, no ano de 1980, o Governo do Estado de Santa Catarina detinha a maior parte dos retornos sobre os lucros da empresa como forma de compensação dos empréstimos concedidos à Safrita.

Quanto ao mercado dos produtos comercializados pela Safrita, o referido Boletim Diário de Informações aponta que de 60% a 70% do faturamento é representado por vendas a pequenos comerciantes (armazéns, casas de carnes, minimercados, restaurantes comerciais e industriais). Grande parte desse mercado consumidor encontrava-se em São Paulo e Rio de Janeiro, e em menor escala nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Blumenau e na região de Itapiranga. Isso nos dá uma noção da amplitude dos mercados consumidores da Safrita no período.

Conforme estimativas apresentadas no Boletim Diário de Informações, a perspectiva era de que no ano de 1980 a empresa teria um faturamento na ordem Cr\$ 1.109 milhões, 131% superior ao ano de 1979. Na produção de suínos, a Safrita representou 3,7% do total da produção catarinense no ano de 1979.

Com a entrada das ações para comercialização na Bolsa de Valores, o comércio das cotas acionárias do Grupo Safrita deixou de ser uma prática local para se tornar mais ampla. No ano de 1981, a empresa Ceval Agroindustrial comprou a maioria acionária da empresa, deixando de existir a marca Safrita.

Esse processo gerou muito descontentamento e um sentimento de impotência dos pequenos acionistas sobre o futuro da empresa. Em depoimentos percebemos que as ações da população não possuíam muito valor, o que gerou um sentimento de perda dos volumosos valores investidos no processo de construção da Safrita:

Meu pai comprou muitas ações da Safrita, na época ele investiu cerca de 114 hectares de terras em ações. Lembro que meu pai dizia que ele era o 5º maior

acionista da Safrita, e de repente ele estava entre os que tinham pouco capital. Meu pai morreu de desgosto. Na época em que a empresa foi vendida, veio um homem de São Paulo se oferecer para comprar as ações do meu pai, decidimos que íamos vender e com esse dinheiro deu para construir o túmulo dele. Eu herdei 7 ações, mas nunca as vendi, recebia todo mês um extrato durante muitos anos, declarava elas até no Imposto de Renda. Depois elas sumiram, e nunca mais fui atrás para ver de seu destino.²¹²

Percebemos no depoimento acima de que não havia muita preocupação por parte dos acionistas quando ao destino de suas ações junto ao frigorífico. Isso pode ser compreendido diante do pouco rendimento financeiro que elas geravam ao pequeno acionista no período.

Sobre o processo de venda da Safrita para uma multinacional, outro colono acionista do frigorífico demonstra que houve uma preocupação quanto a esse processo por parte da comunidade local:

De repente escutamos que um golpe, que o R. G. tinha vendido a Safrita. Ninguém foi perguntado sobre isso, eles venderam ela. Se eles não tivessem vendido ela teria falido. Quando ela foi vendida nós recebemos documentos, extratos da nova empresa. Meu Deus do céu! Já não tinha mais nada em cima. E nós olhamos porque eles a venderam. Nós ficamos sabendo que os diretores, eles venderam tudo e o único que ficou aqui na região foi o G. Os outros todos foram embora. Tinha um diretor de Frederico, um gringo, o C. B. era um, J. K. era um, eles tinham todos ido embora, não se via mais eles. Mas onde eles estão agora? Eles estão pelo mundo!²¹³

No momento da venda da Safrita, percebemos pelo depoimento acima que os acionistas ficaram sem referência quanto à administração da empresa e o futuro do frigorífico. O fato de uma empresa multinacional ter comprado o frigorífico gerou um constrangimento na comunidade local, sobre um empreendimento construído através da população e do capital social local e que passou a ser controlado por novos personagens.

Em registro no Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans, temos uma melhor compreensão do impacto que a venda da Safrita causou na população: “devido à venda de ações (mudança nos estatutos) a Safrita ficou com a maioria de ações e os agricultores perderam o controle da empresa que passou para as mãos dos particulares. Mais uma vez os agricultores perderam o que era deles.”²¹⁴

Os acionistas continuaram recebendo extratos de suas ações durante muitos anos, sendo que no ano de 2004 com a entrada do grupo Bunge Brasil S.A. sobre o controle

²¹² Depoimento de acionista da Safrita, coletado pelo autor, 24 de Julho de 2013.

²¹³ Depoimento de colono acionista da Safrita, coletado pelo autor, Maio de 2006.

²¹⁴ Registro feito no Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans, datado do dia 06 de Março de 1978.

acionário da agroindústria de Itapiranga, foi realizado o leilão público das ações, conforme nota que transcrevemos a seguir:

Caro acionista, comunicamos aos Senhores que em 27 de Setembro de 2004, foi realizado o Leilão de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Bunge Brasil S.A. O índice de participação no leilão superou 90,8% das ações da companhia detidas pelos acionistas minoritários. A Bunge Limited, controladora da Bunge Brasil S.A. atingiu o percentual necessário para proceder o cancelamento de registro companhia aberta. [...] Em virtude de remanescerem em circulação menos de 5% do total das ações emitidas pela Bunge Brasil S.A., a companhia da Assembleia Geral Extraordinária de 03 de Novembro de 2004, deliberou o resgate dessas ações, [...], ao preço de R\$ 6,50 por ação resgatada.²¹⁵

Percebemos no fragmento acima que as ações do frigorífico Safrita continuaram a existir mesmo após a venda da marca Safrita. Para aqueles que não resgataram suas ações devido ao seu valor que, consideravam desprezível, restou na memória o valor sentimental que elas representaram para as gerações passadas que investiram muito no projeto Safrita.

Outro depoimento nos é muito elucidativo quanto ao processo de venda da Safrita no ano de 1981. Em suas memórias registradas em livro, Ida Welter, apesar do teor de saudosismo presente em seu discurso nos dá uma amostra da mágoa de muitas pessoas e o sentimento de decepção quando da venda do controle acionário da Safrita.

Em certa oportunidade reuniram-se algumas “bem intencionadas raposas” e planejaram construir um frigorífico em Itapiranga, uma espécie de “sociedade dos bobos”. Vieram também procurar meu marido e insistiram para se associar porque, com o tempo, igual teríamos que fechar o açougue, porque o frigorífico ia começar igualmente a matar bovinos e nós teríamos que fechar esse pequeno açougue. Em vista disso, nós vendemos quase tudo e enfiamos ali nosso dinheiro. Os filhos mais velhos não concordaram com isto e cada qual partiu para sua vida particular. Os mais novos foram trabalhar no frigorífico. Nos primeiros anos havia ainda um certo rendimento, o que diminuía sempre mais. Um belo dia se noticiou que os “caras de pau podre” tinham vendido o frigorífico. Eles tanto tempo roubaram até que conseguiram a maioria das ações. Venderam a sua parte e foram para São Paulo gozar a sua façanha. Os demais podiam ver onde conseguiram qualquer migalha. Ninguém queria comprar ações e assim o capital ficou morto e empobrecendo sempre mais. Um certo dia, falou-se: “agora tem gente que compra as ações”, mas por um valor tão ridículo que não compensava. Porém, para não perder tudo, meu marido vendeu ações

²¹⁵ Extrato de acionista, emitido pela Buge Brasil S.A., de posse de Waldemar Gauer, que herdou as ações da Safrita de sua família, que investiu em ações oferecendo o terreno onde está localizada a fábrica de rações da agroindústria, no centro da cidade de Itapiranga.

por 860 cruzeiros, o que na época não chegava a comprar um simples carro do povo, o fusca. Esse foi o final triste e infeliz de mais de 100 hectares de terra, enfiados por nós naquele antro.²¹⁶

Ela conclui suas considerações sobre o episódio relacionando a morte de seu marido Adolfo à sua decepção diante do processo de perda do capital investido no frigorífico Safrita: “O golpe foi tão duro que meu marido começou a ficar doente e alquebrado. Começou a sofrer do coração e, finalmente com apenas 73 anos de idade, o levamos para o cemitério.”

Muitos acionistas do projeto Safrita não venderam suas ações por diversos fatores, que vão desde ao desejo de se manter ativo no projeto até desconhecimento quanto à real utilidade de continuar sendo acionista da agroindústria. Como percebemos no depoimento de Ida Welter muito capital foi investido no frigorífico Safrita, no caso de sua família em torno de 100 hectares de terra em troca de ações. Assim foi com muitos colonos e comerciantes que investiram no empreendimento, o que comprova o potencial do capital social para a efetivação de empreendimentos empresariais.

O controle acionário da unidade agroindustrial foi adquirido por diversos grupos empresariais depois da venda da marca Safrita, passando por marcas como Ceval Alimentos S.A., Seara Alimentos, Bunge Brasil S.A., Grupo Marfrig e Companhia JBS.

6.9 O projeto Safrita e uma análise do desenvolvimento regional

“Não podemos pedir ao passado respostas diretas para quaisquer perguntas que já não lhe tenham sido feitas, embora possamos usar nossa inventividade como historiadores para ler respostas indiretas naquilo que ele deixou para trás.”

Eric Hobsbawm²¹⁷

Nossa proposta de estudo buscou compreender a perspectiva de desenvolvimento regional sob a ótica da implantação de um frigorífico no município de Itapiranga. Ao finalizar esse estudo, nos vemos na obrigação de nos questionar quanto à legitimidade e à efetividade desse projeto: o frigorífico Safrita proporcionou o desenvolvimento esperado para Itapiranga?

Em primeiro lugar temos de ter presente de que o desenvolvimento da sociedade é medido com base na perspectiva que se tem dele. Ou seja, se percebe o desenvolvimento, seja

²¹⁶ WELTER, Ida. **Uma imigrante teuto-romena e outros escritos**. Itapiranga/Florianópolis: PEST, 2010. P. 37.

²¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 62.

ele econômico ou social, ou até mesmo, socioeconômico, dependendo do que se espera como desenvolvimento e a que objetivos ele está atrelado, ou até mesmo, a quem ele está vinculado.

É preciso ter claro de que o projeto Safrita não foi um episódio isolado do contexto histórico. Foi um empreendimento que nasceu de uma iniciativa e do capital local, mas que esteve atrelado a todo um conjunto de fatores que favoreceram o seu desenvolvimento. Ou seja, o projeto Safrita teve determinantes de um contexto mais amplo, de uma conjuntura nacional e internacional de desenvolvimento do período após a Segunda Guerra Mundial. Então, apesar de promover o desenvolvimento local, esse desenvolvimento obedeceu a uma lógica que ocorreu também em outras regiões dentro da perspectiva da modernização da agricultura catarinense e brasileira.

Mas, como nos propomos a analisar o desenvolvimento regional proporcionado pelo projeto Safrita, nos ateremos a realizar considerações acerca de nosso espaço de estudo. Nesse sentido, temos de concluir que todo esse processo gerou mudanças substanciais na conjuntura econômica e social de Itapiranga e região, implantando novas cadeias de produção e novos padrões de sociedade. Podemos afirmar que a Safrita foi importante propulsor da modernização da agricultura e todas as consequências a ela atreladas no período de 1960 a 1980. Isso porque esse empreendimento detinha uma cadeia produtiva e linhas de ação tão amplas, que afetou praticamente todos os setores da economia regional, obedecendo, é claro, a uma lógica conjuntural que foi além da perspectiva regional.

Nas atividades pecuárias, o frigorífico impulsionou a modernização da suinocultura, estimulando a criação de novas raças de suínos e alterando técnicas de manejo e de estruturação dos chiqueiros. Foi ele o responsável por implantar a modernização no setor da avicultura, estimulando a construção de então modernos aviários com equipamentos e rações balanceadas. A Safrita trouxe a Itapiranga a produção em larga escala de perus, espécie que era criada de forma artesanal nas propriedades agrícolas. Com a criação da Sagenética, foi estimulada a modernização do plantel genético dos animais, principalmente da bacia leiteira, fato que impulsionou a produção de leite na região.

O frigorífico também gerou mudanças substanciais na logística de produção e comercialização do setor agrícola ao implantar o sistema de integração entre empresa e produtor rural. O sistema de integração excluiu quase que totalmente da cadeia produtiva o comerciante das linhas coloniais, que até então era o responsável por controlar a cadeia produtiva local. Não há como medir as mudanças socioeconômicas que o sistema de integração gerou na região, mas tem como entender que representou uma revolução entre quem produzia e quem comercializava os produtos agrícolas.

Para o município de Itapiranga, o frigorífico gerou dividendos na geração de impostos o que oxigenou os cofres públicos com a arrecadação de impostos advindos da produção agrícola e industrial. Ao analisar as políticas públicas das administrações municipais de Itapiranga no período, percebemos um investimento no processo de constituição da infraestrutura básica, com o objetivo de estimular e suprir as demandas advindas do processo de dinamização da economia local.

Além disso, estimulou a urbanização do município e a criação de novos setores de atividade econômica, transformando Itapiranga numa referência econômica regional. Conforme estudo de Eidt (1999), no ano de 1962, 82,78% da população de Itapiranga vivia no espaço rural e 17,2% no espaço urbano. No ano de 1980, essa proporção teria ficado entre 81,3% da população vivendo no espaço rural e 18,7% no espaço urbano. No ano de 1990, diminuiu a proporção entre as zonas rurais e urbanas, sendo respectivamente, 74,9% e 25,1%. No entanto, temos de destacar que uma boa parcela dos trabalhadores do frigorífico e de outros setores da economia continuaram vivendo no espaço rural, apesar de trabalharem no espaço urbano.²¹⁸

Com o poder econômico advindo desse processo, várias obras de infraestrutura foram viabilizadas e efetivadas, como o asfaltamento da SC-472 no ano de 1978, a construção do Aeroporto Municipal de Itapiranga em 1973, instalação de diversas agências bancárias atraídas pelas possibilidades de financiamentos aos agricultores, a instalação da Comarca de Itapiranga no ano de 1973. De maneira geral, o frigorífico de Itapiranga estimulou a construção de diversas obras de infraestrutura no município. Podemos considerar que esses empreendimentos foram, em sua maioria, resultantes da influência política dos gestores da Safrita junto aos governos municipais e estaduais.

No entanto, é preciso ter claro de que todo o processo de modernização da agricultura promovido pela Safrita afetou principalmente os agricultores a ela atrelados. Mas nem todos os agricultores possuíam vínculo com a Safrita, muitos estavam vinculados a outros frigoríficos, as cooperativas de produção ou eram produtores independentes. Essa conjuntura aprofundou as diferenciações sociais entre os agricultores, entre agricultores capitalizados e agricultores não capitalizados. Se até aquele momento os padrões da agricultura tradicional

²¹⁸ Esse é um estudo que ainda precisa ser mais aprofundado na região, pois ainda hoje, muitos trabalhadores do espaço urbano continuam vivendo no espaço rural, mantendo um padrão de vida agrícola, apesar de atuarem em outros setores da economia. Estudos nesse sentido já foram efetuados em outras regiões, ver: SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

nivelavam economicamente os colonos, a modernização da agricultura impulsionou as desigualdades entre os tipos de agricultores.

Consideramos que as diferenças entre agricultores capitalizados e não capitalizados reside no grau de integração do agricultor com a modernização da agricultura. Essa diferença reside na aplicação de agentes químicos na lavoura, na modernização das técnicas agrícolas e na utilização de equipamentos modernizados. Outra diferença reside nos investimentos em capitalização financeira, que no caso da região de Itapiranga, se caracteriza principalmente nos investimentos de capital feitos nas cooperativas de crédito e de produção.

Outro fator que afetou os agricultores foi a disponibilidade de crédito para investimentos na modernização das propriedades. Os empréstimos concedidos aos agricultores, que inicialmente eram vistos pelas agências de fomento do Estado como estímulo ao trabalhador agrícola, acabaram se tornando um grande problema pela impossibilidade, em grande parte dos casos, dos agricultores conseguirem quitar suas dívidas diante das instabilidades da atividade.

Conforme Fernanda Ben,

o sistema de Crédito Rural planejado com a finalidade de disponibilizar recursos para que os agricultores investissem em novas tecnologias agrícolas – sementes selecionadas, adubos, maquinários e investimentos nas propriedades – tornou-se, juntamente com outros fatores, um dos principais meios de insucesso e falência dos agricultores que contraíram empréstimos bancários e, por alguma eventualidade (frustração de safra, baixo preço do produto...), não conseguiram saldar as dívidas com o banco.²¹⁹

Nas décadas de 1960 e 1970, as políticas de Estado estimuladas pelo capital estrangeiro e nacional trilharam os caminhos da modernização da agricultura. Conforme Ferrari, esse processo esteve alicerçado em transformações na base técnica produtiva; na intensificação das relações capital-trabalho; constituição e consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares; manutenção e fortalecimento do modelo agrícola concentrador e excludente.²²⁰

Conforme Eidt e Silva, a modernização da agricultura em Itapiranga gerou consequências na estrutura social, gerando uma dualidade, entre aqueles que se aderiram ao sistema e os que não se enquadraram no processo:

²¹⁹ BEN, Fernanda. **Trabalhadores da indústria frigorífica: trabalho, tradição, política e protesto**. Chapecó, 1967-1982. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005, p. 55.

²²⁰ FERRARI, 2003, op. cit.

As grandes agroindústrias (leite, aves e suínos) colocam-se como centrais irradiadoras da modernidade da região e implantam relações artificiais no campo. Para o capital houve e há uma dualidade clara na região: de um lado, os empreendedores do movimento, da fluidez, da oxigenação, da instabilidade, da racionalização; de outro lado, os considerados como inadequados aos padrões da produtividade e competitividade. Aqueles da vida linear e da lentidão. Pessoas só adaptadas às oscilações sazonais do tempo e sintonizadas com o circuito inferior da economia.²²¹

Essa situação socioeconômica do produtor rural de Itapiranga pode ser sentida nos apontamentos feitos no Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans no ano de 1978:

Situação em que vive o povo: politicamente, é área de segurança e tudo o que isto implica. Economicamente 70 famílias da paróquia não tem terra própria (arrendatários, meeiros). A seca é alarmante, com a queda na colheita resumida no ditado popular: o milho não dá, o porco não quer e a soja dá pouco. Acrescenta-se a isto o fato de que o arroz também não deu. Devido aos empréstimos dos bancos e à queda da produção com a má colheita, existe o contraste e a ameaça dos bancos leiloarem as terras dos agricultores ou seus pertences. Há enorme desconto por saco ou bolsa por parte das cooperativas, no campo dos produtos. Existe o êxodo rural de muitos jovens e famílias (por falta de terra) que vão arriscar a vida nas cidades ou invadem o Paraguai. A metade das comunidades não tem luz elétrica.²²²

Essa situação nos é muito reveladora, demonstrando que o processo de modernização da agricultura, estimulado principalmente pelo frigorífico Safrita, promoveu, de um lado, o crescimento econômico de alguns produtores, e por outro, gerou diferenciações sociais entre produtores capitalizados e os não-capitalizados. Entendemos por agricultores capitalizados aquelas propriedades em que o processo de modernização da agricultura ocorreu com maior intensidade, através da modernização das técnicas agrícolas, dos implementos, da estruturação da propriedade. Consideramos que os agricultores capitalizados são aqueles que geram mais renda através de um trabalho mais racionalizado e técnico. Enquanto que os agricultores não-capitalizados são teoricamente aqueles que não aderiram, ou aderiram com menor intensidade, a esse novo padrão de agricultura que se desenhava no período.²²³

Nesse contexto de modernização e capitalização das propriedades agrícolas, o governo do Estado de Santa Catarina foi influente através da Acaresc, a Associação de Crédito e

²²¹ EIDT e SILVA, 2011, op. cit. , p. 47.

²²² Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans, registro feito no dia 06 de Março de 1978.

²²³ Para compreender melhor esse processo, ver: SILVESTRO, Milton Luiz (et alii). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001

Assistência Rural de Santa Catarina, através da introdução de políticas de formação e instrução dos agricultores quanto ao processo de modernização que estava transcorrendo na agricultura na década de 1970. Através da instituição dos Clubes 4-S, que tiveram grande abrangência entre os jovens do município de Itapiranga, o estado conseguia atingir a população do campo visando a introdução de novas técnicas de manejo e geração de renda.

Enfim, o projeto de desenvolvimento de Itapiranga idealizado na década de 1960 através dos ideais da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga gerou mudanças profundas na estrutura socioeconômica da região. Nesse sentido, o frigorífico foi um grande impulsionador desse processo. O desenvolvimento almejado pode ter sido alcançado, dependendo do olhar que se tem do processo.

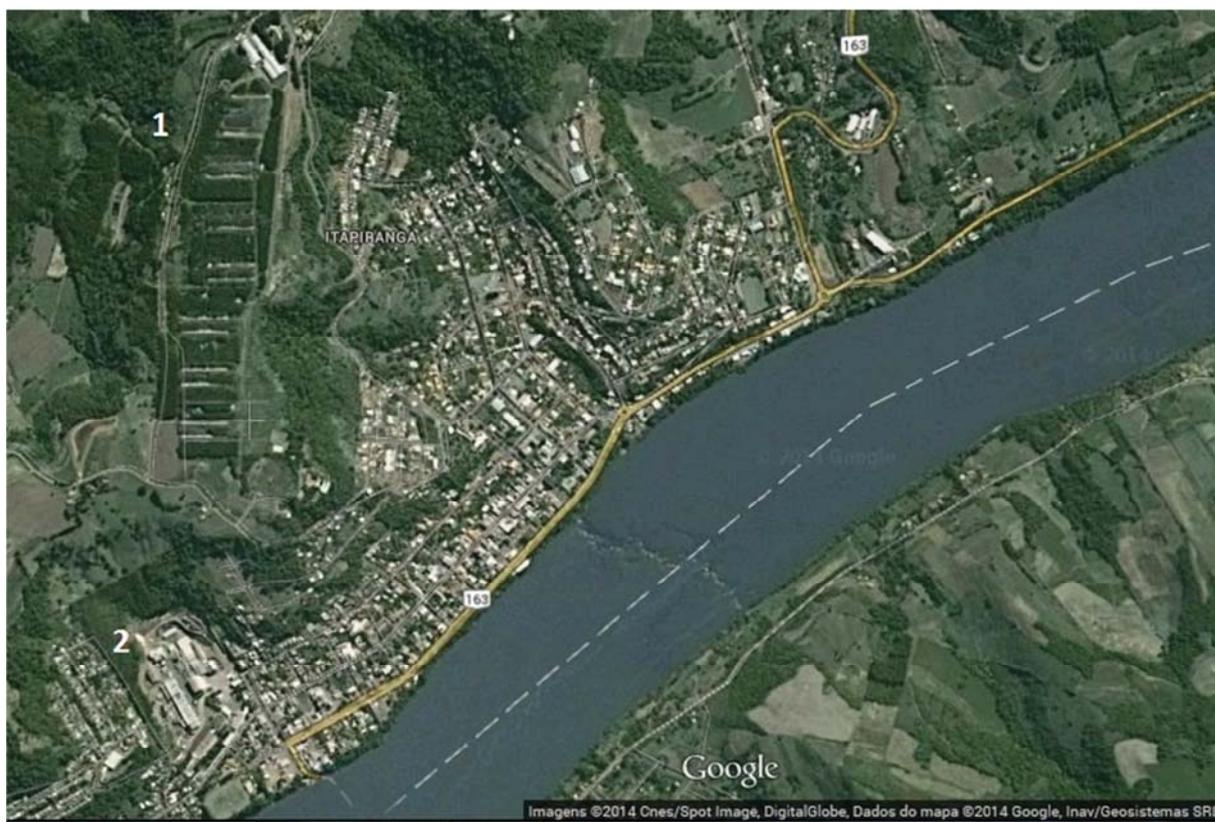


Figura 34: Mapa do espaço urbano de Itapiranga, com destaque para a unidade de aviários de produção de matrizes (1) e unidade de produção da atual JBS (2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa era o de contextualizar aspectos que contribuíram no processo de formação e desenvolvimento da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Nesse sentido, buscamos reconstruir um pensamento histórico que colaborou na formação de um empreendimento agroindustrial inserido num projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense na década de 1960.

Num primeiro momento, dissertamos acerca da formação da colonização Porto Novo, de caráter étnico e confessional, fundada no ano de 1926. Alicerçada na agricultura tradicional, onde colonos, comerciantes e a igreja teceram relações de poder e condicionamentos morais, sociais e econômicos, a colonização Porto Novo se fundamentou nos princípios do catolicismo e da cultura alemã. A base fundiária da colônia foi caracterizada pela formação de pequenos lotes e linhas comunitárias, onde a atividade econômica foi movida nas três primeiras décadas, principalmente pela agricultura de subsistência com a comercialização de excedentes com algum valor de revenda, principalmente de fumo e banha.

A partir década de 1950, a colonização passou a enfrentar sérias dificuldades através dos limites das fronteiras agrícolas da própria colônia e pela entrada de uma nova onda de migrantes e uma conseqüente escassez de terras para agricultura. Esse processo limitou a capacidade da agricultura em absorver a mão de obra. Nesse sentido, a sucessão familiar como valor da família alemã também foi afetada. Assim, consideramos que na década de 1950 a colonização enfrentou um momento de crise histórica e de identidade colonial. Naquele momento passou a existir um excedente de mão de obra que a agricultura não foi mais capaz de absorver. Diante dessa conjuntura, foram necessárias criar alternativas econômicas dentro dos próprios limites da colonização.

Simultaneamente a essa realidade local, a partir da década de 1950 tomou força no Brasil o pensamento desenvolvimentista que estimulou a industrialização, a urbanização e a modernização do campo. Assim, no oeste de Santa Catarina foram fomentadas a instalação de agroindústrias diante da expansão do mercado consumidor brasileiro e da produção agrícola existente. Disseminou-se o discurso de que havia um atraso da agricultura regional sendo necessário modernizar a atividade agrícola diante desse contexto. O pensamento desenvolvimentista da década de 1950, alicerçado no princípio do progresso financiado em grande parte pelo capital externo e com menor intensidade pelo capital interno, impulsionou

projetos de desenvolvimento pelo interior do país, que foram postos em prática nos anos subsequentes.

Em Itapiranga os reflexos desse pensamento foram percebidos pela discussão quanto à necessidade de melhoria das condições de vida dos colonos, mas principalmente, pela possibilidade de aumento da produção e modernização das propriedades agrícolas. Esse ideário desenvolvimentista começou a tomar mais força com a emancipação do município em 1954, com a criação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e com a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico no ano de 1962.

Criaram-se mecanismos sociais de busca de recursos, quando lideranças locais buscaram auxílio em instituições de fomento que pudessem oferecer um auxílio financeiro para a implantação de projetos de desenvolvimento. Alcançaram esse objetivo com auxílio da instituição alemã *Misereor*, que apesar do caráter de solidariedade e caridade, mantinha um interesse em frear o crescimento dos ideais comunistas na conjuntura mundial da Guerra Fria, sendo que, devido ao caráter étnico e confessional da colonização de Itapiranga, esse era um espaço propício de se manter os padrões sociais historicamente construídos.

Como resultado do Relatório de Desenvolvimento Econômico e das discussões promovidas pela Comissão Municipal de Desenvolvimento, foram estimulados investimentos em diversas obras que visavam dinamizar a economia regional. Nesse sentido, foram postos em prática uma cooperativa de produtores de leite visando aumentar e modernizar a bacia leiteira da região, uma escola de formação técnica e profissionalizante visando a formação dos jovens, e também o frigorífico Safrita visando aproveitar o potencial da suinocultura da região. Paralelamente, também surgiram outros empreendimentos de cunho econômico e social de menor porte e relevância local.

O estudo de viabilidade econômica e social que buscou introduzir diretrizes para o desenvolvimento regional através de empreendimentos não pode ser considerado nenhuma novidade para o que muitas lideranças já sabiam na época, principalmente para os comerciantes e lideranças eclesiais. O Relatório de Desenvolvimento Econômico realizado por uma empresa especializada apenas confirmou e colocou no papel um projeto metódico no intuito de viabilizar esses empreendimentos e buscar financiamentos de instituições de fomento para tal.

Diante desse cenário, os colonos se viram em um dilema: prosseguir com as práticas tradicionais de produzir ou aderir ao projeto modernizador com novas técnicas de trabalho e produção? O texto buscou compreender quais os caminhos adotados pelos colonos diante desse dilema, estabelecendo um contraponto entre os colonos que aderiram ou não ao projeto

modernizador da agricultura regional, o que gerou a dualidade entre o que se denomina de agricultores capitalizados e não-capitalizados.

Consideramos que o empreendimento Safrita pode ser considerado um reflexo desse dilema, pois representou uma oportunidade de os colonos investirem através da compra de ações na implantação de um projeto agroindustrial. Agora, até que ponto esse processo foi condicionado ou espontâneo? Até que ponto todas as esferas sociais consideradas no nosso estudo estavam conscientes do progresso idealizado para Itapiranga?

Podemos considerar que o projeto de desenvolvimento implantado em Itapiranga a partir da década de 1960 foi um divisor de águas da história regional. Até a década de 1950, a sociedade regional se caracterizou principalmente pela uniformidade dos valores sociais e religiosos. Na atividade agrícola, praticamente não havia diferenciação social nem produtiva entre os colonos. Conforme Eidt, “nessa fase, os objetivos sociais prevaleceram sobre os econômicos e as famílias identificaram-se por inúmeros valores coletivos. O êxodo rural era insignificante e a exclusão inexpressiva.”²²⁴

A partir da década de 1960 e mais intensamente a partir da de 1970, o projeto de desenvolvimento idealizado para Itapiranga através dos empreendimentos acima citados começou a remodelar a estrutura econômica e social da região. Temos de destacar que o processo de modernização da agricultura regional obedeceu a uma lógica de mercado e de modernização agrícola que ocorria no Brasil e também na região oeste do Estado de Santa Catarina. A expansão das agroindústrias de produção voltadas para a comercialização em larga escala de produtos de origem animal e vegetal implantou novas técnicas de produção e lógicas de comercialização dos produtos agrícolas. Em outras palavras, o processo da modernização da agricultura colocou o produtor rural num novo patamar sob uma nova dinâmica produtiva.

O frigorífico Safrita, constituído com base no capital social de colonos e comerciantes, foi o grande responsável por disseminar na região de Itapiranga essa nova lógica da agricultura em curso nas décadas de 1960 e 1970. Através do sistema de integração, cortou os laços históricos existentes entre o colono e o comerciante das linhas coloniais e instaurou gradualmente um novo padrão de produção na agricultura regional. Podemos considerar que o projeto Safrita foi a manifestação local das políticas desenvolvimentistas instauradas no Brasil a partir da década de 1960. O processo de decadência da influência econômica e política do comerciante das linhas coloniais ainda pode ser tema de um estudo mais aprofundado.

²²⁴ Eidt, 1999, op. cit, p. 76.

Enfim, qual o contexto que fez com que um empreendimento agroindustrial que surgiu de uma iniciativa local, evidentemente motivada por conjuntura global, pôde acabar nas mãos de grandes grupos agroindustriais? Foram praticamente vinte anos de desenvolvimento, de 1962 a 1981, de um projeto denominado de Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Um projeto idealizado visando o desenvolvimento local numa conjuntura de modernização e expansão da agricultura brasileira.

Podemos concluir que o frigorífico Safrita foi idealizado por um grupo de pessoas, principalmente comerciantes vinculados à cadeia produtiva de suínos. No entanto, a ideia foi assimilada por um grande extrato da população local, o que nos dá indícios de que havia uma noção um tanto generalizada de que era preciso investir na modernização da atividade agrícola da região. Não podemos ser ingênuos em julgar que os colonos foram simplesmente condicionados a aceitar esse discurso modernizador da agricultura. Havia também um consentimento e um desejo por parte deles em gerar renda e criar alternativas para a economia regional, visto que o padrão de agricultura, que denominamos de agricultura tradicional, estava bastante deficitário na década de 1950.

Os investidores que compraram ações ou que produziram matéria prima para o frigorífico de Itapiranga impulsionaram um processo de transformação da economia e da sociedade regional. Na perspectiva de gerar renda, trabalho e de criar um prospecto de futuro para as gerações vindouras, os investidores do projeto Safrita colaboraram na formação de um novo padrão de sociedade regional. Havia dois tipos de acionistas do frigorífico, os que eram ativos e altos investidores e também os que eram passivos e detentores de poucas ações. Ambos se engajaram em diversos graus de intensidade no projeto. Dentre eles, havia ainda aqueles que estavam conscientes do que se tratava o projeto Safrita e também aqueles que simplesmente adquiriram ações de forma condicionada ou forçada por uma liderança econômica, política ou eclesiástica, ou até mesmo pelo discurso da imprensa bastante ativa no processo.

O frigorífico de Itapiranga impulsionou consideravelmente a produção de suínos e aves na região entre os anos de 1967 e 1980. Em termos de aves, no ano de 1971, eram abatidos 3.000 frangos e após uma década já eram abatidos cerca de 20.000 frangos por dia. Na suinocultura o aumento da produção também foi considerável, subindo de 30 mil suínos abatidos no ano de 1967 para mais de 90 mil suínos no ano de 1980. Necessariamente o aumento da produção não pode ser considerado aumento da renda para o produtor, pois esta variável estava condicionada às oscilações do preço pago ao produtor. No entanto, o aumento da produtividade nas propriedades engloba toda uma logística produtiva que foi modificada

no período, que vai desde o aumento da produção de milho e ração balanceada para a alimentação dos animais, o transporte, infraestrutura de chiqueiros e aviários, técnicas e racionalidades de produção.

Para compreender melhor os projetos de desenvolvimento implantados na região de Itapiranga na década de 1960, seria importante estudar a influências das instituições católicas de fomento *Misereor* e *Adveniat*, que instaladas na Alemanha Ocidental buscaram financiar iniciativas nesse sentido, não somente na região, mas em diversas regiões do Brasil e da América Latina. Esse tema é muito propício para estudos futuros, pois se insere no contexto da geopolítica da Guerra Fria.

Quando na atualidade se discute e se estimula o desenvolvimento regional, principalmente em projetos de fomento da agricultura familiar e das agroindústrias familiares, podemos tirar lições desse projeto desenvolvimentista que teve como foco a modernização da agricultura local na década de 1960. Nesse sentido, estudos que buscam analisar o desenvolvimento regional na atualidade devem levar em consideração o contexto desenvolvimentista da década de 1960 e a implantação do frigorífico em Itapiranga no período, pois sua influência transcende a temporalidade influenciando no espaço, na economia e na população ainda na atualidade.

Atualmente a atividade agroindustrial na região de abrangência do antigo Frigorífico Safrita engloba grande parte da potencial econômico da região. Surgiram inúmeras empresas na atividade agropecuária, englobando os mais diversos setores afetando intensamente o processo de modernização das propriedades agrícolas. Os frigoríficos especializaram-se em determinada atividade para dinamizar a produção, diferentemente do Frigorífico Safrita, que em determinado período trabalhava com suínos, frangos e perus. Portanto, o Frigorífico Safrita não acabou em 1981, ele somente foi se modificando e se adaptando aos novos tempos. O que acabou foi a marca Safrita, mas seu legado e os sujeitos que empreenderam o projeto continuaram a desenvolver as suas atividades econômicas.

REFERÊNCIAS DE PESQUISA

Referências Bibliográficas

BEN, Fernanda. **Trabalhadores da indústria frigorífica: trabalho, tradição, política e protesto.** Chapecó, 1967-1982. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

BRUM, Argemiro K. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 2ª edição. Vozes: Petrópolis, RJ. 1982.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** Trad. Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital Social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2001.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: DA SILVA, Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Org). **A questão agrária.** Tradução de Edgar Malagodi, Sandra Brizolla e José Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

COLISTETE, Renato Perim. *O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.* In: **Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.** Vol. 15: p. 21-34, 2001.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. Das redes de sociabilidade às relações de mercado: agricultores, intensificação da comercialização da produção e modos de vida em mudança. In: **IV Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural,** Mar del Plata (Argentina), 2009. Acessado no site: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/685.pdf>

DALLA COSTA, Armando João. **O grupo Sadia e a produção integrada**: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial. Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): o PCB e Caio Prado Júnior. In: **Revista Em Tempos de História**. PPGHis/UNB, nº 21, Brasília, Ago-Dez 2012.

EIDT, Paulino. **Porto Novo**: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

_____. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

EIDT, Paulino. SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo**: do reino religioso ao poder de mercado. Curitiba: CRV, 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina**. Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANZEN, Douglas Orestes. Colônia Porto Novo: a experiência de uma colonização étnica e confessional no extremo oeste catarinense. In: Tedesco, João Carlos; Neumann, Rosane Márcia (Orgs). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra&Vida, vol III, 2013, p. 195-213.

GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1999.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HAHN, Mauro. **Capital Social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Agrossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOPPE, Steffan. **Da fronteira agrícola à agroindustrialização: o caso de São João do Oeste**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2009

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Campo Grande, MS: Editoria da UFMS, 1998.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução Juremir Machado da Silva, 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. São Paulo: Ática, 1986.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. Os ciclos da economia brasileira. In: **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, ano 7, n° 11, p. 63-90, 1989.

RABUSKE, Pe. Ambros; RAMBO, Arthur. **Pe João Rick, SJ**: cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAMBO, Lorival Inácio. **Um outro olhar sobre a colonização**: a relação homem-natureza. Chapecó, SC: Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária de Chapecó, 2007. (Mimeo).

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teóricas e conceituais. In: **Revista História, Debates e Tendências**. Passo Fundo, v 1, n. 1. p. 15-22, 1999.

REICHERT, Patrício. **Desavenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo**: a segregação social do caboclo. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. (Mimeo)

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHUPP, Ambros. **A missão dos jesuítas no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

SEHNEM, Dirce T. Drebel. **Integração avícola: o caso de Itapiranga.** Monografia do Curso de Geografia. UNIJUÍ, 1985.

SEHNEM, Dirce Terezinha Drebel. **Escola e ensino agrícola.** São Miguel do Oeste: Mclee, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento.** Porto Alegre: Movimento, 1999.

SILVESTRO, Milton Luiz (et alii). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola.** São Miguel do Oeste: Mclee. 2000

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês.** Tese de doutoramento apresentado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. 1998. (Mimeo).

_____. **De olho na balança! Comerciantes coloniais no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX.** Passo Fundo: Méritos; Porto Alegre: EST, 2008.

TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schutz ; SOUZA, Sirlei de Fátima de ; CECHET, Renan. **Agroindústrias, Frigoríficos e Cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo. 1950-1990.** 1. ed. Porto Alegre: EST, 2005. v. 1.

VOGT, Olgário Paulo; RADÜNZ, Roberto. Jesuítas e cooperativismo: as associações e seu papel no desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013, p. 273-284.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WELTER, Ida. **Uma imigrante teuto-romena e outros escritos**. Itapiranga/Florianópolis: PEST, 2010.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão**: congresso católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. Florianópolis: Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119 a 130.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: Clifford Andrew Welch... [et al.] Orgs. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1/ São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Jornais e Revistas

CULTURA e técnica que nos servem de exemplo. *Jornal Oeste em Marcha*, Itapiranga, 31 de Março de 1963, p. 02.

ITAPIRANGA – obra prima do *Volkverein*. *Jornal Oeste em Marcha*, Itapiranga, 13 de Abril de 1963, nº 91, p. 1

ITAPIRANGA, constrói a sua Sociedade. Jornal Oeste em Marcha. Itapiranga, 22 de Junho de 1963, nº 101, p. 1.

UMA obra que representa progresso: Fábrica de Rações Balanceadas. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 15 de Março de 1960, nº 17, p. 04.

SCHWEINEZUCHT. Jornal Itapiranga em Marcha. Itapiranga, 31 de Agosto de 1960, nº 28, p. 6.

INAUGURAÇÃO da Fábrica de Rações Itapiranga S.A. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 31 de Julho de 1960, nº 26, p. 01.

COMBATE às moscas domésticas nas propriedades rurais. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 31 de Dezembro de 1962, nº 84, p. 01.

SUPERFOSFATOS para porcos. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 15 de Agosto de 1962, nº 75, p. 06.

FINALIDADES da *Misereor*: caridade da Igreja Católica Alemã. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 30 de Abril de 1962, nº 68, p. 07.

ESCOLA Agrícola Profissional. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga. 15 de Julho de 1962, nº 73, p. 7.

CONSTRUINDO o frigorífico. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 31 de Agosto de 1962, nº 76, p. 1.

ITAPIRANGA vive uma encruzilhada histórica. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01

ITAPIRANGA e o desenvolvimento agrícola. Jornal Clarinadas, Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

O FRIGORÍFICO ainda poderia estar nas mãos do povo. Jornal Expressão, Itapiranga, 16 de Setembro de 2010, nº 262, p. 23.

Locais de pesquisa

MUSEU DO COOPERATIVISMO DA SICOOB CREDITAPIRANGA. Acervo documental e fotográfico. Itapiranga, SC.

MUSEU COMUNITÁRIO ALMIRO THEOBALDO MÜLLER. Acervo fotográfico, Itapiranga, SC

CASA DA CULTURA DE SÃO JOÃO DO OESTE. Acervo fotográfico. São João do Oeste, SC.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA SÃO PEDRO CANÍSIO. **Livro Tombo da Paróquia.** Itapiranga, SC.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BERCHMANS. **Livro Tombo da Paróquia.** São João do Oeste, SC.

Fontes orais de pesquisa coletadas pelo autor

Depoimento de Nicodemus Müller

Depoimento de Roque Jungblut

Depoimento de Angelina Schroeder

Depoimento de Catarina Ruscheinsky Schroeder

Depoimento de Nelson Ertel

Depoimento de Gilberto José Goerck

Depoimento de Jacó Klagenberg

Depoimento de Áurio Vendelino Welter

Depoimento de Luiz Lauschner

Depoimento de Otmar José Schneiders

Depoimento de José Helmuth Körbes

Depoimento de Afonso Heinen

Depoimento de Ademar Fernando Gunsch Gruber